

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**Cristina Toledo de Carvalho**

**Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a  
nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)**

**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**SÃO PAULO  
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**Cristina Toledo de Carvalho**

**Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a  
nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)**

**MESTRADO EM HISTÓRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Heloisa de Faria Cruz.

**SÃO PAULO  
2012**

**Banca Examinadora**

---

---

---

*A José Cláudio de Carvalho, pai herói, a quem  
devo tudo e que, de um plano superior, acompanha  
o meu caminhar.*

*À minha mãe, Cida, meu esteio.*

## **AGRADECIMENTOS**

Com a conclusão desta importante etapa de minha trajetória acadêmica, deixo aqui os meus agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dela, colaborando comigo de inúmeras maneiras e em variados momentos.

À minha orientadora, Professora Doutora Heloisa de Faria Cruz, que, desde o nosso primeiro encontro, em outubro de 2009, quando esta pesquisa ensaiava os primeiros passos, sempre apontou os caminhos que pudessem aprimorá-la, fundamentá-la e enriquecê-la, contribuindo, assim, não só para o meu amadurecimento acadêmico, mas também para o meu crescimento profissional, enquanto historiadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento deste trabalho.

Às professoras Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Maria Izilda Santos de Matos, Maria Antonieta Martines Antonacci, Silvia Helena Simoes Borelli e Estefania Knotz Canguçu Fraga, pelo encaminhamento de questões e reflexões durante as disciplinas que cursei no decorrer do Mestrado.

Aos professores Odair da Cruz Paiva e Mariza Romero, pela leitura cuidadosa do presente trabalho e sugestões fornecidas durante o exame de qualificação.

A Edgar da Silva Gomes, pelo inestimável incentivo, desde a minha participação no processo seletivo, ocasião em que o ingresso neste programa de pós-graduação era apenas uma possibilidade, uma expectativa.

Ao Professor Doutor Ney de Souza, o primeiro orientador da minha vida acadêmica.

À Fátima Cristina Leister, Jorge Lúzio, Victor Martins de Souza e Carla Manuela da Silva Vieira, amigos que ingressaram comigo nesta empreitada e que dela fizeram parte.

À Betinha, secretária do programa, pela prontidão em todas as ocasiões em que a ela recorri.

A Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores da Sociedade Beneficente Brasil Unido, pelo fornecimento de relatos e outras fontes históricas que me permitiram adentrar a história da entidade. Igualmente, ao seu presidente, Sérgio Fernandes, pela disponibilidade e colaboração durante as minhas pesquisas junto ao acervo documental da instituição.

À Renata Maria Tavares Soares Piotto, pela amizade, companheirismo e solidariedade.

À Regina Assoni e Valdir Valério, também integrantes da equipe do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul. A vocês, o meu agradecimento pelo grande apoio e auxílio, principalmente nos meus momentos de ausência.

A toda equipe da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, sobretudo àqueles com os quais pude dividir, mais de perto, as minhas experiências deste período, como: Paula Fiorotti, Cristina Ortega, Mônica Iafrate, Mariana Zenaro, Jussara Ferreira Muniz, Sandra Regina Bittancourt Gouveia, Antônio Reginaldo Canhoni e João Alberto Tessarini.

À Sonia Maria Franco Xavier, pelo carinho, amizade e aprendizado proporcionado no que diz respeito à arte da preservação da memória de São Caetano do Sul. Igualmente, a Clovis Antônio Esteves, pelo imenso incentivo.

À Maria Aparecida Mancini Fedatto e José Roberto Gianello, amigos que fiz durante a minha estada na Fundação Pró-Memória.

Aos colegas da Comissão Técnica das Instituições Oficiais de Memória do Grande ABC, grandes batalhadores da causa da preservação do patrimônio histórico da região.

À Liliana Alves Lopes, pelo suporte psicológico nos momentos angustiantes, nascidos no meio do caminho.

À minha madrinha Mizé e à tia Tetê, pelo imenso carinho.

À Vanessa Toledo de Lima, Maria Carolina Mesquita e Silva, Priscila Gorzoni, Kelly Cristina Villalba e Gorete Soares Frazão, pela preciosa amizade.

A José Enrique Canotilho, por sua cumplicidade e apoio.

E, por fim, um agradecimento especial à minha mãe, pelo amor incondicional e exemplo de fé, perseverança e superação.

A todos, muito obrigada!

*“Articular historicamente o passado não significa  
conhecê-lo como ele de fato foi. Significa  
apropriar-se de uma reminiscência...”*

(WALTER BENJAMIN)

CARVALHO, Cristina Toledo de. **Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965).**

## RESUMO

A presente pesquisa analisa a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido, no contexto da correlação de forças e das conjunturas históricas de São Caetano do Sul, no período compreendido entre 1950 e 1965. Fundada em 1950, por um grupo constituído predominantemente por nordestinos que possuíam certa projeção socioeconômica, a referida entidade tinha como finalidade precípua a promoção de iniciativas de amparo junto a migrantes provenientes do Nordeste. Tais iniciativas concretizavam-se a partir de duas vias: a mutualista e a filantrópica. Enquanto a primeira era caracterizada por práticas representadas, basicamente, pela concessão de auxílios monetários a sócios da instituição em casos de doença, dificuldades financeiras e desemprego, a segunda estava voltada para os não associados e consistia, principalmente, na disponibilização de abrigo, alimentação e providências para a obtenção de emprego, documentos e tratamentos médicos para os migrantes. Almejando o fortalecimento da entidade, a sua direção adotou a estratégia de expandir a política de amparo, que, assim, passou a beneficiar não somente nordestinos. Com uma proposta mais abrangente, a Brasil Unido teria maiores condições de se colocar, mais efetivamente, entre as forças atuantes no município sul-sancaetanense, o que poderia lhe render uma maior visibilidade e o aumento de suas possibilidades de arrecadação de recursos para os seus projetos e empreendimentos. A busca por recursos moveu, aliás, os seus dirigentes em suas articulações e relações com o sistema político da época, tanto em níveis municipal e estadual, quanto na esfera federal. Pautavam e legitimavam tais relações discursos que, ao divulgarem as propostas e trabalhos da entidade, veicularam a sua concepção acerca do migrante nordestino amparado por suas ações. Tal concepção estava em sintonia com as representações preconceituosas recorrentes no imaginário social daquele momento histórico, as quais concebiam o nordestino como um ser sem cultura, violento, rude e marcado pelo flagelo da seca. A existência desse preconceito motivou a Brasil Unido a propor, entre as beneficências previstas por seus estatutos, a adaptação do migrante aos usos e costumes da localidade, vislumbrando, assim, a sua inserção social em um cenário como o de São Caetano do Sul, marcado por uma crescente urbanização e industrialização.

**Palavras-chave:** São Caetano do Sul. Migração nordestina. Mutualismo. Filantropia.

**CARVALHO, Cristina Toledo de. Supported migrants: the performance of the Brasil Unido Beneficent Society with people from the Northeast in São Caetano do Sul (1950-1965).**

## **ABSTRACT**

This research analyses the performance of the Brasil Unido Beneficent Society, in the context of the correlation of strengths and historical conjunctures presented in São Caetano do Sul, between 1950 and 1965. Founded in 1950, by a group consisting most of socially and economically stable people from the Northeast part of Brazil, this society had as its main goal to give support to migrants from this part of the country. Such initiatives were concretized by mutualist and philanthropic ways. The mutualist initiatives were featured by practices such as monetary assistance to its members, in case of illness, financial issues and unemployment. The philanthropy was directed to not members and provided shelter, feeding, employment and health treatment. Craving the strengthening of the group, its directors embrace a strategy to enlarge the work, starting to benefit not only people from the Northeast. This way, the Brasil Unido would have more conditions to stand out among the acting forces in the city, giving its projects visibility and fundraising increase alternatives. The search for resources made its directors developed a relationship with the municipal, state and federal political system. Speachs to propagate the society work, guided and fortified by these relations, disseminated the group concept about the people benefited by its actions. This concept was close to the preconception presented in the social imaginary in those times, that conceived migrants as a violent, without culture and rough people. This preconception induced the Brasil Unido to propose an adaptation of those people to the habits and costumes of the city, seeking for their social inclusion in a scenario defined by an increasing urbanization and industrialization, such as São Caetano do Sul.

**Key-words:** São Caetano do Sul. Northeast migration. Mutualism. Philanthropy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - NEM TUDO ERA ITALIANO: UMA ENTIDADE DE MIGRANTES NORDESTINOS SURGE EM SÃO CAETANO DO SUL.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1 O surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido: a força da presença nordestina nos quatro cantos da cidade .....</b>	<b>30</b>
<b>1.2 A conjuntura histórica de um recém-município: cenário propício à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido .....</b>	<b>47</b>
<b>1.3 O início da construção de sua atuação .....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO II - A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO ..</b>	<b>63</b>
<b>2.1 Nordestinos unidos em torno do mutualismo.....</b>	<b>63</b>
<b>2.1.1 Suas práticas filantrópicas junto aos “irmãos do Norte e Nordeste” .....</b>	<b>75</b>
<b>2.2 Conquistando novos espaços: suas iniciativas para além do amparo a migrantes nordestinos .....</b>	<b>95</b>
<b>2.3 Nos bastidores da entidade: as articulações de sua cúpula e suas relações com as forças políticas .....</b>	<b>102</b>
<b>CAPÍTULO III - DIRIGENTES E AMPARADOS: DO MODO COMO UM GRUPO CONCEBIA O OUTRO .....</b>	<b>122</b>
<b>3.1 “Rudes, desorientados e sem cultura”: os amparados na visão da Sociedade Beneficente Brasil Unido .....</b>	<b>122</b>
<b>3.2 “Beneficiar aos que necessitam”: a Sociedade Beneficente Brasil Unido por seus amparados.....</b>	<b>139</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>151</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

Intitulada “Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)”, a presente pesquisa analisa as ações de amparo empreendidas pela mencionada entidade junto a migrantes nordestinos no contexto da correlação de forças e das conjunturas históricas de tal município do ABC paulista.

A opção por um tema de pesquisa que contempla a atuação de uma entidade voltada, originalmente, para migrantes nordestinos foi fruto de minhas inquietações no tocante à historiografia de São Caetano do Sul.

O papel de absoluto destaque atribuído por ela à figura do imigrante italiano no processo de construção da cidade materializou-se no cotidiano local por meio de um conjunto de representações, cujos significados encontram-se enraizados no imaginário da população local. Nesse imaginário concernente à formação da cidade e de sua população, outros sujeitos e personagens, como os migrantes nordestinos, encontram-se quase ausentes.

Dentre as referidas representações, encontram-se desde placas e monumentos espalhados por ruas do município até referências mais abstratas, como, por exemplo, os inúmeros nomes de imigrantes italianos que designam vias e logradouros públicos.

Vale notar que todo esse apelo à italianidade decorreu de uma teoria triunfalista inerente à historiografia oficial de São Caetano, responsável pela propagação do *mito do herói fundador*, personificado pelo imigrante italiano. O processo de instalação desse sujeito histórico teve início, na cidade, em 28 de julho de 1877, com a fundação do então Núcleo Colonial de São Caetano. A mencionada data, todavia, foi apropriada pela historiografia oficial como sendo a de “fundação” de São Caetano, como se a localidade não apresentasse uma história anterior, considerando que, somente a partir da chegada do imigrante italiano, essa história começaria a ser escrita numa espécie de *página em branco*, conforme explica José de Souza Martins:

[...] o que cada documento menciona do passado, do tempo e da realidade anteriores à chegada do imigrante, ganha sentido ou não a partir do destaque da *concepção do herói fundador*, representado pelo imigrante [...] É que a lógica da página em branco impõe a necessidade de negar como História tudo que antecede o advento do herói fundador.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003, p. 72-73, grifo do autor.

No entender da professora Priscila Perazzo, a historiografia oficial de São Caetano foi responsável pela produção de uma teoria da história local que deu origem a uma versão sobre o passado, na qual:

Aos estrangeiros atribuiu-se o legado da construção local. Os italianos, por exemplo, sempre foram relevados no empreendedorismo da formação da sociedade sul-sancaetanense. Outras nacionalidades, tão importantes em labor, presença, cultura ou número de colonos, não receberam tantas estátuas ou nomes de ruas, mas demonstraram sua importância na formação local. [...] a história, marcada pela memória, pelas lembranças e pelas construções que as gerações presentes fazem de seus passados, certamente traz alguns à lembrança e colocam outros no esquecimento.<sup>2</sup>

Estabelecendo uma comparação com a historiografia concernente ao processo de formação da cidade de São Paulo na virada do século XIX, pode-se considerar a existência de semelhanças entre as abordagens realizadas por ela e pelos estudos tradicionais da história de São Caetano. Tal como ocorreu nas análises sobre o processo histórico de formação e constituição urbana sul-sancaetanense nos trabalhos sobre a São Paulo do final do século XIX e início do século XX, observou-se também um privilegiamento do papel dos imigrantes italianos na construção da capital paulista, “dando a impressão de que foram os únicos a interagirem [...] com a tentativa de conversão da urbe paulistana numa cidade supostamente moderna, cujo exemplo eram os centros europeus”.<sup>3</sup> Conforme expõe a professora Heloisa de Faria Cruz “a força incontestável da presença e dos modos de vida das populações imigrantes nos processos que constituíam a [Pauliceia] contribuiu para apagar da história e da memória lembranças sobre outros sujeitos [...]”<sup>4</sup>

E foi o ocultamento gerado pela historiografia oficial de São Caetano em relação aos outros sujeitos da história local, dentre os quais o migrante nordestino, que me motivou a pesquisar sua presença na cidade, pela perspectiva da atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido, uma entidade surgida em 1950, com o propósito de prestar assistência moral e material, conforme o discurso de seus fundadores, aos grupos oriundos do Nordeste.

A minha preocupação em transformar a aludida instituição no elemento central de minha pesquisa encontra, do ponto de vista teórico, ressonância na proposta do projeto

---

<sup>2</sup> Vidas vividas em deslocamento: narrativa de Angelita migrante para o ABC. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 49-52, jul. 2009, p. 50.

<sup>3</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 14.

<sup>4</sup> Na outra face da Belle Époche paulistana. In: SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 9-12, p. 10.

*Cultura, trabalho e cidade: muitas memórias, outras histórias.*<sup>5</sup> Tal projeto tinha como problemática central as discussões acerca das relações entre memória social e história. As reflexões daí advindas traduziram os meus anseios no que tange à tentativa de compreender as implicações que estão por trás do processo de constituição de memórias, o qual, necessariamente, contempla determinados grupos e sujeitos em detrimento de outros.

Ao definirmos a memória como campo de nossa reflexão e diálogo, apontávamos a existência de um campo social onde memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana, o que nos colocou o compromisso de reavivar lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes.<sup>6</sup>

Cabe esclarecer que, em se tratando de São Caetano do Sul, é possível afirmar que o processo destinado a exaltar o imigrante italiano como herói e grande protagonista da história local teve início no ano de 1927, durante as comemorações do cinquentenário de fundação do Núcleo Colonial. Nessa ocasião, por iniciativa de um grupo composto por descendentes de italianos, observou-se uma série de eventos, dos quais fizeram parte lançamentos de livros e a pomposa inauguração da placa de mármore fixada na fachada do templo da Paróquia São Caetano, obra que se constitui na maior representação da teoria triunfalista da história local, pela intencionalidade daquele grupo de descendentes de italianos em enraizar, hegemonicamente, a memória de seus antepassados junto ao imaginário da sociedade da época e das gerações posteriores. O teor dos dizeres da mencionada placa de mármore é bastante revelador da constituição dessa memória italiana hegemônica:

*“Aos destemidos precursores  
que das itálicas terras  
A estas regiões aportados  
Com indômita pujança  
Abriram o caminho  
Ao hodierno progresso.”*

<sup>5</sup> O projeto *Cultura, trabalho e cidade: muitas memórias, outras histórias* foi desenvolvido por um grupo de professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), entre 2001 e 2002, a partir do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad/Capes. Esse projeto agregou também pesquisadores de outros programas de pós-graduação de âmbito nacional.

<sup>6</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; FENELON, Déa Ribeiro; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 5-13, p. 6.

Daí as considerações de José de Souza Martins no sentido de que:

[...] a história local constitui um caso fascinante de deformação. Quase todos os fatos que conhecemos [...] a respeito da história do núcleo colonial são produto de uma seleção ideológica que teve por finalidade construir uma interpretação triunfalista da imigração italiana.<sup>7</sup>

Essa concepção triunfalista e heroica enraizou-se de tal modo no imaginário de inúmeras gerações de sul-sancaetanenses que, mesmo nos dias de hoje, após 84 anos da realização das comemorações do cinquentenário da chegada dos pioneiros imigrantes ao então Núcleo Colonial de São Caetano, a ideia de que eles foram os “heróis fundadores” da cidade continua latente, manifestando-se no próprio cotidiano da população, em suas sociabilidades mais informais. Sendo assim, torna-se compreensível o fato de moradores reivindicarem para si o *status* de descendentes daqueles “fundadores”, como se isso pudesse legitimar suas ações ou mesmo projetá-los na sociedade local. Não foram raros os exemplos que presenciei à frente de minhas atividades profissionais no Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul, principalmente nos momentos de prestação de atendimento ao público, em que muitos desses visitantes fizeram questão de ressaltar que eram netos ou bisnetos de “fundadores”.

Esses casos só reforçam a ideia de quão estimulante é o contato com o presente “para agudizar a sensibilidade histórica”.<sup>8</sup> Trata-se, segundo Jean Chesneaux, de conceber a relação entre passado e presente sob uma nova perspectiva: a da inversão dessa relação, de modo que a compreensão do passado possa ocorrer a partir de questões do presente.<sup>9</sup> É “o perpétuo contato com o hoje”, como sintetiza Marc Bloch, que deve conduzir o historiador rumo à formulação de problemas para sua investigação histórica.<sup>10</sup>

Ciente de que o tempo presente é o invólucro das questões que movem a pesquisa histórica, cheguei ao meu tema de trabalho desafiada pelo caráter triunfalista e excludente da historiografia oficial de São Caetano. Embora tivesse conhecimento de que “nem tudo era italiano”<sup>11</sup> na cidade, o que me angustiava (e ainda angustia) era saber que os demais protagonistas da história da localidade foram transformados por aquela historiografia em meros coadjuvantes. Então por que não trabalhar com um tema que pudesse contribuir para

<sup>7</sup> O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-23, jan. 1991, p. 18.

<sup>8</sup> CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 57.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>10</sup> Apud CHESNEAUX, Jean, *op. cit.*, p. 56.

<sup>11</sup> “Nem tudo era italiano” é a expressão utilizada por Carlos José Ferreira dos Santos no título de sua pesquisa de Mestrado em História Social pela PUC/SP. Nesse trabalho, Carlos José mostra outra São Paulo, ao focalizar as experiências vividas por sua população pobre e marginalizada, em um cenário que se queria moderno e europeizado, entre o final do século XIX e o início do século XX.

uma maior incorporação historiográfica desses sujeitos esquecidos, como, por exemplo, os nordestinos?

Uma vez lançado o desafio, outras contingências se impuseram, como a relativa à seguinte questão: De que forma ou a partir de que prisma poderei analisá-los? Tal pergunta denotava a minha preocupação com a delimitação da pesquisa diante da amplitude de um tema em potencial que era, naquele momento, o migrante nordestino. Em suma, a mim caberia estabelecer uma perspectiva para abordá-lo, levando em conta as inúmeras possibilidades oferecidas pelos vestígios deixados por esses grupos em São Caetano do Sul, já a partir da primeira metade do século passado.

A necessidade metodológica de delimitação do tema, cronológica e espacialmente, e também em termos teóricos, criou condição para que eu elegesse a Sociedade Beneficente Brasil Unido como o meu objeto de pesquisa. Fruto das articulações de um grupo de nordestinos com projeção socioeconômica em São Caetano do Sul, a entidade foi fundada em 2 de julho de 1950, com a finalidade precípua de amparar, moral e materialmente, nordestinos recém-chegados à cidade. Na qualidade de entidade de amparo ao migrante nordestino, teria ela condição de respaldar meus anseios e inquietações, na medida em que eu poderia, por meio dela, inserir o nordestino no âmbito das discussões de um trabalho historiográfico que comprehende São Caetano do Sul.

No que diz respeito ao recorte temporal, o contato com o acervo documental da entidade revelou um conjunto rico de sugestões, levando-me a propor à pesquisa o período compreendido entre os anos de 1950 e 1965, quinze anos nos quais a entidade buscou sua consolidação no cenário social de São Caetano do Sul, lutando, nos distintos momentos ou fases que caracterizam a sua atuação nesse período, para firmar-se e tornar-se visível e fortalecida.

O ano que marca o início da periodização corresponde ao da fundação da Brasil Unido, momento bastante singular de sua história e, portanto, de extrema importância para a pesquisa, pois, já em 1950, os seus dirigentes iniciaram as articulações necessárias à definição das bases e princípios de atuação da entidade.

Por outro lado, o ano de 1965 trouxe à baila novos elementos e aspectos que também se enquadravam nos propósitos do trabalho. O referido ano foi escolhido para encerrar a periodização proposta, em virtude do fato de ter sido nele observada a entrada em vigor de uma nova versão do regimento estatutário da entidade, a qual sugere o fortalecimento da Sociedade Brasil Unido, tanto em nível de número de sócios quanto em nível financeiro, após

ter atravessado a década de 1950 e iniciado a de 1960 com uma atuação marcada por avanços e recuos, êxitos e tensões, nas articulações de seus dirigentes, em prol da viabilidade dos objetivos propostos.

As reformas observadas nos estatutos da instituição, as quais passaram a vigorar em 1º de janeiro de 1965, respaldam a hipótese do fortalecimento da Brasil Unido, principalmente as que introduziram novas perspectivas de prestação de benefícias ao seu corpo associativo, dentre elas as relativas à oferta de estrutura para fins de lazer e recreação. Com uma quantidade maior de possibilidades em termos de previsão de prestação de benefícias, é de se supor que a Brasil Unido apresentasse, naquele momento, um alargado quadro de sócios, o que justificaria a proposta de expansão de prestação de serviços, em razão de um provável aumento das demandas associativas, além de recursos financeiros capazes de concretizar esses novos serviços previstos.

Além de acenar para essa possibilidade de crescimento da Brasil Unido, a versão dos estatutos que entrou em vigor em 1965 apontou também para uma nova orientação seguida pela entidade no que concerne à concessão de pensão aos seus sócios (um dos principais benefícios instituídos pela Brasil Unido), em face da consolidação da política previdenciária brasileira. Por força daquele regime estatutário, só poderia usufruir do benefício em questão o sócio que não estivesse amparado pelas Leis da Previdência Social, orientação bem distinta da preconizada pelos estatutos de 1950 e 1953, que não veicularam tal exigência, constatando que, naqueles anos, a política previdenciária brasileira ainda era incipiente e incapaz de conceder o devido respaldo aos cidadãos.

Partindo de informações preliminares, levantadas junto a alguns documentos do acervo da entidade (como os panfletos impressos entre 1950 e 1956, destinados a divulgar seus propósitos e atividades), as questões formuladas por mim foram, basicamente, as seguintes: 1) Como a Sociedade Beneficente Brasil Unido concebia o migrante nordestino? 2) Como este a enxergava? 3) Qual era a natureza de suas atividades e iniciativas? 4) Eram circunscritas à promoção do amparo material ou possuíam também uma preocupação de cunho cultural, contribuindo para a preservação de valores, costumes e tradições inerentes ao nordestino? Em suma: Como a entidade me levava a refletir sobre a presença nordestina em São Caetano do Sul?

Esse conjunto de problemáticas norteou os trabalhos de pesquisa junto a edições do *Jornal de São Caetano* e da *Folha do Povo*,<sup>12</sup> periódicos de circulação local e regional, respectivamente, que, em razão de trazerem reportagens a respeito não só das atividades da Brasil Unido, mas também acerca dos problemas que assolavam São Caetano do Sul, firmaram-se como importantes fontes para a pesquisa.

As informações provenientes de tais jornais me permitiram tomar conhecimento das condições urbanas e de vida no recém-município sul-sancaetanense, no início da década de 1950, e entender como elas, na medida em que revelavam toda a incipienteza do quadro estrutural da localidade, tornavam compreensível e justificável a atuação da entidade estudada, dando-lhe sentido. Dessa maneira, os referidos jornais contribuíram para a sustentação historiográfica deste trabalho, assim como as memórias de alguns fundadores da Sociedade Beneficente Brasil Unido, as quais, veiculadas predominantemente pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, por meio da Revista *Raízes*, trouxeram à tona

---

<sup>12</sup> O *Jornal de São Caetano* e a *Folha do Povo* surgiram, respectivamente, em 1946 e 1948. Apresentando-se como o “porta-voz” dos interesses sul-sancaetanenses, o *Jornal de São Caetano*, no início da década de 1950, publicou uma série de reportagens com a finalidade de denunciar os problemas que faziam parte do cotidiano da população. Essa postura crítica e combativa frente às questões municipais de cunho político e municipal pode ser concebida como um traço herdado dos propósitos que motivaram a sua própria criação por parte de um grupo de jovens estudantes. Dentre tais propósitos, estava o de reivindicar melhorias para o então subdistrito de São Caetano, o que acabou criando condição para o seu engajamento em campanhas de relevo para a história local, como a autonomista, destinada a desmembrar politicamente São Caetano do município de Santo André. Além dessa explicação, outra deve também ser considerada, quando se trata de jornais de pequeno porte, como era o de São Caetano. Boa parte deles, para se manter, dependia não só de verbas privadas, como as oriundas de anunciantes, como também das provenientes da administração do município onde tais jornais circulavam. A observância de oscilações em seus editoriais, que, ora publicavam matérias e reportagens que expressavam o seu apoio ao governo, e, em outros momentos, evidenciavam a sua oposição, pode indicar a disponibilização ou não, pela administração pública, de recursos financeiros àqueles jornais. O *Jornal de São Caetano* teve sua trajetória marcada por momentos de aproximação e rompimento em relação ao governo sul-sancaetanense. No contexto de sua adesão à administração local, encontra-se a sua articulação no sentido de tornar-se, a partir de 1952, o jornal encarregado da divulgação dos atos da prefeitura, o que o levou a circular duas vezes na semana, até o ano de 1953, quando voltou a ser um semanário. Em meados da década de 1950, o *Jornal de São Caetano* voltaria a publicar os editais da prefeitura, selando, assim, seu apoio às iniciativas situacionistas. A *Folha do Povo*, por sua vez, foi o outro jornal responsável pela divulgação desses editais do governo sul-sancaetanense. Idealizada pelo jornalista Paulo Zingg, que tinha certa experiência em lidar com a chamada grande imprensa, a *Folha do Povo* procurou espelhar-se na escola dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, segundo Valdenízio Petrolli (2004). Para tanto, buscou ampliar a cobertura jornalística e a captação de publicidade, mantendo redações em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, algo inédito em se tratando da imprensa do Grande ABC. Na qualidade de articulador político e anticomunista, o jornalista Zingg posicionou-se frente aos problemas locais, passando a apoiar lideranças políticas da região, como as representadas pelos prefeitos Fioravante Zampol (Santo André), Lauro Gomes de Almeida (São Bernardo do Campo) e Anacleto Campanella (São Caetano do Sul). A *Folha do Povo* circulou até 1969, enquanto o *Jornal de São Caetano* continua em atividade. Para maiores informações sobre os aspectos que compuseram a atuação de ambos os jornais, consultar: RODRIGUES, Mário Porfírio. *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2005; PETROLLI, Valdenízio. *Imprensa do Grande ABC: 100 anos depois*. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-20.-encontro-2004>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

experiências que compuseram as suas respectivas trajetórias enquanto nordestinos na cidade de São Caetano. Dentre essas experiências, adquiriram especial destaque as protagonizadas pelo baiano Raimundo da Cunha Leite, sobretudo as que foram extraídas de sua autobiografia, resultante de sua intenção de marcar a comemoração de seu 70º aniversário. Daí o seu livro de memórias apoiar-se numa narrativa que comprehende o período situado entre 1923 e 1993.

Os citados jornais e as memórias de um grupo de fundadores da entidade, embora tenham conquistado um considerável espaço dentro desta dissertação, não deixaram de ser fontes complementares, uma vez que a pesquisa embasou-se, prioritariamente, no conjunto documental da Sociedade Beneficente Brasil Unido, principalmente nos estatutos, nas atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, nas correspondências emitidas e recebidas, com destaque para os ofícios, além do Livro de Registro de Beneficências. Esse livro, diga-se de passagem, adquiriu importância fundamental no andamento do trabalho, pois me possibilitou tomar conhecimento da natureza das atividades de amparo da Brasil Unido. Por meio de seus registros, alusivos ao período situado entre os anos de 1951 e 1954, pude separar as atividades promovidas pela entidade em duas frentes: a mutualista e a filantrópica. Essas duas vias pautavam sua atuação. Concebê-las como estratégias de sobrevivência e fortalecimento do grupo dirigente da Brasil Unido, diante das conjunturas históricas que a ele se impuseram, foi fruto das minhas reflexões em relação às ideias de Michel de Certeau.<sup>13</sup> Suas argumentações em torno do conceito de estratégia criaram condição para que eu passasse a entender a Sociedade Beneficente Brasil Unido como o *lugar* por meio do qual o grupo de nordestinos que a fundou e dirigiu instituiu e articulou, estrategicamente, suas ações mutualistas e filantrópicas, tendo em vista uma *exterioridade*, representada, no caso, pela sociedade de São Caetano do Sul.

As atividades de natureza mutualista estavam voltadas para os sócios da entidade e compreendiam a concessão de auxílios financeiros, em circunstâncias adversas, como as advindas de doença, desemprego e morte. As atividades filantrópicas, por outro lado, destinavam-se aos “estranhos” à entidade, ou seja, aos não associados.

O enquadramento do amparo nessas duas frentes de atuação respondeu, assim, à questão inicialmente lançada por mim quanto à natureza das atividades da Brasil Unido. O Livro de Registro de Beneficências não só criou condição para esse direcionamento, como também revelou à pesquisa preciosas informações sobre os problemas enfrentados pelos migrantes nordestinos em São Caetano do Sul, como os referentes à falta de emprego,

---

<sup>13</sup> A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 99.

moradia e documentos, além de ter suscitado reflexões acerca do modo como o grupo dirigente da Brasil Unido concebia tais problemas e o próprio migrante amparado.

Nesse sentido, a pesquisa passou a ganhar novos contornos. Aos dados trazidos à tona por aquele Livro de Benefícias juntaram-se outros, provenientes de outros tipos de fonte, como, por exemplo, os ofícios enviados e recebidos pela entidade estudada. Estes também foram de uma importância ímpar, pois forneceram uma série de questões ao trabalho, criando condição para que eu o conduzisse rumo a outros aspectos da atuação da Brasil Unido, como os concernentes às suas iniciativas para além do amparo ao migrante nordestino. Tais iniciativas, que extrapolavam a finalidade original para a qual a Brasil Unido fora criada, constituem indícios das articulações e estratégias de seus dirigentes em prol da sobrevivência e fortalecimento da entidade.

A referida constatação torna compreensível a eleição da via filantrópica para a prestação de assistência material aos necessitados em geral, não apenas aos de origem nordestina. Isso sem falar do engajamento da entidade em campanhas benéficas de projeção local e até nacional, como a do Natal das Crianças Pobres e a de Combate ao Câncer, respectivamente.

Em tais circunstâncias, a Brasil Unido ganhava visibilidade, o que lhe propiciava ampliar suas redes sociais, a partir das adesões, contatos e intercâmbios institucionais ensejados por tais campanhas. A ampliação dessas redes aumentava consideravelmente a possibilidade de êxito de seus empreendimentos, uma vez que lhe abria caminho para a obtenção de apoio financeiro na forma de patrocínios, financiamentos e subvenções. Suas estreitas relações com entidades como o Serviço Social da Indústria (Sesi), instituição patrocinadora dos seus cursos de alfabetização de adultos e de corte e costura, e com as forças políticas, em suas diferentes esferas, são a prova disso.

Todos esses aspectos levaram-me a readaptar a problemática alusiva à natureza das atividades da Brasil Unido. Uma vez ciente de que as mesmas possuíam um caráter mutualista e filantrópico, a questão que passou a se impor, em face dos novos elementos revelados pela pesquisa, foi a seguinte: Quais foram as forças e conjunturas que moveram a entidade em suas práticas mutualistas e filantrópicas?

Cumpre ainda ressaltar que os dados provenientes do avanço dos trabalhos de pesquisa propiciaram também a mim formular uma nova questão, assim expressa: Sob quais condições e circunstâncias se processaram as relações da Sociedade Beneficente Brasil Unido com as forças políticas e com instituições locais e de âmbito nacional?

Levando em conta que a compreensão da atuação da entidade constitui-se no objetivo da pesquisa, a questão referente às forças e conjunturas que moveram a entidade em suas práticas mutualistas e filantrópicas firmou-se como a problemática central do trabalho, abarcando a indagação sobre as relações da Brasil Unido com as forças políticas e com algumas instituições locais e nacionais, questão esta citada acima, e, naturalmente, outras interrogações. Interessou-me também refletir a respeito de sua atuação frente a aspectos culturais indicativos da presença nordestina na cidade.

Como já tive oportunidade de salientar, a Brasil Unido orientava suas ações a partir do mutualismo e da filantropia. Essas duas vias de atuação firmaram-se como estratégias eleitas pelos dirigentes da entidade no enfrentamento das conjunturas históricas vigentes em São Caetano do Sul na época de seu surgimento. No começo da década de 1950, São Caetano dava os seus primeiros passos como município, visto que sua autonomia política em relação a Santo André havia sido obtida, via plebiscito, em 24 de outubro de 1948. Embora apresentasse uma vantajosa situação econômica, em virtude de seu poderoso parque fabril, do qual faziam parte indústrias de projeção internacional, como a General Motors, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e a Cerâmica São Caetano, sua realidade, em termos de infraestrutura urbana, ainda era precária. Problemas com a rede de água e esgoto eram os mais preocupantes, visto que a população ficava exposta a doenças e epidemias, não podendo, sequer, recorrer a serviços médicos gratuitos, pois, naquela época, a municipalidade ainda não possuía uma unidade de pronto atendimento, muito menos um hospital. Tal quadro só começaria a ser revertido em 1954, com o início das atividades do Pronto Socorro Municipal.

Esse clima de insegurança, provocado pela então incipiente estrutura urbana de São Caetano, repercutia, sobremaneira, na população mais carente, que era engrossada pelos recém-chegados do Nordeste. A situação para eles era ainda mais caótica por força dos problemas que tinham de enfrentar, em sua nova cidade, como os referentes ao preconceito, às dificuldades para obtenção de emprego e moradia, dentre outros. Esses problemas sintetizavam os obstáculos encontrados pelos migrantes nordestinos em seu próprio processo de inserção na sociedade local. Nesse sentido, as conjunturas históricas vigentes em São Caetano do Sul criaram um cenário propício à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido. Suas práticas filantrópicas iriam, assim, ao encontro das necessidades prementes dos migrantes nordestinos. Foi a finalidade do amparo moral e material a esse grupo que tornou a filantropia um dos pilares da atuação da entidade.

Por outro lado, a opção de seus dirigentes pela linha mutualista, como uma das frentes de atuação da entidade, pode ser explicada não só a partir das conjunturas específicas ao município de São Caetano, mas também pela perspectiva da realidade do próprio serviço previdenciário brasileiro. No início da década de 1950, esse serviço estava ainda em processo de estruturação e, por essa razão, era bastante deficitário. Daí a importância da Brasil Unido, no que tange à seguridade, conceder aos seus sócios, por meio da via mutualista, pensões e outros auxílios monetários, em caso de doença e de outras circunstâncias que pudessem privá-los do trabalho. No caso de São Caetano do Sul, a necessidade por entidades de cunho mutualista em seu cenário social era ainda mais notória, visto que o município era um subúrbio operário.

No desenvolvimento das questões propostas pela pesquisa, destacou-se o diálogo com alguns estudos. No tocante às discussões sobre as atividades mutualistas e filantrópicas da entidade, foram de grande importância os pressupostos teóricos advindos dos trabalhos de Ronaldo Pereira de Jesus e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, os quais pontuam e discutem questões históricas que motivaram e marcaram a constituição de associações mutuais e filantrópicas no Brasil.

No que tange, especificamente, ao mutualismo, ambos os autores o concebem como uma prática que desencadeia relações sociais horizontalizadas, visto que elas pressupõem uma contrapartida financeira, garantidora de uma série de benefícios, dentre os quais se destacam os auxílios monetários recebidos por membros do quadro associativo das mutuais. Essa ideia da horizontalidade das relações mutualistas ensejou minhas reflexões, levando-me a problematizar casos verificados na Brasil Unido, indicativos da existência de uma hierarquia relacional entre a sua cúpula dirigente e os seus sócios.

A situação socioeconômica dos dirigentes da entidade, resultante de um grau de escolaridade que lhes permitiu ocupar cargos ou desempenhar funções conceituadas e respeitadas em termos profissionais em São Caetano, criava condição para a verticalização de suas relações com os associados de realidade bem distinta, econômica, social e intelectualmente. Daí o teor de registros alusivos a tais relações ser impregnado de expressões que traduzem essas diferenças.

Vale dizer que, além dos registros que apontam a distância hierárquica que havia entre o grupo dirigente da Brasil Unido e o restante dos membros de seu quadro social, apresentarei também, neste trabalho, casos concretos das práticas mutualistas da entidade para com alguns de seus sócios. Tais casos foram extraídos, em grande parte, do Livro de Registro de

Benefícias, referente aos anos de 1951 a 1954, período que marca o início da atuação da Brasil Unido em São Caetano do Sul. No referido livro, a direção da entidade lançou todos os auxílios destinados aos seus sócios. Sendo assim, pude tomar conhecimento das circunstâncias e situações que motivavam, mais frequentemente, as práticas mutualistas da Brasil Unido nos quatro primeiros anos de sua atuação.

Documentos que compõem a correspondência ativa e passiva da entidade, como, por exemplo, ofícios, telegramas, memorandos e cartas, foram também de grande importância para a pesquisa, pois trouxeram à tona outros aspectos do mutualismo praticado pela entidade, os quais municiaram as minhas análises, discussões e reflexões. Esse conjunto documental revelou algumas peculiaridades do mutualismo praticado pela Sociedade Brasil Unido. Ficou claro que suas práticas de amparo de cunho mutualista se adaptavam às diferentes circunstâncias e necessidades do cotidiano dos seus sócios, de modo que não garantiam, única e exclusivamente, os auxílios tradicionalmente reconhecidos pelo mutualismo, tais como os auxílios doença e funeral.

Em virtude dessa constatação, tive de levar em conta os meandros e as especificidades das ações da Brasil Unido. O conhecimento das configurações adquiridas por suas práticas, frente às diversas situações cotidianas, me ajudou a compreender sua atuação. A consciência de que ela não era dotada de uma linearidade, rigidez ou inflexibilidade fez com que eu incorporasse, em minhas reflexões, os variados aspectos de suas ações, constituídos, historicamente, no seu dia a dia. Em termos metodológicos, o fato de a atuação da entidade não ter sido linear fez com que eu optasse por não apresentar boa parte da documentação na qual se assenta a pesquisa de acordo com uma ordem cronológica, mas sim em conformidade com a estrutura que propus às abordagens dos assuntos e temas que integram a presente dissertação.

Tal como se observou em relação às práticas mutualistas, o Livro de Registro de Benefícias da Brasil Unido foi também de suma importância nas discussões atinentes à sua outra via de atuação: a filantropia. Se, por um lado, o mutualismo pressupõe contrapartida financeira, advinda do pagamento das mensalidades efetuado pelos sócios das mutuais, a filantropia, por outro, não a comprehende, firmando-se como uma prática de socorro ou auxílio aos necessitados, sem que da parte deles haja um vínculo associativo que justifique o desembolso de alguma quantia para garantir o usufruto dos benefícios.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Oidles*, Málaga, v. 1, n. 1, set. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira-resum.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

Partindo dessas diferenciações elementares, pude qualificar como filantrópicas as ações de amparo, inseridas naquele livro de registro, voltadas a migrantes nordestinos recém-chegados a São Caetano do Sul. As práticas filantrópicas lá registradas revelam problemas marcantes da realidade do migrante, como os que dizem respeito às dificuldades que encontrava para obter emprego, em razão de sua baixa ou nenhuma escolaridade, e também por não possuir, na maioria das vezes, os documentos necessários para tal. Daí a existência de um número significativo de registros que apontam para as providências da Brasil Unido no sentido da consecução de documentos e de emprego para os migrantes.

Além desses, outros auxílios configuravam ainda filantropia, como as concessões de abrigo, alimentação e dinheiro, além das providências para tratamentos médicos. Em todas essas situações, é impossível negar a importância do papel desempenhado pela rede social da Brasil Unido e mesmo a visibilidade da instituição na sociedade de São Caetano. É de se supor que muitos migrantes não associados tenham recorrido à entidade em razão de conhecerem algum membro seu, ou mesmo por indicação de moradores do município que conheciam os propósitos da Brasil Unido ou que mantinham relações de amizade e/ou de outra natureza com seus associados.

A existência de difusos intercâmbios sociais também fica implícita em relação aos próprios processos e trâmites inerentes à execução das práticas filantrópicas. Assim, para agilizar os procedimentos necessários à obtenção de documentos para seus amparados, por exemplo, ou mesmo para conseguir tratamentos médicos para eles, a Brasil Unido valia-se dos contatos de sua rede social, desencadeando a formação de verdadeiras teias de solidariedade. Tais contatos eram constituídos tanto por instituições quanto por pessoas físicas.

Ademais, encontrava-se intrínseco à agilização de providências para a execução de práticas filantrópicas o fato de a entidade contar, em seus quadros diretor e associativo, com a presença de pessoas que eram sócias ou exerciam alguma função em instituições benfeitoras. Esse vínculo de membros seus com outras entidades, tanto as de dentro quanto as de fora de São Caetano, mostrou-se decisivo para o estabelecimento de intercâmbios e de estreitas relações entre elas e a Brasil Unido, que, desse modo, via o seu círculo social expandir-se e fortalecer-se.

Algumas circunstâncias estimuladoras de ações filantrópicas evidenciam a posição usufruída pela Brasil Unido de ter se firmado como uma referência para a comunidade nordestina. O que reforça tal constatação são alguns registros do Livro de Beneficências, além

do relato do baiano Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores e ex-presidente da entidade.

Conforme expôs durante o depoimento concedido a mim, em 10 de setembro de 2009, a credibilidade que a Brasil Unido tinha junto aos nordestinos era notória, a ponto de ter sido, em muitas ocasiões, procurada por pessoas que estavam no Nordeste e que, por terem perdido contato com seus familiares estabelecidos na cidade e região, buscavam informações e notícias por meio dela. Isso sem falar dos migrantes recém-chegados que a procuravam na tentativa de localização de seus parentes, amigos ou conhecidos instalados em São Caetano e nos arredores, o que era facilitado, ou mesmo viabilizado, mais uma vez, pelos intercâmbios sociais mantidos pela entidade no interior da sociedade local.

Mas não foi apenas a prática da filantropia para com os migrantes nordestinos que concedeu visibilidade à Sociedade Beneficente Brasil Unido. Suas iniciativas para além do amparo ao migrante nordestino também contribuíram para tal, na medida em que ajudaram a intensificar e a alargar o seu processo de articulação e integração na sociedade de São Caetano do Sul. Dessa forma, sua atuação tornou-se mais invasiva e menos restrita, pois suas ações filantrópicas passaram a destinar-se aos “menos favorecidos pela sorte”, expressão recorrente na documentação da entidade, numa referência aos necessitados em geral, não exclusivamente aos de origem nordestina. O amparo a estes últimos deu-se, assim, simultaneamente às ações destinadas aos não nordestinos, o que me levou a interpretar a atuação da entidade de maneira não segregada, ou seja, não separando ou delimitando em blocos desconexos suas ações, tanto as de cunho mutualista quanto as filantrópicas. Todas elas formavam um todo, um emaranhado diante das diferentes circunstâncias e condições vigentes no contexto do município de São Caetano do Sul no período histórico de 1950 a 1965.

As ações da Brasil Unido foram, portanto, concebidas por mim conjuntamente, como fruto de estratégias traçadas por seus dirigentes no enfrentamento das conjunturas. Desse modo, a via filantrópica foi a escolhida pela entidade para a ampliação do amparo, firmando-se como um importante instrumento de seu fortalecimento, por conta não só da conquista de espaços que ela possibilitara, mas, principalmente, pelos benefícios intrínsecos a ela.

As reflexões condizentes à frente filantrópica de atuação da instituição, de um modo geral, foram teoricamente embasadas pelas ideias de Pierre Bourdieu e Edward P. Thompson. As contribuições que ambos forneceram a mim, nesse sentido, dizem respeito às suas discussões acerca das implicações vantajosas que envolvem os atos caritativos. Essas vantagens são, segundo Bourdieu, o capital simbólico proveniente das dádivas, cuja

materialização é expressa pelo reconhecimento de quem as ofertou.<sup>15</sup> Thompson, ao analisar os atos de doar, considera a aquisição de prestígio como um elemento deles resultante.<sup>16</sup>

As práticas filantrópicas auferiam prestígio e reconhecimento ao grupo dirigente da Brasil Unido, evidenciando também as diferenças entre ele e os destinatários de sua filantropia. Isso porque a condição usufruída por aquele grupo, constituído por membros que tinham alcançado certo *status* socioeconômico em São Caetano, em razão das atividades ou profissão que desempenhavam (vale destacar que entre os integrantes das diretorias apresentadas pela entidade, no período enfocado pela pesquisa, havia profissionais liberais, comerciantes e industriários), já os tornava aptos para a promoção da filantropia em relação àqueles que não possuíam a mesma realidade social e econômica. Era, portanto, a partir da via filantrópica que a Brasil Unido obtinha prestígio e reconhecimento junto à sociedade sul-sancaetanense, criando, por vezes, quase uma “clientela” local, que dava suporte à construção de lugares de poder na cidade.

Cumpre observar que o engajamento da entidade em campanhas benéficas, como a do Combate ao Câncer, cujo alcance foi nacional, e a do Natal das Crianças Pobres, iniciativa consagrada na cidade desde meados da década de 1940, a qual envolvia o apoio da Administração Pública Municipal e a participação de entidades assistenciais e de “diversas mulheres proeminentes na sociedade local”,<sup>17</sup> criou também condição para o seu prestígio e reconhecimento.

A extensão do amparo aos necessitados em geral possibilitou à Sociedade Beneficente Brasil Unido conquistar espaços no interior da sociedade de São Caetano. Fortalecida por essa expansão, a entidade se colocou no próprio espaço da correlação de forças, aproximando-se e firmando relações com os detentores do poder político, em níveis local, estadual e federal. Na medida em que a Brasil Unido conquistava espaços e visibilidade na sociedade de São Caetano do Sul, ela articulava-se conforme as necessidades ditadas pelas circunstâncias, de modo que o posicionamento oscilante assumido frente às forças políticas pudesse ser por mim interpretado como uma articulação estratégica e hegemônica de seus dirigentes.

Em prol de seu projeto de amparo aos migrantes nordestinos, a Brasil Unido recorria às correntes que estavam no poder político, solicitando-lhes ora auxílios financeiros, ora providências para questões que afligiam os nordestinos em seus processos de deslocamento para São Paulo. As relações estabelecidas com as forças políticas que estavam no comando do

<sup>15</sup> *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996, p. 175.

<sup>16</sup> *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 245.

<sup>17</sup> CREPALDI, Lilian. Natal solidário: ações para inclusão social em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 38, p. 11-16, dez. 2008, p. 12.

poder, tanto em níveis municipal e estadual quanto no âmbito federal, foram estrategicamente conduzidas para atender às necessidades em voga em cada momento ou circunstância da história da entidade.

Assim, foi possível perceber uma maleabilidade no tom do discurso dirigido por sua cúpula aos que estavam à frente do poder político. Se o discurso era destinado a justificar pedidos de apoio financeiro às autoridades políticas, o seu teor apresentava-se de forma branda e compassiva. Por outro lado, se o discurso era proferido com o intuito de chamar a atenção daquelas autoridades para certos problemas que afetavam os migrantes, o seu conteúdo era incisivo, rígido e de oposição a tais mazelas. Essas oscilações no posicionamento da entidade frente às forças políticas podem ser interpretadas como um traço sinalizador dos meandros e das negociações que as relações hegemônicas pressupõem, como pude constatar a partir de Raymond Williams<sup>18</sup> e Stuart Hall.<sup>19</sup>

Cabe notar que a documentação na qual esta pesquisa se apoia não só apontou as articulações e as estratégias adotadas pelos dirigentes da Brasil Unido no enfrentamento das conjunturas históricas e na luta para a obtenção de espaço e poder na correlação de forças no município de São Caetano, como também evidenciou a visão daquele grupo dirigente acerca dos migrantes beneficiados por suas iniciativas. Tal visão expressa a concepção da própria entidade a respeito dos destinatários de suas ações.

Para compor essa concepção, utilizei o discurso veiculado por seus dirigentes em documentos como ofícios e registros do Livro de Beneficências da entidade, principalmente. Embora esse tipo de documentação tenha sido produzido em circunstâncias diversas, possuindo, assim, variadas finalidades, os termos nele empregados me permitiram refletir a respeito do modo como os dirigentes enxergavam seus migrantes amparados. Dentre tais termos, estão expressões que compõem o discurso preconceituoso comumente proferido sobre os nordestinos, vistos, muitas vezes, como famigerados e vítimas da seca e da miséria.

Qualificativos estereotipados, como os sintetizados pela expressão “rudes, desorientados e sem cultura”, eram proferidos recorrentemente pela cúpula da Brasil Unido. Mas esses qualificativos não advinham exclusivamente da entidade. Eles integravam o imaginário social da época acerca de um Nordeste do atraso, constituído e propagado por segmentos políticos e por setores responsáveis pela produção e difusão do conhecimento e da cultura.

---

<sup>18</sup> *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>19</sup> *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Abordar, portanto, a concepção dos dirigentes da Brasil Unido acerca de seus amparados pelo prisma dos discursos preconceituosos significa inseri-la nos meios que reforçavam, legitimavam e propagavam a imagem preconceituosa historicamente construída a respeito do Nordeste e dos nordestinos. A discussão levantada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre os processos, meios e contextos sob os quais aquela construção ocorreu me conduziu rumo a outros autores que também retrataram, em seus respectivos trabalhos, o assunto em questão, como, por exemplo, Odair da Cruz Paiva, Mariza Romero, Isabel Cristina Guillen, Telma Bessa Sales e Marta Emisia Jacinto Barbosa.

As discussões e ponderações feitas por tais estudiosos forneceram o suporte teórico necessário à minha compreensão acerca da visão preconceituosa que se articulava aos esforços dos dirigentes da Brasil Unido para a promoção da inserção de seus migrantes amparados na sociedade de São Caetano do Sul, conforme as peculiaridades culturais lá vigentes. Sendo assim, a Brasil Unido não pode ser compreendida como uma entidade voltada para a promoção de iniciativas que almejavam a preservação da cultura nordestina, tal como era observado em relação às mutuais étnicas. Ela propunha a adaptação do migrante aos usos e costumes de São Paulo, o que, muitas vezes, implicava na desqualificação das culturas e modos de vida de seus amparados, orientação que deixa transparecer, em sua atuação, traços que se pretendem hegemônicos. A cultura era vista por seus dirigentes pela perspectiva do letramento e erudição, e não como algo dinâmico que se insere nos processos de constituição do social, os quais compreendem as diversas experiências vividas pelos sujeitos. Logo, boa parte da documentação analisada que versa sobre a concepção dos dirigentes da Brasil Unido a respeito dos migrantes beneficiados por suas práticas filantrópicas atribui a eles, em decorrência de sua pouca ou nenhuma escolaridade, a condição de pessoas “desorientadas e sem cultura”. Em contrapartida, a entidade assumia a defesa de seus amparados, revelando respeito por eles e interesse pela solução dos problemas que os afligiam, o que a levou, não raro, a açãoar as autoridades políticas, além de instituições públicas e privadas do cenário social de São Caetano do Sul.

No que concerne à concepção dos amparados a respeito dos dirigentes da Brasil Unido, ficou claro que ela compatibilizava-se com a visão que aqueles dirigentes tinham de si. Dessa forma, as representações provenientes do discurso enaltecedor que proferiam sobre as propostas, feitos e missão da entidade estavam também presentes nas falas dos beneficiados por suas iniciativas.

Para melhor compreensão, as questões e os aspectos aqui pontuados de uma maneira geral e introdutória encontram-se distribuídos pelos três capítulos que estruturam a presente dissertação. As abordagens que englobarão esses elementos marcantes da atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido serão feitas conforme as propostas elucidadas abaixo.

No primeiro capítulo, apresentarei um panorama das conjunturas históricas vigentes em São Caetano do Sul quando dos processos migratórios de nordestinos para a localidade. Desse modo, mostrarei os problemas que eles enfrentaram em sua nova realidade, expressa por um cenário urbano em estruturação, o qual denotava a importância da atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido. Em face das condições históricas adversas de um recém-município como São Caetano, tal entidade surgiu e articulou-se. Os aspectos e questões que estiveram por trás do seu processo de constituição serão também discutidos, de maneira que as duas vias que pautaram a sua atuação, o mutualismo e a filantropia, possam ser compreendidas.

No segundo capítulo, analisarei as práticas mutualistas e filantrópicas da Brasil Unido, a partir de casos específicos revelados pela documentação gerada pela entidade. Serão ainda discutidos os assuntos desenrolados em seus bastidores, como as articulações e estratégias de seus dirigentes em prol da sobrevivência e fortalecimento da instituição, no contexto da correlação de forças na sociedade de São Caetano do Sul.

No terceiro capítulo, por sua vez, discutirei a respeito do modo como amparados e dirigentes da Sociedade Beneficente Brasil Unido concebiam uns aos outros, apontando os preconceitos e diferenças inerentes às relações estabelecidas entre ambos os grupos, em variadas circunstâncias.

## CAPÍTULO I - NEM TUDO ERA ITALIANO: UMA ENTIDADE DE MIGRANTES NORDESTINOS SURGE EM SÃO CAETANO DO SUL

### 1.1 O surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido: a força da presença nordestina nos quatro cantos da cidade

O surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido constitui-se numa das principais evidências da força da presença nordestina em São Caetano do Sul. Fundada em 2 de julho de 1950, com a finalidade precípua de amparar os migrantes nordestinos instalados na cidade, a atuação da referida entidade trouxe à tona os problemas que mais afligiam aquele grupo no processo de instalação em seu novo ambiente de moradia e de outras múltiplas vivências.

As práticas empreendidas pela instituição, as quais foram investigadas a partir da documentação originada por elas próprias, revelaram também o comportamento do grupo dirigente da Brasil Unido frente às mazelas que acompanhavam a migração. Estas, aliás, foram consideradas as grandes responsáveis pela articulação de um grupo formado por 13 nordestinos (Jorge de Souza Muniz Ferreira, Humberto Fernando Forte, Oséas Fialho, Arthur Estrella de Souza, Francisco Afonso Carvalho, Orlando Souza, Antônio Pereira Pontes, Aprígio Bernardino de Salles, Pedro Hermenegildo, Bernardino Borges de Salles, José Bernardino Cunha, Everaldino Alves de Carvalho e Caio Estrella de Souza), o qual, ao propor iniciativas de amparo voltadas aos migrantes nordestinos, lançou o “movimento de confraternização de nortistas”,<sup>20</sup> cuja primeira reunião, em 2 de julho de 1950, culminaria na fundação da Sociedade Beneficente Brasil Unido.

No convite datado de 27 de junho de 1950, o qual foi distribuído na cidade, aquele grupo não só conclamava o comparecimento dos conterrâneos à mencionada reunião, como também justificava a proposta de amparo lançada:

Caro conterrâneo:

Desde que chegamos às plagas da Paulicéa, foi sempre a nossa maior preocupação patriótica proporcionar a todos os nortistas, que aqui residem ou venham em busca de trabalho uma assistência moral e material.

---

<sup>20</sup> Tal expressão aparece no documento que relaciona as pessoas presentes na reunião que marcaria o surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido, no dia 2 de julho de 1950, e serviu para designar o esforço inicial dos 13 nordestinos que lançaram a proposta da promoção de iniciativas de amparo junto aos migrantes nordestinos instalados em São Caetano do Sul.

Dai nascceu a ideia de fundarmos um núcleo que, congregando-nos indistintamente, pudesse preencher as falhas, ainda existentes, que tantas dificuldades causam aos recem-chegados, principalmente.<sup>21</sup>

O primeiro passo estava lançado. A ideia daqueles 13 nordestinos de congregar ou reunir outras pessoas provenientes da região Nordeste acabou criando condição para o surgimento da Brasil Unido. Assim, com a institucionalização da proposta de amparo, seria possível tomar providências mais articuladamente, visto que os problemas levados ao conhecimento da entidade passariam a ser tratados não de forma isolada, mas sim a partir de um aparato institucional que orientaria e agilizaria os procedimentos ou caminhos a serem seguidos na busca por medidas que pudesse resolvê-los ou, no mínimo, amenizá-los. A proposta de congregação nordestina encaminhada por aquele grupo, ao se converter na criação de uma entidade de amparo, evidencia a presença maciça de nordestinos nos quatro cantos de São Caetano do Sul e também a dimensão de suas necessidades e demandas.

A década de 1930 pode ser considerada o marco do processo de instalação de migrantes nordestinos em São Caetano. A partir daquele decênio, a entrada de pessoas oriundas do Nordeste tornou-se frequente na cidade, atingindo níveis significativos nas três décadas seguintes, por força de seu intenso processo de expansão industrial e urbana. Por outro lado, nas duas primeiras décadas do século passado, a população de São Caetano era formada, predominantemente, por membros e descendentes de diferentes correntes imigratórias,<sup>22</sup> com destaque para a italiana, a espanhola e a portuguesa. Engrossavam ainda esse grupo representantes de outras etnias, dentre as quais se evidenciam a alemã, a ucraniana e a nipônica. Isso sem falar da presença de famílias originárias de diferentes regiões do interior paulista, vindas atraídas pelas crescentes oportunidades de emprego oferecidas pelas fábricas locais.

<sup>21</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Convite da reunião de fundação da Sociedade Beneficente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, 27 jun. 1950.

<sup>22</sup> A respeito das diferentes correntes imigratórias que contribuíram para a formação étnica da população de São Caetano do Sul, cumpre ressaltar o registro feito pela Revista *Raízes*, ao longo de seus 23 anos de história. Publicada semestralmente, pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, firmou-se como uma alternativa às versões tradicionais da história local, cujo destaque exacerbado e heroico concedido aos imigrantes italianos ocultou a participação de membros de outras nacionalidades ou proveniências na construção urbana da localidade. *Raízes*, ao publicar trabalhos e matérias sobre a presença de outros núcleos estrangeiros em São Caetano, deu o primeiro passo no sentido da desconstrução da teoria triunfalista inerente à historiografia oficial do município. Dentre os trabalhos que se inserem nessa proposta de desconstrução, destaque para os artigos de autoria de Aleksandar Jovanovic, os quais enfocam, minuciosamente, aspectos culturais de diferentes etnias, como, por exemplo, a ucraniana e a suábia. Esta última, embora composta de imigrantes com cidadania de diferentes países da Europa Central, conservava uma única língua: a alemã. A presença desses dois grupos, cujo processo de instalação em São Caetano tivera início na primeira metade do século passado, encontra-se, respectivamente, abordada nos seguintes títulos de Jovanovic: Ucranianos, sete décadas de presença marcante. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 17-29, jan. 1992; e Os Donauschwaben, uma comunidade de língua alemã em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 9, p. 11-18, jul. 1993.

No que tange à presença nordestina, o registro mais antigo de que se tem notícia remete a Ângelo Raphael Pellegrino. Natural de Jaqueira, Pernambuco, chegou à cidade em 1921 para assumir a gerência da então Cerâmica São Caetano Ltda. (quando a fábrica não era ainda dirigida por Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira, período correspondente ao de sua expansão e fortalecimento). A antiguidade desse registro, todavia, não descarta a hipótese de São Caetano ter apresentado em seu cenário social a presença de outro(s) nordestino(s) anteriormente ao ano de 1921. Isso é algo a ser investigado.

As incertezas que existem em relação à presença de nordestinos em São Caetano não só no período anterior ao da chegada de Pellegrino, mas também nos anos imediatamente posteriores a 1921, não se verificam no tocante à década de 1930. Como já foi mencionado, foi a partir dessa década que a entrada de migrantes provenientes do Nordeste tornou-se sistemática na cidade. E tal não se observou por acaso. Isso porque sua instalação ocorreu paralelamente à política migratória empreendida pelo governo paulista, cujo alvo eram as fazendas de café e algodão do interior de São Paulo. É possível até afirmar que essa política acabou, indiretamente, criando condição para a entrada, em São Caetano, de, pelo menos, dois nordestinos que vieram subsidiados para o estado de São Paulo. Trata-se de Raimundo da Cunha Leite e Antônio Porfírio de Andrade, dois dos fundadores da Sociedade Beneficente Brasil Unido.

Cunha Leite, que, além de fundador, chegou também a presidir a entidade na gestão 1954-1955, percorreu os caminhos estipulados aos migrantes oficiais, ou seja, aqueles que vinham para São Paulo sob os cuidados do governo paulista. Nascido no sertão da Bahia, no extinto vilarejo de Rancharia, em 2 de setembro de 1923, Raimundo da Cunha Leite deixou o povoado de Jurema, também na Bahia, onde então estava vivendo, no dia 3 de junho de 1939, antes de completar 16 anos. O destino era o estado de São Paulo, região que mexia com o imaginário de milhares de nordestinos, visto ser ela lida e propagandeada como a terra das oportunidades, do desenvolvimento e da prosperidade. A cidade de São Paulo, mais especificamente, absorvia todos os adjetivos que se opunham aos atribuídos ao Nordeste. Rumar para a capital paulista, numa época em que prevaleciam análises e estudos segundo os quais o Brasil se encontrava estruturalmente dividido entre “o atraso rural e o progresso urbano”,<sup>23</sup> significava para os migrantes “progredir, [...] gozar da civilização”.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 27.

<sup>24</sup> ALMEIDA; MENDES SOBRINHO apud FONTES, Paulo, *op. cit.*, p. 27, grifo do autor.

Os relatos feitos pelo próprio Cunha Leite acerca dos motivos de sua vinda para São Paulo são mais do que elucidativos nesse sentido. São paradigmáticos dessa concepção dual, representada, de um lado, pelo atraso e arcaísmo do Nordeste, e, de outro, pela superioridade paulista:

Assim o tempo ia passando, as coisas cada vez mais difíceis em razão das repetidas secas que a cada ano iam-se sucedendo, tornando a vida em Jurema insuportável para os seus moradores, isso no início da década de trinta, daí a idéia da fuga em busca de trabalho crescendo cada vez mais entre os homens. [...]

Já a esse tempo São Paulo era a nova Canaã anunciada, pois a demanda de mão de obra para a cultura do café e depois do algodão em São Paulo se fazia presente e por isso mesmo a mão de obra de fora começa a ser bem recebida, principalmente vinda do norte e nordeste brasileiro.<sup>25</sup>

E, de fato, naquele decênio de 1930, a migração nordestina interessaria aos fazendeiros paulistas. A inserção de trabalhadores migrantes ocorreria tanto no setor de exportação, em especial nas lavouras de café, quanto no plantio do algodão, matéria-prima essencial para as indústrias têxteis do estado de São Paulo.

Na década de 1930, a cotonicultura voltou a ganhar destaque no cenário econômico brasileiro, em razão de sua significativa expansão no interior paulista, sobretudo na região Noroeste do estado. A crise pela qual passava o setor cafeeiro, por ocasião da depressão econômica mundial deflagrada em 1929, pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, contribuiu muito para o crescimento da cultura algodoeira naquela área. Dessa forma, a adoção de mão de obra de migrantes traria benefícios para esses dois segmentos da agricultura paulista, uma vez que criaria condições para o barateamento dos custos de sua produção, algo extremamente vantajoso tanto para os cafeicultores, que procuravam superar a crise, quanto para os cotonicultores, que, em processo de expansão, buscavam a sua afirmação perante a economia brasileira.

Foi por força dessa gama toda de interesses e de conjunturas externas, como a observância do declínio da imigração, em decorrência da ascensão de governos fascistas em países até então fornecedores de trabalhadores ao Brasil, que o governo paulista tratou de conceder sua contribuição ao processo de nacionalização da mão de obra<sup>26</sup> (questão que,

<sup>25</sup> CUNHA LEITE, Raimundo da. *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*. São Paulo; São Caetano do Sul: Alendaarte, 2002, p. 24.

<sup>26</sup> Odair da Cruz Paiva, no trabalho intitulado *Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes*: a migração para o Estado de São Paulo (1888-1993), apresenta documentos oficiais que trazem à tona as justificativas proferidas pelas autoridades aos seus esforços para a instituição de uma política de nacionalização da mão de obra na década de 1930. Tais justificativas refletiam, no entender de Cruz Paiva, “as preocupações sobre a necessidade de se escolher elementos que não trouxessem valores estranhos à nossa formação social”. Daí o apelo dos setores interessados na adoção do trabalho de migrantes a um discurso legitimador de conteúdo patriótico e

desde o início do governo Vargas, vinha promovendo acaloradas discussões políticas e ideológicas), por meio da criação, em 1939, da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes, a ITM.

Além de contar com os serviços existentes desde a época dos grandes fluxos imigratórios para o Brasil, como foi o caso da estrutura oferecida pela Hospedaria de Imigrantes, a Secretaria da Agricultura criou também novos mecanismos para melhor respaldar a política migratória. Em vista disso, verificou-se, também em 1939, a criação, por meio do Departamento Estadual do Trabalho, de postos nas cidades mineiras de Pirapora e Montes Claros, para o recrutamento de migrantes. Porto fluvial do Rio São Francisco, Pirapora recebia nordestinos procedentes de vários estados. Eles chegavam àquela cidade via Juazeiro (Bahia) ou Petrolina (Pernambuco).

Raimundo da Cunha Leite, em seu percurso rumo a São Paulo, partiu de Juazeiro em direção à Pirapora, para, só depois, dirigir-se à “nova Canaã”, como qualificava a capital paulista, cumprindo, desse modo, todas as exigências integrantes do protocolo imposto pelo governo aos migrantes nordestinos. Ao relembrar esse trajeto, iniciado em Jurema, no dia 3 de junho de 1939, assim se manifestou:

Como de costume, o trem da Leste Brasileiro passava em Jurema entre 15 e 16 horas com destino a Juazeiro, de onde embarcaríamos no Vapor Gaiolas de São Francisco com destino a São Paulo, navegando cerca de 1.221 quilômetros rio acima até chegarmos a Pirapora, no Estado de Minas Gerais e onde, via férrea, embarcaríamos para São Paulo, numa viagem de três dias. [...]

A chegada a Juazeiro se deu por volta das 18 horas daquele dia e, ali chegando, cada um procurou alojar-se na casa de parentes, aguardando ansiosamente o embarque no “vaporzinho” do dia seguinte.

Às 17 horas daquele dia 4 de junho de 1939 chegávamos ao Cais do Porto de Juazeiro, onde, serenamente, nos aguardava o “Otávio Carneiro” [...]

O Vapor “Otávio Carneiro”, como os demais “gaiolas” do São Francisco, constituía-se de duas classes de passageiros: a primeira classe se destinava aos passageiros de boa posse financeira, os ricos, sendo a segunda classe, que ficava no convés do navio, destinado aos mais pobres, “barrankeiros do São Francisco” e, principalmente, aos migrantes que se destinavam ao sul do país, mais particularmente São Paulo.<sup>27</sup>

A referência feita pelo migrante Cunha Leite ao local do navio destinado aos nordestinos com destino a São Paulo remete às abordagens de Peter Linebaugh, no artigo *Todas as montanhas atlânticas estremeceram*. Nesse ensaio, o citado autor enfatiza o papel

---

eugênico, como o veiculado por um pedido por trabalhadores nacionais, emitido pela Secretaria da Agricultura, em 2 de setembro de 1935, o qual mencionava a melhoria intelectual e física que a ida para São Paulo traria aos “infelizes” migrantes. Cf. PAIVA, Odair da Cruz. *Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes*: a migração para o Estado de São Paulo (1888-1993). São Paulo: Memorial do Imigrante, 2001. (Série Resumos, 8), p. 25 e 30.

<sup>27</sup> *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 24.

histórico dos navios negreiros, atribuindo-lhes um caráter que se assemelhava ao do sistema fabril de produção, em termos de investimento de capital, de divisão de trabalho e da observância de uma rígida disciplina. De acordo com sua concepção, o navio era uma das formas sob as quais a exploração do trabalho humano organizava-se no final do século XVII. Além dessas características econômicas, Linebaugh concebeu ainda os navios como um ambiente de encontro e difusão de ideias revolucionárias, provenientes dos marinheiros (o proletariado marítimo, segundo ele), de criminosos desterrados e dos negros aprisionados na costa africana. Conforme expôs:

O navio não era apenas o meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam. Todas as contradições do antagonismo social concentravam-se no seu bojo. O imperialismo era o principal. Quaisquer que fossem os pontos elevados que se sobressaíssem ao sol do imperialismo europeu, eles sempre lançavam uma sombra africana.<sup>28</sup>

Estabelecendo um paralelo com as abordagens feitas por Peter Linebaugh, no que concerne ao papel desempenhado pelo navio negreiro na conjuntura histórica do colonialismo europeu nas Américas, questiono acerca do ambiente no qual migrantes nordestinos ficaram agrupados durante a travessia do Rio São Francisco, quando rumavam à Pirapora. Até que ponto, por exemplo, as experiências acumuladas no decorrer da viagem repercutiram na condição de migrante de Raimundo da Cunha Leite, encontrando ressonância em experiências posteriores, vivenciadas em São Caetano do Sul, como a de sua participação em uma entidade de amparo a migrantes nordestinos?

Em outro trecho de seu relato, Cunha Leite expõe a respeito do lazer dos migrantes, mencionando que seu pai, o baiano Antônio Ferreira Leite, se reunia com os demais companheiros de viagem para jogar baralho, em pleno porão de uma embarcação que viajava atrelada ao vapor Otávio Carneiro para o transporte de carga. Inevitável, nessa perspectiva, não considerar os jogos de carta como momentos de descontração propícios às trocas de informações entre os migrantes, como as relativas aos seus anseios, metas e expectativas em relação aos seus locais de destino.

É também bastante reveladora sua lembrança sobre o período em que ficara em Pirapora para submeter-se às exigências concernentes ao recrutamento de migrantes. O conteúdo desse ponto de sua narrativa é dotado de uma carga emocional significativa,

---

<sup>28</sup> Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8, p. 7-46, 1984, p. 33.

destinada a transmitir todo o sofrimento oriundo das humilhações às quais os migrantes eram expostos por força daquele recrutamento:

[...] o “Otávio Carneiro” chegou a Pirapora. Ancorado ao cais do porto dá-se o desembarque dos seus indômitos passageiros, de onde seguem para o local já previamente destinado: um enorme “barracão” [...] especialmente reservado aos migrantes com destino ao sul do país. A partir daí todos passariam a ficar aos cuidados do Serviço de Imigração, até o dia do embarque para São Paulo. [...]

Naquele imenso “barracão” [...], dormia-se sobre esteiras de palha estendidas ao chão e se alimentava como podia, vez que móveis e utensílios de casa não existiam. [...]

E ali ficava aquela multidão de desvalidos, até o dia em que chegasse o trem da “Central do Brasil” [Minas/São Paulo] que levaria os migrantes com destino a São Paulo. Uma vez cadastrados pelo Serviço de Imigração, aquela pobre gente era submetida a exames médicos de variados tipos, e só depois de serem considerados satisfatórios era que se tinha a competente autorização de embarque por parte do Serviço de Imigração. Os que não conseguiam o atestado de saúde e não tinham condições de custear suas passagens ficavam entregues à própria sorte.<sup>29</sup>

Sua narrativa prossegue e os relatos seguintes versam sobre a chegada a São Paulo, com destaque para o período em que permanecera, ao lado de seu pai, na Hospedaria de Imigrantes:

Depois de viajar de trem dias e noites, estafados, chegamos à Estação Presidente Roosevelt [...]

Feito o desembarque [...], os “baianos” que vinham de Minas Gerais foram chamados pelo Guarda de Trem a formarem um só grupo e como boiada a segui-lo pela Rua Dr. Almeida Lima e Av. Visconde de Parnaíba até a Casa de Imigração [...] Ali ficamos por alguns dias, e à guisa de indispensável triagem, fomos todos submetidos a vexatórios exames médicos, pois, para as autoridades sanitárias do Estado, todo nordestino era portador de doenças transmissíveis, principalmente, a esquistossomose. Daí o “estágio” para seguir viagem para o interior do Estado.<sup>30</sup>

As experiências vivenciadas por Raimundo da Cunha Leite, ao longo do percurso rumo a São Paulo, procuraram ser sintetizadas em seus relatos, o que acabou fornecendo-me elementos para algumas reflexões que recaem diretamente sobre o tema da presente pesquisa. As dificuldades que marcaram a sua condição de migrante não teriam criado condição para o seu engajamento na Brasil Unido, atribuindo à sua participação um sentido que extrapolava o mero plano do discurso exemplar destinado a justificar e legitimar ações benficiais ou filantrópicas, como as promovidas pela Brasil Unido?

---

<sup>29</sup> CUNHA LEITE, Raimundo da, *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 31-32.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 33.

O fato de Cunha Leite ter vivenciado experiências muito semelhantes às dos migrantes que foram amparados por meio de alguma iniciativa da entidade é que me possibilitou formular tal questionamento. É bem provável que a sua decisão de integrar o grupo que a fundou e a dirigiu tenha se revestido de uma roupagem menos superficial e, portanto, mais realista, visto a proximidade entre as suas vivências de migrante e a situação de outros nordestinos instalados em São Caetano. O seu relato memorialístico constrói a sua imagem de igual aos outros migrantes, deixando transparecer a sua intenção de salientar a ascensão social que alcançara, legitimadora de sua própria condição de fundador e dirigente da Brasil Unido.

Em 1939, quando Raimundo da Cunha Leite chegou a São Caetano, outros dois fundadores da Brasil Unido já se encontravam lá residindo: Orlando Souza e Bernardino Borges de Salles. Ambos, aliás, integraram aquele grupo pioneiro de 13 nordestinos, responsável pela articulação inicial em prol do amparo aos migrantes, a qual culminaria na fundação da entidade, em 2 de julho de 1950.

Nascido em Petrolina, Pernambuco, Orlando Souza instalou-se em São Caetano por volta de 1935, depois de ter residido, por um breve período, em São Paulo. Na capital, trabalhou no ramo comercial, servindo refeições. A notícia de que o Grupo Matarazzo dava início à implantação de sua fábrica de louças em São Caetano acabou despertando o interesse do pernambucano, que, atraído pela possibilidade de emprego anunciada por tal fato, decidiu mudar-se para aquele município. “Para garantir emprego na nova fábrica, sujeitou-se a trabalhar no setor de marcenaria durante a construção do prédio, onde ficaria a manufatura de louças Cláudia”<sup>31</sup> Nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, permaneceria por 50 anos, período em que exerceu variadas funções, chegando à gerente de produção, para depois tornar-se preposto do grupo junto à Justiça do Trabalho.

O seu bom posicionamento numa indústria de porte como a Matarazzo fez de Orlando Souza uma das referências da Brasil Unido, explicando também o fato de ele ter sido um dos mentores da ideia da promoção do amparo junto aos migrantes nordestinos que chegavam à cidade, quando as articulações que gestariam a entidade estavam apenas se iniciando.

Segundo consta, Orlando Souza “intermediava a colocação desses migrantes em vários postos de trabalho”<sup>32</sup> A popularidade adquirida por conta dessa sua projeção junto não só aos migrantes nordestinos, como também em relação à sociedade de São Caetano como um todo,

---

<sup>31</sup> RODRIGUES, Mário Porfírio. Os três nordestinos líderes autonomistas. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 39-44, jul. 2009, p. 42.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 44.

acabou criando condição para que ele se engajasse na política.<sup>33</sup> Membro do Partido Social Progressista (PSP), foi eleito vereador em duas legislaturas municipais (1953-1957 e 1957-1961).

Praticamente na mesma época de Orlando Souza, chegava a São Caetano Bernardino Borges de Salles, também um dos integrantes daquele grupo dos 13 nordestinos e um dos fundadores da Brasil Unido. Natural de Juazeiro, Bahia, estabeleceu-se, primeiro, na região de Campinas, por conta do emprego conseguido na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 9 de setembro de 1932. Lá permaneceu até 1936, quando decidiu ir para São Caetano. Nessa cidade, trabalhou nos ramos comercial, no segmento de bar e restaurante, e fabril, mais precisamente na Reprensagem e Armazenagem de Algodão S/A. Em meados da década de 1940, instalou, no número 51 da Rua Goitacazes, no centro de São Caetano, uma pensão nos moldes da que pertencera à Dona Jovem,<sup>34</sup> sogra de Raimundo da Cunha Leite. Segundo consta, esse estabelecimento de Bernardino Borges recebia, entre seus hóspedes, muitos nordestinos.

Pouco a pouco, esses migrantes iam constituindo, em São Caetano, suas redes informais de referência e relacionamentos, cujos alicerces eram os nordestinos que se

<sup>33</sup> No que concerne à política, além de Orlando Souza, outros fundadores e membros da cúpula administrativa da Sociedade Beneficente Brasil Unido tiveram uma trajetória de engajamento político-partidário em São Caetano do Sul. Dentre eles, os nomes que destaco na sequência: Humberto Fernando Forte foi presidente do Diretório Municipal do Partido Social Progressista (PSP) no início da década de 1950; Bernardino Borges de Salles foi um dos fundadores e conselheiro do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda pela qual foi suplente de vereador durante a segunda legislatura municipal (1953-1957), além de ter militado em outros partidos da época: Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR); Luiz Dias da Silva foi vereador, na segunda legislatura municipal, pelo PSP; e Raimundo da Cunha Leite foi um dos fundadores e 1º secretário do Diretório Municipal do PTB, além de presidente do Diretório Municipal do PTN a partir de meados da década de 1950. Foi ainda vereador em duas legislaturas municipais (1961-1965 e 1965-1969) pelo PTN, elegendo-se prefeito, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em novembro de 1976, para um mandato que se iniciaria em 1º de fevereiro de 1977. Ao falar de sua carreira política, reconhece: “a Brasil Unido [...] serviu como alavancamento fortíssimo na minha vida pública, muito embora nunca ali se fizesse política partidária”. Cf. CUNHA LEITE, Raimundo da, *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 55.

<sup>34</sup> Dentre as pensões que receberam grande número de nordestinos instalados em São Caetano a partir da década de 1930, destaca-se a Pensão da Dona Jovem, que se situava na Rua Perrella, no Bairro Fundação. Dona Jovem era o apelido carinhoso da baiana Geovanina Borges Duarte. Sua chegada a São Caetano deu-se por volta de 1934, ocasião em que deixara a região de Juazeiro da Bahia, acompanhada do esposo Antônio Duarte Cerqueira e das duas filhas, Maria de Lourdes e Maria Dulce. Tal pensão ganhou, em pouco tempo, fama e respeito por parte dos nordestinos que chegavam à cidade, naqueles idos da década de 1930, tornando-se hospedagem obrigatória desses migrantes. Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores da Brasil Unido, quando chegou a São Caetano, em novembro de 1939, hospedou-se na Pensão da Dona Jovem com seu pai. Além deles, outros tantos nordestinos passaram por lá, dentre eles: Bernardino Borges de Salles (assim como Cunha Leite, um dos fundadores da Brasil Unido), Epitácio Rodrigues da Silva, Euclides da Cunha Barbosa (primo de Raimundo da Cunha Leite), José Rodrigues da Silva, José Barbosa da Cunha, Bento Vellannes Regis (um dos líderes do movimento autonomista de São Caetano), Francisco Chagas da Silva, Oswaldo Barbosa Gonçalves, Urbano Rodrigues da Silva, Francisco Souza Martins e Abel dos Santos Bastos. Cf. CARVALHO, Cristina Toledo de. O migrante nordestino chega a São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 7-16, jul. 2009, p. 14-15.

encontravam há mais tempo na cidade, usufruindo de certa estabilidade econômica, o que lhes conferia prestígio e respeito junto aos seus conterrâneos recém-chegados. Não era em vão, portanto, que aqueles nordestinos de projeção eram sempre procurados por esses migrantes recém-chegados.

Assim como Orlando Souza, Bernardino Borges também procurava ajudá-los de diferentes maneiras. Buscava colocação para esses migrantes no mercado de trabalho local e arrumava escola para seus filhos. Não foram raras as ocasiões em que chegou a assumir o compromisso de fiador nos contratos de locação de imóveis celebrados por tais migrantes.<sup>35</sup>

Além de Orlando Souza e Bernardino Borges, Raimundo da Cunha Leite integrou também o rol dos nordestinos que serviam de referência aos migrantes instalados em São Caetano, fato que acabou lhe rendendo o apelido de “embaixador dos baianos” na General Motors, empresa na qual ingressou, em 22 de maio de 1947, na função de apontador. Ao deixar a multinacional, em 30 de novembro de 1955, já estava no Departamento de Custos, considerado um dos mais importantes da empresa na época. Ao relembrar esse período, Cunha Leite assim se manifesta:

Praticamente fui eu quem abriu caminho para os primeiros nordestinos ingressarem na GM. É que sendo eles inabilitados profissionalmente para trabalhar na linha de montagem, só mesmo com a ajuda e o prestígio de alguém que estivesse lá dentro poderia colocá-los na empresa. [...]

Era muito comum estar trabalhando, quando alguns dos meus colegas de trabalho, Delic, Laranjeira, Jecelyn e até mesmo o André Beer, após atender o telefone, avisarem-me que “na portaria estava sendo chamado o Embaixador dos Baianos”. Chegando à portaria, geralmente olhava, olhava e não via ninguém. Intrigado, acabava por perguntar quem é que estava procurando o Raimundo Leite, para em seguida se apresentar alguém portando uma carta ou mesmo um bilhete dizendo-se ser filho, sobrinho, neto ou até mesmo amigo de alguém da Jurema ou região de Juazeiro, de quem trazia a recomendação para me procurar na GM, na certeza de que eu lhe arranjaria colocação.<sup>36</sup>

As experiências advindas do contato próximo dos nordestinos de boa e estável situação socioeconômica em São Caetano, aqui sintetizadas por histórias que compõem as trajetórias de Orlando Souza, Bernardino Borges de Salles e Raimundo da Cunha Leite, podem ser interpretadas como sendo de fundamental importância para o próprio surgimento

<sup>35</sup> Conforme relatou a professora aposentada Waldir Borges de Salles, filha de Bernardino Borges de Salles, em reconhecimento aos gestos de solidariedade de seu pai, muitos nordestinos recém-chegados a São Caetano convidavam-no para ser o padrinho de batismo de seus filhos, contribuindo ainda mais para o aumento de seu já numeroso rol de compadres na cidade. Esse e outros aspectos da vida de Bernardino Borges, os quais puderam ser recuperados a partir dos relatos manuscritos de sua filha, encontram-se abordados em: CARVALHO, Cristina Toledo de. A vida de Bernardino Borges de Salles narrada em três aspectos. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 45-48, jul. 2009.

<sup>36</sup> *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 53.

da Sociedade Beneficente Brasil Unido. É de se supor que, nesses contatos diretos com os problemas que afligiam os migrantes, a ideia do amparo foi sendo discutida, até ganhar corpo naquela proposta que fora lançada pelos 13 nordestinos, a qual comunicava à comunidade nordestina da cidade a intenção da criação de um núcleo em prol dos interesses dos migrantes.

As considerações de Cunha Leite vêm ao encontro do exposto, pois resumem o aparecimento da entidade que constitui tema da presente dissertação da seguinte forma: A Brasil Unido foi fruto “de uma idéia amadurecida por nordestinos radicados em São Caetano, todos eles com sua vida estabilizada e gozando do melhor conceito na cidade”.<sup>37</sup>

Outro fundador da Sociedade Beneficente Brasil Unido que percorreu o mesmo caminho trilhado por Raimundo da Cunha Leite, na longa viagem rumo a São Paulo, em virtude de ter sido também um migrante subsidiado pelo governo paulista, é Antônio Porfírio de Andrade. Nascido no dia 13 de maio de 1926, em São Bernardo, distrito do então município de Solonópolis, interior do Ceará, antes de chegar a São Paulo teve de dirigir-se a Juazeiro para embarcar em um dos vapores popularmente chamados de “gaiolas do São Francisco”. Passando por Pirapora, seguiu de trem à capital paulista, onde desembarcou na antiga Estação do Norte, daí seguindo para a Hospedaria de Imigrantes, que o encaminhou à Fazenda Laras Campo, situada na região do município de Marília. Era 1944. Em tal fazenda, Antônio Porfírio trabalhou no cultivo de algodão. Depois de um período de aproximadamente dois anos, mudou-se para São Paulo, vindo a trabalhar em uma empreiteira que executava serviços para a implantação da rede de esgoto na capital. A instalação em São Caetano ocorreria no final da década de 1940. Na cidade, o seu primeiro emprego foi na Reprensagem e Armazenagem de Algodão, considerada “o local de trabalho dos baianos recém-chegados a São Caetano”.<sup>38</sup> Posteriormente, veio a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Louças Cláudia), na agência do Banco Mercantil de São Paulo e, por fim, na Adria, empresa na qual se aposentou.

O final da década de 1940, época da chegada do cearense Antônio Porfírio de Andrade a São Caetano, foi marcado por um forte processo de industrialização e urbanização, situação que fazia da cidade um cenário bastante propício à entrada de inúmeros outros nordestinos. A instalação desses migrantes verificou-se simultaneamente à expansão urbana em direção a áreas em que, no passado, encontravam-se antigas colônias e chácaras de São Caetano. A fisionomia até então bucólica da cidade cedeu lugar a uma paisagem suburbana, marcada pela disseminação da venda de lotes, em razão da crescente demanda populacional. Entre os

<sup>37</sup> *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 55.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 43.

principais compradores desses terrenos, estavam grupos de nordestinos, tanto os instalados há menos tempo na cidade quanto os mais antigos, estabelecidos ao longo da década de 1930 e no início dos anos 1940.

Os nordestinos que vieram nesse período para a cidade hospedavam-se, em um primeiro momento, em pensões, as quais acabaram se firmando como seus redutos. Somente depois, com o processo de expansão urbana em pleno curso, que esse grupo nordestino pioneiro passou a alugar pequenos cômodos<sup>39</sup> ou a adquirir terrenos para a construção de suas respectivas moradias. Foi sob esse contexto que os migrantes nordestinos passaram a ocupar diferentes áreas que hoje integram bairros de São Caetano.

Tal processo de ocupação tornou-se ainda mais intenso a partir da década de 1950. Em razão do desenvolvimento e incremento da indústria automobilística, os movimentos migratórios para a região do Grande ABC tiveram um considerável aumento. Inserido no projeto desenvolvimentista e nacionalista de Juscelino Kubitschek, esse ramo da produção industrial deveria ser submetido a um processo de nacionalização, que culminaria em 1960, com todos os veículos apresentando componentes nacionais. Por força dessa exigência, observou-se um crescimento significativo das empresas de autopeças no país.

O Grande ABC passou a concentrar, a partir de então, as indústrias automobilísticas e suas derivadas (autopeças), em virtude da soma de fatores favoráveis naquele momento, dentre eles: oferta de grandes áreas, energia elétrica, abundância de água, localização e mão de obra. Esta, que já era expressiva em termos quantitativos, por conta da entrada constante de migrantes na região, intensificou-se ainda mais diante de tal conjuntura histórica.

O arquiteto e urbanista João Carlos de Moraes, ao abordar o assunto em questão, assim se manifestou a respeito da nova configuração obtida pelo espaço da região metropolitana de São Paulo:

A ocupação do espaço urbano na Grande São Paulo, motivada pela implantação e desenvolvimento da indústria automobilística, promoveu o assentamento da população migrante em áreas próximas, e colocou em seu

---

<sup>39</sup> O costume relativo ao aluguel de pequenos cômodos por parte dos nordestinos que vinham sozinhos para São Paulo ficou conhecido como “queimar lata”. É Raimundo da Cunha Leite que fornece maiores detalhes a respeito desse hábito que passou a predominar entre os migrantes a partir do início da década de 1940. Segundo ele, os nordestinos que deixavam de residir em pensões tinham de arcar com o preparo de suas refeições e, “como naquela época ainda não existia o gás de cozinha, e fogão a não ser de querosene, cozinhava-se à carvão. Pegava-se uma lata de querosene de 18 litros, colocava-se ao meio uma grade e na parte de cima enchia-se de barro de forma adequada a receber carvão, ficando a parte de baixo livre para receber as cinzas [...] Era esse o fogão utilizado naquela época e daí a expressão: queimar lata; coisas de nordestinos”. Cf. CUNHA LEITE, Raimundo da, *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 45-46.

entorno indústrias de autopeças, serviços e fornecedores vinculados diretamente à produção.<sup>40</sup>

Em São Caetano, como nas demais cidades do ABC, os reflexos dessa nova era da produção automobilística fizeram-se notar com a chegada de novos grupos de migrantes nordestinos. Em certos bairros do município, a presença nordestina se sobressaiu, como, por exemplo, no Bairro Nova Gerty, que, na concepção de Ademir Medici,

representa a nova São Caetano e a síntese do processo migratório experimentado pela região do ABC, a partir da expansão industrial da era da produção de automóveis, da década de 50 para cá. O bairro nasce migrante, com uma multiplicidade de loteamentos urbanos rasgados numa área que, em séculos passados, abrigou sítios e fazendas e que, a partir do final do século XIX, recebeu lotes coloniais destinados a imigrantes europeus.<sup>41</sup>

O fato de o Bairro Nova Gerty ter concentrado grande número de nordestinos, assim como o Bairro São José, não significa que as demais regiões da cidade não tenham apresentado, entre os seus habitantes, grupos oriundos do Nordeste. Pelo contrário. Em matéria publicada na edição de 18 de dezembro de 1954 do *Jornal de São Caetano*, o médico Manoel Gutierrez Durán fez uma análise acerca do perfil dos atendidos pelo Pronto Socorro Municipal, cujas atividades tinham se iniciado há apenas três meses, quando da publicação da aludida matéria. As considerações feitas por ele evidenciam o quão maciça era a presença nordestina em São Caetano do Sul, na década de 1950.

Si São Paulo é a “cidade que mais cresce no mundo”, S. Caetano do Sul é o município de maior aumento vegetativo no Continente. Poucas cidades haverá, talvez, no Universo, que apresentem um crescimento demográfico de tal forma impressionante; não devido ao crescimento normal de sua população estável mas, e principalmente, às levas imensas, de retirantes que, dia-a-dia, chegam ao “Príncipe dos Municípios”.<sup>42</sup> Já o dissemos uma vez e o reafirmamos aqui: não há nada como um Pronto Socorro para se medir a intensidade dos movimentos sociais especialmente das camadas menos favorecidas. Em 3 meses de serviço: atendemos a mais de 1.800 consultas. Pois bem: cerca de 75% era gente do Nordeste. [...]

<sup>40</sup> Formação urbana e espaço habitável em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 8, p. 47-49, dez. 1992, p. 48.

<sup>41</sup> *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1993, p. 455.

<sup>42</sup> A expressão “Príncipe dos Municípios” foi utilizada pelo deputado estadual Cunha Bueno (PSD), durante os debates, em 1948, na Assembleia Legislativa, sobre a pretensão de emancipação política de algumas cidades. Ao se referir a São Caetano, o deputado conferiu-lhe um destaque especial, ressaltando ser ela a que “maiores méritos possuía, por sua pujança, por seu povo, por seu progresso”, chamando-a de “Príncipe dos Municípios”. Cf. LODUCA, Wilson. *São Caetano: de várzeas alagadiças a “Príncipe dos Municípios”*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1999, p. 210.

O Pronto Socorro, algumas manhãs, nem parece uma repartição de S. Caetano do Sul – Estado de São Paulo – parece um Pronto Socorro de Garanhuns, Caruarú, Alagoa de Baião ou Palmeira dos Índios.<sup>43</sup>

A transformação de São Caetano numa cidade de perfil essencialmente industrial reforça a matéria acima, na medida em que explica a alta porcentagem indicativa da presença nordestina. Para acompanhar o crescimento demográfico verificado durante a primeira metade do decênio de 1950, para o qual a chegada de novas levas de migrantes nordestinos contribuiu imensamente, os loteamentos antigos da cidade precisaram sofrer sucessivos retalhamentos até, pelos menos, o final da década de 1960. Em decorrência disso, houve um aumento da oferta de lotes populares, o que acabou facilitando a infiltração de migrantes nordestinos em diversas áreas do município.

Foi sob tal contexto que a então Vila Júlia<sup>44</sup> passou a oferecer a muitas famílias de trabalhadores a venda de casas prontas, ao contrário do que vinha ocorrendo em outras regiões da cidade, onde se comercializavam apenas os lotes urbanos, cabendo aos compradores a construção de suas respectivas casas, o que se dava, geralmente, em regime de mutirão. O pernambucano Possídio Ribeiro de Araújo foi um dos primeiros adquirentes de uma dessas casas prontas.

Foram também encontradas referências a nomes de nordestinos que se instalaram na antiga Vila Boqueirão,<sup>45</sup> já no início da década de 1960, pouco tempo depois do começo das vendas dos lotes dessa área. Dentre tais nomes está o de Ademir Gonçalves da Silva, que chegou a São Caetano, acompanhado da família, em 1954, vindo de Senhor do Bonfim, Bahia. Antes de instalar-se na Vila Boqueirão, Ademir Gonçalves morou na Vila São José, onde já residia um número expressivo de baianos. Em seguida, foi para a Vila Gerty, localidade que também já apresentava muitos migrantes. Após um período nesse bairro, deu-se a mudança para a Vila Boqueirão, em 1962.

<sup>43</sup> DURÁN, Manoel Gutierrez. Beliscos e piparotes. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 483, 1<sup>a</sup> página, 18 dez. 1954.

<sup>44</sup> Vila Júlia era o nome do loteamento que, posteriormente, veio a integrar, ao lado de outros, como Vila Palmeiras, Vila Ida e Indústrias Reila, a área do atual Bairro Boa Vista. O processo histórico de constituição deste e dos demais bairros de São Caetano do Sul encontra-se retratado em: MEDICI, Ademir, *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*.

<sup>45</sup> Vila Boqueirão era o nome do loteamento que, no final da década de 1960, deu origem, ao lado da Vila Nelly, ao atual Bairro Mauá. A partir de meados daquela década, a então Vila Boqueirão passou a ser gradativamente ocupada por conjuntos residenciais. Um dos primeiros desses conjuntos foi o Jardim Tersicore, de 1968. Além dele, outros dois foram construídos naquela área: o conjunto da Cooperativa Habitacional do ABC, com 493 casas populares, e o formado por 308 residências, numa área de 74.237m<sup>2</sup>, cujas ruas receberam nomes de cidades da região: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A era do sistema financeiro de habitação, que teve no Banco Nacional da Habitação (BNH) um de seus pilares, deixava, assim, suas marcas na paisagem daquele bairro. Maiores informações sobre outros aspectos históricos do Bairro Mauá em: MEDICI, Ademir, *op. cit.*, p. 485-506.

Outro nome localizado entre os primeiros nordestinos que se fixaram na antiga Vila Boqueirão foi o de Luiz Gonzaga de Barros. Antes de se estabelecer em São Caetano, ele percorrera um trajeto que ia ao encontro dos interesses da migração. Em 1937, durante “o grande capítulo das migrações internas no Brasil”,<sup>46</sup> no que tange à dimensão rural-rural,<sup>47</sup> Luiz Gonzaga saiu de Viçosa, na Bahia, rumo ao interior paulista para trabalhar na lavoura de café. A vinda para São Caetano aconteceria somente em 1945, inserindo-se na dimensão rural-urbana,<sup>48</sup> já num segundo momento dos processos migratórios. Na cidade, ele trabalhou na Cerâmica São Caetano, atendendo ao interesse de outra elite brasileira no tocante à migração: a burguesia industrial. Sua chegada à Vila Boqueirão ocorreria na década de 1960.

O pernambucano Pedro Lucena da Cruz, ao contrário de Ademir Gonçalves da Silva e Luiz Gonzaga de Barros, veio direto para a Vila Boqueirão. Sua chegada ocorreu em 1964, em função do emprego conseguido na Martini & Rossi, em São Bernardo do Campo. Nessa época, já existiam muitas casas na parte alta do bairro, confirmado a intensificação da urbanização em São Caetano, que, assim, via as suas áreas vazias extinguindo-se aceleradamente.

O Bairro Barcelona foi outra área da cidade em que também se registrou a presença de um grupo de nordestinos já na década de 1940. Lecarião Pereira de Mello, originário da região de Seridó, no interior do Rio Grande do Norte, fazia parte desse grupo. Sua chegada a São Caetano ocorreu em 1948, por influência do primo Manoel Elison da Silva, que trabalhava na General Motors. Na cidade, a primeira moradia de Lecarião Pereira foi numa pensão localizada na Rua Alegre, estabelecimento no qual, além de Elison, moravam ainda outros dois primos seus: Valentin e Geraldo Gomes de Oliveira.

<sup>46</sup> JORDÃO NETTO, Antônio. *Aspectos econômicos e sociais das migrações internas para o Estado de São Paulo*. 1973. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1973, p. 10.

<sup>47</sup> A dimensão rural-rural constitui-se numa perspectiva de abordagem de Odair da Cruz Paiva acerca da migração de nordestinos para o estado de São Paulo entre 1930 e 1950. Ela marca a participação governamental na promoção do deslocamento de nordestinos rumo às áreas produtoras de café e algodão no interior paulista.

<sup>48</sup> A dimensão rural-urbana é a outra perspectiva de análise de Odair da Cruz Paiva, em seu trabalho de pesquisa sobre a migração nordestina para o estado de São Paulo. A abordagem do tema sob tal perspectiva foi possibilitada pela constatação de um novo percurso realizado pelos nordestinos. Estes que, inicialmente, foram encaminhados às fazendas de café e algodão, em virtude da sazonalidade do trabalho agrícola e das oportunidades surgidas com o avanço da atividade industrial nos centros urbanos, passaram a se deslocar para as cidades. Conforme esclarece Cruz Paiva, é nesse contexto que se verifica o processo de ocupação de regiões periféricas de São Paulo, como, por exemplo, São Miguel Paulista. Para maiores informações a respeito dos aspectos dessa dimensão rural-urbana dos movimentos migratórios e também da outra perspectiva, a rural-rural, consultar: PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. Bauru: Edusc, 2004.

No dia 8 de abril de 1950, chegava a São Caetano Anna de Castro Mello. Proveniente da cidade de Parelhas, também situada na região de Seridó, no Rio Grande do Norte, Anna de Castro se tornaria esposa de Lecarião. Sua vinda para o município ocorreria por influência da irmã, Maria José Elias, e do cunhado, André Elias Neto, ambos em São Caetano desde 1947.

No depoimento que concedera a mim, em 22 de abril de 2009, Anna de Castro falou de sua penosa viagem rumo a São Paulo, no primeiro pau-de-arara<sup>49</sup> saído de Parelhas.

As trajetórias das personagens brevemente retratadas<sup>50</sup> nesta subseção compõem um mosaico de histórias, cujos fragmentos encontram-se emoldurados pela história dos movimentos migratórios de nordestinos para o estado de São Paulo a partir da década de 1930. Os sonhos e as expectativas de uma parte de tais personagens foram ao encontro dos interesses preconizados pelas autoridades mentoras e agenciadoras daqueles movimentos, gerando, assim, seu deslocamento para o interior paulista, mais precisamente para as fazendas que cultivavam café e algodão, alvos principais da política migratória.

De acordo com o que foi possível reunir nas pesquisas, pelo menos três das personagens destacadas trilharam esse primeiro caminho: Raimundo da Cunha Leite, Antônio Porfírio de Andrade (dois dos fundadores da Sociedade Beneficente Brasil Unido) e Luiz Gonzaga de Barros.

A chegada desse trio a São Caetano só aconteceria em um segundo momento de seus percursos enquanto migrantes. Mas a cidade não receberia nordestinos apenas nessas condições. Além dos três que tiveram sua instalação ensejada, indiretamente, pela política migratória, os demais nomes citados nesta subseção vieram para o estado de São Paulo de maneira paralela a essa política e, portanto, não oficialmente, ou seja, sem a tutela e o patrocínio do governo paulista, num movimento desencadeado de modo espontâneo ou por influência de parentes ou amigos que aqui já estavam. O estabelecimento em São Caetano

<sup>49</sup> Jacob Penteado narra, em seu livro *Memórias de um postalista*, datado de 1963, um curioso episódio que, na sua concepção, teria dado origem ao termo *pau-de-arara*, enquanto designação dos veículos que faziam o transporte de migrantes nordestinos para São Paulo: “No começo do século, um carteiro de Pernambuco, no retorno à Capital, trazia sobre os ombros uma grade onde acorrentava, pelos pés, araras, papagaios, jandaias e periquitos que ia encontrando e que tinha freguesia certa. No Recife, vendia tudo, compensando os lucros os incômodos de tão fantástica viagem. Quando, há alguns anos, apareceu em São Paulo o nordestino, fazendo o trajeto em autocaminhão com tábuas adaptadas em sentido transversal à carroceria, em tremenda promiscuidade e desconforto, logo surgiu a classificação de *paus-de-arara* para o veículo e o passageiro” Cf. PENTEADO, Jacob. *Memórias de um postalista*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1963 apud MEDICI, Ademir, *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*, p. 545.

<sup>50</sup> Dentre as personagens retratadas nesta subseção da dissertação, as trajetórias de Possídio Ribeiro de Araújo, Ademir Gonçalves da Silva, Luiz Gonzaga de Barros, Pedro Lucena da Cruz, Lecarião Pereira de Mello e Anna de Castro Mello foram recuperadas com base em informações presentes no seguinte artigo: CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença nordestina nos quatro cantos de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 17-24, jul. 2009.

aconteceria, nesse particular, tanto diretamente (instalação não precedida por outra no estado) quanto após um período de estada ou moradia em outra(s) cidade(s) paulista(s).

Independentemente das circunstâncias em que se verificou a chegada de nordestinos a São Caetano, o importante é saber que a presença desse grupo foi tão expressiva que acabou criando condição para o surgimento de uma entidade destinada a ampará-los. Embora eu não tenha encontrado registros oficiais que pudessem me fornecer índices sistematizados ou dados estatísticos capazes de quantificar, com precisão, a presença nordestina em São Caetano do Sul, sabe-se que o número de migrantes que vieram para a cidade foi significativo.

Relatos originários de pesquisas como as do jornalista e memorialista Ademir Medici dão sustentação ao assunto. Para compor o livro *Migração e urbanização*, Medici coletou uma série de depoimentos de antigos moradores dos bairros sul-sancaetanenses. De acordo com ele, algumas dessas localidades nasceram como bairros de migrantes nordestinos, tamanha era a quantidade desse grupo no município.

Endossa a referida constatação uma afirmação feita pelo baiano Raimundo da Cunha Leite, para quem aproximadamente 50% da comunidade de São Caetano do Sul era representada por seus conterrâneos, “em especial na nascente Vila Gerty”, no início da década de 1950.<sup>51</sup> Isso sem falar de artigos jornalísticos que servem também como um importante indício da expressiva presença nordestina na cidade.

Dentre tais artigos, encontra-se o de autoria do médico Manoel Gutierrez Durán, já citado, segundo o qual, em 1954, por volta de 75% dos atendidos no Pronto Socorro Municipal, durante os seus três primeiros meses de atividades, eram provenientes do Nordeste. Reforçam ainda as estimativas todas as marcas e sinais deixados por esse povo no tecido urbano local, como, por exemplo, os resultantes de suas trajetórias e inserção no mercado de trabalho de São Caetano, conforme destacado ao longo desta subseção.

Na medida em que as dificuldades iam surgindo, no processo de instalação dos migrantes na nova cidade, a necessidade do amparo tornava-se mais latente. Esse quadro ficaria ainda mais problemático em face das conjunturas históricas vigentes em São Caetano do Sul no início da década de 1950. Problemas ligados à infraestrutura urbana e a outros aspectos básicos do viver na cidade, como o relativo ao segmento da saúde pública, originariam um cenário propício à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido, conforme será discutido a seguir.

---

<sup>51</sup> *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 53.

## 1.2 A conjuntura histórica de um recém-município: cenário propício à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido

Os problemas que compunham o quadro urbano de São Caetano do Sul no início da década de 1950 fizeram emergir um cenário propício à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido.

Na qualidade de um recém-município, visto que sua autonomia política em relação a Santo André havia sido adquirida por força do plebiscito de 24 de outubro de 1948,<sup>52</sup> após intensa campanha junto à sociedade local, a resolução de questões de infraestrutura urbana era o grande desafio que se impunha ao Poder Executivo.

De acordo com os resultados do censo realizado em 1950, dos 65 municípios paulistas criados pela Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948,<sup>53</sup> o de maior densidade demográfica era São Caetano do Sul, com 60.200 habitantes. Comparando-se com os números apresentados por municípios antigos e já tradicionais, como Araçatuba, Guaratinguetá, Pinhal, Lorena, Caçapava, dentre outros, São Caetano colocou-se à frente, com uma vantagem significativa.<sup>54</sup>

Com uma alta densidade demográfica, o município não tardaria a ter o seu cenário urbano invadido por demandas, as quais, muitas vezes, eram veiculadas em tom de denúncia e cobrança pela imprensa local. Os problemas mais comuns eram os relativos à deficiente distribuição de água e energia elétrica, ao estado de abandono das vias públicas, dentre as quais muitas não tinham recebido sequer calçamento, e à precária situação da rede de esgoto.

No início de 1951, o *Jornal de São Caetano*, ao publicar matérias que revelavam esse estado de coisas, colocava-se na qualidade de “porta-voz dos interesses sulsancaetanenses”. Em uma dessas matérias, em janeiro daquele ano, o articulista Theophilo de Souza Carvalho

<sup>52</sup> O plebiscito de 24 de outubro de 1948 apresentou um resultado expressivo a favor da autonomia política de São Caetano: 8.463 votos favoráveis e 1.029 contra. Essa vantagem esmagadora reflete o êxito da campanha emancipacionista e o próprio envolvimento da população na causa, por conta de seu descontentamento em relação à administração de Santo André. Wilson Loduca escreveu sobre a mobilização observada no dia da votação, retratando a expectativa instaurada, na cidade, em torno desse episódio: “A votação teve início às 8 horas. Na Avenida Francisco Matarazzo, onde estavam os quartéis-generais de ambas as facções, não se conseguia nem andar. A rua estava tomada pelos veículos e pelo povo. Nas filas que se formavam diante das seções eleitorais [...] já se entrevia, pelos comentários, qual seria o resultado. O Juiz Teodomiro Dias, presidente do TRE [Tribunal Regional Eleitoral], disse que era aquele o maior de todos os plebiscitos realizados em São Paulo. Muita vibração, comparecimento alto, ao meio dia, 60 por cento dos eleitores já haviam votado”. Cf. *São Caetano: de várzeas alagadiças a “Príncipe dos Municípios”*, p. 217-218.

<sup>53</sup> A Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, sancionada pelo então governador de São Paulo, Ademar de Barros, criou o município de São Caetano do Sul. O apêndice “do Sul” foi acrescentado ao nome para diferenciá-lo de um município homônimo existente em Pernambuco.

<sup>54</sup> NUZZI FILHO, José. Estatística demográfica. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 164, p. 3, 13 jan. 1951.

teceu críticas à Administração Pública Municipal, apontando os melhoramentos prioritários para a população. Suas considerações fornecem um panorama acerca da situação do município, pouco mais de dois anos após a consecução de sua emancipação política em relação a Santo André:

À medida que os dias correm, as necessidades locais começam a fazer ponto saliente na cidade e é mister, por isso, que os poderes públicos se movam no sentido de atender aos justos reclamos da população. [...]

Muita gente acha que ainda é cêdo para termos tudo quanto é necessário à vida regular de um município como o nosso, onde quase tudo está ainda por fazer. Entretanto, há certos melhoramentos que estão na pauta da urgência para serem atacados. Isto sem falar na rede de água e esgotos, no calçamento da cidade, no aumento da iluminação pública [...]

É verdade que já se tem tomado certas medidas que o bom senso teria achado prematuras, uma delas, por exemplo, o fabuloso dinheiro empregado na compra do terreno para o futuro Paço Municipal. [...]

Parece que uma bôa diretriz administrativa não admitiria nenhuma outra emprêsa pública no município, antes de estarmos com o serviço de água e esgotos terminado e em franco funcionamento. Os outros empreendimentos deveriam ser sequência dêsse. Todavia, não está sendo feito assim [...]

Já tivemos em certa ocasião oportunidade de escrever alguns comentários a respeito da falta de defesa para a cidade. [...] defesa, também, contra os possíveis surtos de epidemias capazes de surgirem de uma hora para outra, em vista do estado pouco lisonjeiro em que se encontra a higiene da cidade.

[...]

São Caetano do Sul já é município há dois anos [...] É justo, por isso, que o serviço de higiene preventiva também ofereça algo de novo no seu setor de atividade.<sup>55</sup>

A questão da higiene pública era, de fato, alarmante, em São Caetano. A matéria *Olhai os bairros, senhores*, publicada na *Folha do Povo*, jornal cuja circulação era de uma abrangência maior, visto que circulava em Santo André, São Bernardo e na própria cidade de São Caetano, abordou o assunto, destacando três bairros do município em que a situação estava mais precária. Vale lembrar que dois deles, Vila Gerty e Vila São José, apresentavam, entre os seus moradores, um grande número de nordestinos:

Os bairros proletários desta cidade poucos benefícios gozam dos poderes públicos.

Para não citarmos todos, citemos Vila São José, Vila Gerti e Vila Barcelona. Esses bairros são lembrados apenas pelos políticos em vésperas de eleições, porque no demais, neles tudo são abandono e sujeira.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> CARVALHO, Theophilo de Souza. Em defesa da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 165, última página, 20 jan. 1951.

<sup>56</sup> TOLEDO, João Batista de. Olhai os bairros, senhores. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, n. 286, última página, 20 fev. 1953.

As más condições de higiene, aliadas ao incipiente serviço municipal de limpeza, deixavam os moradores de São Caetano, sobretudo os de baixa renda, expostos a doenças e a epidemias, o que era extremamente preocupante, uma vez que a cidade ainda não contava com serviços médico-hospitalares na época da publicação das duas matérias citadas acima. Somente em 1954 seria criada a Diretoria de Assistência Social e, com ela, a prestação de serviços médicos gratuitos aos municípios. Mas tamanha era a necessidade por serviços hospitalares que, antes do surgimento daquela diretoria, o *Jornal de São Caetano* tratou de abraçar a causa, lançando a campanha em prol da construção de um hospital na cidade. Era 1946.

Nas edições em que a mencionada campanha foi divulgada, o foco do discurso dos editores do jornal era o quadro de total abandono em que se encontrava São Caetano, cuja ausência de um hospital era um dos pontos altos dessa situação:

O abandono em que vive a cidade é desolador. Sem uma condição sanitária à altura, nosso povo não tem, para aumentar sua desdita, um hospital a que possa recorrer num momento de emergência. São Caetano parece cair no ostracismo dia a dia. O pouco que temos é destruído. Já tivemos uma policlínica e essa mesma nos foi tirada, inexplicavelmente.<sup>57</sup>

Mas o engajamento do *Jornal de São Caetano* não se resumiu à publicação de matérias destinadas a expor a importância da construção de um hospital, partindo para o campo prático. As articulações de seus editores nesse sentido foram responsáveis pela criação da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, a qual comandaria todas as iniciativas necessárias à construção e instalação do hospital. Tal entidade reuniu “figuras representativas da cidade”,<sup>58</sup> dentre as quais se destacam membros do próprio *Jornal de São Caetano*, como Mário Porfírio Rodrigues, Luiz Rodrigues Neves e Walter Thomé. Uma comissão feminina foi ainda instituída para colaborar com a entidade, sobretudo no tocante à organização de eventos sociais para a arrecadação de fundos, estando entre as senhoras que a compunham Bruna Cassetari Ricci, diretora da subcomissão da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em São Caetano.

O hospital, contudo, só seria inaugurado em 25 de julho de 1954. Nessa época, já na qualidade de município, São Caetano estava ainda em processo de estruturação, em vista dos problemas herdados do período de subordinação a Santo André. Leis que versavam sobre questões urbanas básicas, como energia elétrica e pavimentação das vias públicas, foram

<sup>57</sup> IMPÔE-SE a construção de um hospital em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano I, n. 3, 1<sup>a</sup> página, 1º set. 1946.

<sup>58</sup> RODRIGUES, Mário Porfírio, *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*, p. 57.

sancionadas pelo Poder Executivo Municipal a partir de 1953. Dessa forma, “buscava-se o planejamento, timidamente, até em função da organização popular, das reivindicações dos moradores e da pressão da imprensa”.<sup>59</sup>

Se, por um lado, o município começava a estruturar-se, por outro, ainda havia muito a ser feito em termos de assistência social à população de baixa renda. Ciente de tal questão, Theophilo de Souza Carvalho, em janeiro de 1951, valia-se, mais uma vez, do *Jornal de São Caetano* para relatar:

Fato inédito em quase todas as municipalidades é o que se dá com a Câmara Municipal de São Caetano do Sul que, em nenhum dos seus orçamentos, ainda se lembrou de consignar uma verba para auxílio à indigência e à pobreza, iniciativa essa que deveria ser comesinho princípio de solidariedade cristã numa cidade onde nada existe organizado [...]

Não há muito, assistimos, na Prefeitura local, a um ato edificante [...] Um cidadão, naturalmente necessitado, recorreu ao Sr. Prefeito pedindo-lhe um auxílio para custear determinada cura e o nosso estimado chefe do executivo, para não apresentar uma recusa, meteu a mão no bolso e atendeu ao pedido com dinheiro de sua bolsa particular, porque da Prefeitura nada podia dar, por não existir verba.

Enquanto tais coisas acontecem, os nossos vereadores votam auxílios para clubes de futebol e festas escolares, ceremonias que bem podem prescindir de tais ajudas em benefício dos pobres do município.<sup>60</sup>

Diante do que foi exposto pela matéria acima, é possível ponderar que a realidade de São Caetano do Sul era propícia ao associativismo de cunho filantrópico. Não foi à toa que o início da década de 1950 marcou o surgimento, na cidade, de entidades benfeitoras como a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância (Apami)<sup>61</sup> e o Rotary Clube.<sup>62</sup>

A primeira, fundada em 22 de maio de 1953, prestava assistência médica às mães carentes, antes e depois do parto, orientando-as nos assuntos relativos à saúde e bem-estar das crianças, e promovia também auxílio material a partir da distribuição de cestas básicas, enxovals e brinquedos. O Rotary, por sua vez, atuava também no segmento da beneficência, só que de forma mais ampla, sendo, aliás, responsável pela instituição da Apami. Em São Caetano, ele iniciou suas atividades em 1951, e, dentre as suas principais iniciativas, destacam-se as que contribuíram para o próprio processo de estruturação do município, como

<sup>59</sup> MEDICI, Ademir, *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*, p. 95.

<sup>60</sup> Expressões da caridade pura em S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 166, p. 2 e última página, 27 jan. 1951.

<sup>61</sup> Para maiores informações a respeito da atuação da Apami em São Caetano do Sul, consultar: MORENO, Rafael Peccioli. Apami: mais que uma entrega de enxovals. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 41, p. 60-61, jul. 2010.

<sup>62</sup> Para maiores informações sobre a atuação do Rotary Clube em São Caetano do Sul, consultar: RODRIGUES, Mário Porfírio. 50 anos de Rotary: consolidação do ideal de servir. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 23, p. 38-41, jul. 2001.

as construções do primeiro posto de puericultura da cidade, da Creche Nossa Senhora da Glória e do Hospital Beneficente São Caetano.

Os problemas decorrentes da falta de estrutura urbana, por força das conjunturas históricas vigentes em São Caetano do Sul naquele início da década de 1950, adquiriam uma dimensão ainda maior em relação ao migrante nordestino. As condições sob as quais este chegava à cidade já eram precárias, e, quando estabelecido, ele acabava enfrentando inúmeros outros obstáculos, como os relativos às dificuldades para obtenção de emprego, por conta de sua baixa ou nenhuma escolaridade. Tal situação, reforçada também pelo fato de, muitas vezes, o migrante não apresentar os documentos imprescindíveis ao ingresso nas empresas, desencadeava outros problemas, como um círculo vicioso: desemprego, falta de dinheiro e comprometimento das condições de vida, como má alimentação e saúde debilitada. E para agravar, a esta somava-se a ausência de assistência médica gratuita na cidade, pelo menos até 1954, quando foi criada a Diretoria de Assistência Social, o que possibilitou a prestação de serviços médicos aos munícipes.

Raimundo da Cunha Leite, mais uma vez, fornece um relato precioso para a presente dissertação. Ao recordar a situação dos nordestinos recém-chegados a São Caetano do Sul, expõe, taxativamente: “Faltava-lhes tudo, desde documentos a um lugar para se abrigar, terminando, via de regra, embaixo dos viadutos”.<sup>63</sup> Essa questão, aliada à do quadro conjuntural do município, torna compreensível o surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido. A conjugação de todos esses fatores deu origem a um cenário propício à sua atuação. Os meios que pautariam suas iniciativas ganhariam sentido em face das conjunturas históricas, que, assim, funcionariam como elementos ressonantes da atuação da entidade.

Mesmo com as suas bases de ação já definidas, a Brasil Unido continuaria a ter sua atuação potencializada por condições inerentes a determinados momentos históricos de São Caetano. Em 1954, por exemplo, embora com o funcionamento do Pronto Socorro Municipal, a demanda por serviços médicos era ainda muito grande. O médico Manoel Gutierrez Durán expressa tal realidade, ao abordar o perfil dos atendidos naquela unidade pública de saúde da cidade. Ironicamente, boa parte deles era formada por nordestinos, que, em virtude dos problemas enfrentados já desde o longo percurso rumo a São Paulo, tinham o seu estado de saúde constantemente agravado:

Essa gente bôa e simples que, fugindo à calamidade da seca, vem para o Sul cair em outra calamidade maior: a do desemprego e da desambientação. [...]

---

<sup>63</sup> *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 55.

Procuramos atender a todos com desvelo. E as queixas que ouvimos são sempre as mesmas. Dez, doze, quinze dias de viagem, sem comida suficiente, sem dormir, sem nada. São depois largados à sua propria sorte, enfrentando costumes diferentes, comidas diferentes, e com as mesmas dificuldades de trabalho, criando problemas dificeis para a propria administração municipal.<sup>64</sup>

A matéria assinada por Gutierrez Durán apresenta pontos que vão ao encontro das próprias finalidades da Brasil Unido. Questões ligadas à “desambientação” do migrante nordestino e às dificuldades enfrentadas para a obtenção de trabalho estiveram entre os fatores polarizadores da política de amparo da entidade. Norteando essa política, encontram-se as práticas mutualistas e filantrópicas, as duas frentes sob as quais se pautou a atuação da Brasil Unido.

### 1.3 O início da construção de sua atuação

A subseção anterior forneceu um panorama da realidade de São Caetano do Sul no período que marca o surgimento e os primeiros anos de atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido. As condições históricas vigentes no recém-município de São Caetano estimulavam a atuação de entidades benéficas, uma vez que a cidade apresentava muitas carências estruturais, sobretudo em áreas primordiais, como a da saúde e a da assistência social. Essa falta de respaldo procurava ser então suprida por aquelas entidades, que, por meio de suas ações, procuravam prestar auxílios, principalmente de natureza material, à população carente, parcela que mais se ressentia da falta de infraestrutura urbana na localidade.

Com a Brasil Unido não foi diferente. Uma de suas finalidades precíprias consistia no amparo ao migrante nordestino. E este não precisava ser associado à entidade para receber auxílios. Os benefícios prestados aos não associados configuravam práticas filantrópicas, as quais, conforme Ronaldo Pereira de Jesus, “[...] visavam oferecer socorro aos necessitados sem que da parte destes houvesse contrapartida financeira”.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> DURÁN, Manoel Gutierrez. Beliscos e piparotes. *Jornal de São Caetano*, n. 483, 1<sup>a</sup> página.

<sup>65</sup> Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Oidles*, v. 1, n. 1, sem paginação.

Na concepção de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, a relação social daí decorrente,

[...] tende a ter um trajeto verticalizado, no qual o doador estabelece com o receptor uma hierarquia, cujo tom, à revelia das intenções ou motivações, será o do poder de quem doa sobre quem recebe. Nessa situação, o receptor se encontrará submetido ao doador, mesmo que este último não se utilize da relação em seu próprio proveito.<sup>66</sup>

Por outro lado, nas práticas mutualistas, observava-se a tal da contrapartida financeira, garantidora de benefícios resultantes de situações adversas, como nos casos de desemprego, doença ou morte. As ações dessa natureza pressupõem

[...] relações de reciprocidade que tendem a ser mais balanceadas. Todos contribuem e todos recebem a contribuição. Realçam o *ethos* da obrigação mútua e a responsabilidade coletiva pelo bem-estar dos outros. Nesse contexto as relações tendem a ser mais horizontalizadas, e as hierarquias, menos definidas. A dependência persiste, mas assume um caráter mútuo.<sup>67</sup>

Vale notar que, se as iniciativas de cunho filantrópico da Brasil Unido destinavam-se a migrantes não associados a ela, as de caráter mutualista estavam voltadas aos membros de seu quadro associativo. Embora a cúpula dirigente da entidade tenha atribuído duas orientações distintas à promoção do amparo, tanto a filantropia quanto o mutualismo foram as vias eleitas para o enfrentamento das conjunturas históricas. Ambas podem, nesse sentido, ser concebidas como estratégias de sobrevivência e de fortalecimento do grupo que presidiu os trabalhos iniciais da Brasil Unido. Para Michel de Certeau, a estratégia

postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* [...] toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.<sup>68</sup>

Partindo dessas ponderações, pude compreender a Sociedade Beneficente Brasil Unido como o *lugar* por meio do qual o grupo de nordestinos que a fundou e dirigiu instituiu e articulou, estrategicamente, suas ações mutualistas e filantrópicas, tendo em vista uma *exterioridade*, representada, no caso, pela sociedade de São Caetano do Sul.

Se a opção dos dirigentes da entidade pela filantropia justifica-se a partir das conjunturas e condições históricas a que estavam submetidos os migrantes nordestinos, em São Caetano do Sul, a instituição do mutualismo enquanto outro alicerce da atuação da Brasil Unido torna-se comprehensível não só em razão daquele quadro conjuntural desfavorável à

<sup>66</sup> Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 293, 2009.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>68</sup> *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, p. 99.

inserção do nordestino na sociedade local, mas também diante da própria situação do serviço previdenciário brasileiro. Este, embora já houvesse sido instituído há alguns anos, por força de uma política protecionista voltada ao trabalhador, ainda era deficitário e marcado por “uma burocracia enervante e cheia de impecilhos”,<sup>69</sup> em 1950, quando do surgimento da Brasil Unido.

Para se ter uma ideia acerca da realidade que envolvia a previdência social, a cargo, na época, dos Institutos Públicos de Aposentadoria e Pensão (IAP's),<sup>70</sup> dentre os quais, o Instituto dos Industriários (IAPI), uma matéria jornalística apontou um caso condizente a uma operária das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em São Caetano do Sul:

Uma operaria das IRFM procurou a “Folha do Povo” e declarou à nossa reportagem que, tendo adoecido, viu-se obrigada a servir-se do IAPI, na carteira propria. Até agora, entretanto, não recebeu dinheiro algum nem da industria em que está empregada, nem do IAPI. Doente, sem recursos, sem dinheiro para pagar o aluguel do quarto onde reside, essa moça vem passando verdadeiras privações.

Esta, aliás, não é a primeira nem será a última reclamação do genero que se faz contra a poderosa autarquia. Arrecadando verdadeiras fortunas dos trabalhadores de todo o Brasil, o IAPI poderia perfeitamente inverter apreciável soma em proporcionar certo conforto aos operários que adoecem e tem necessidade de amparo. Então, quando estes lhes batem a porta, a autarquia do Sr. Afonso Cesar lhes dá com a porta na cara... e continua, feliz, a arrecadar cada vez mais: Essa é a justiça social pregada pelo Sr. Getulio Vargas...<sup>71</sup>

A aludida matéria, ao valer-se de um caso concreto, denunciou a inoperância do sistema previdenciário do país, o que evidencia a importância de entidades mutualistas nesse segmento, na medida em que suas ações podiam suprir as deficiências de tal sistema público. Essas considerações ajudam-me a entender o fato de a Brasil Unido ter instituído, no que tange à questão da seguridade social, garantias de concessão de pensões e outros auxílios monetários aos seus sócios, em caso de doença e de outras circunstâncias que pudessem privá-

---

<sup>69</sup> CARVALHO, Theophilo de Souza. Expressões da caridade pura em S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, n. 166, p. 2 e última página.

<sup>70</sup> Os IAP's originaram-se, na década de 1930, das Caixas de Aposentadoria e Pensão, então de natureza privada, pois vinculadas às empresas. A partir daí, o sistema previdenciário deixou de ser estruturado por empresa, passando a ser organizado por categorias profissionais de âmbito nacional, sendo cada uma delas responsável por um fundo. As contribuições destinadas a esse fundo eram custeadas pelo empregado, empregador e pelo governo. Além de garantirem benefícios de aposentadorias e pensões, os institutos prestavam serviços de saúde. Com base nessa estrutura, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM), em 1933; dos Comerciários (IAPC) e dos Bancários (IAPB), em 1934; dos Industriários (IAPI), em 1936; e dos empregados de Transporte e Carga (IAPETEC), em 1938. Cf. ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. *Jus Navigandi*, Teresina, ano XI, n. 1.272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/9311>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

<sup>71</sup> EXISTE o IAPI? Deixou a operaria ao desamparo. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, n. 307, 1<sup>a</sup> página, 17 mar. 1953.

los do trabalho. Assim preceituava o artigo 9º do Capítulo III, intitulado *Dos Direitos dos Sócios*, da primeira versão de seus estatutos:

Receber os auxílios abaixo mencionados:

1º.- Perceber semanalmente, uma pensão de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) e receber uma visita médica;

2º.- Só fará jus às benefícias acima referidas o associado que se encontrar impossibilitado de trabalhar a juízo de medico da sociedade; [...].<sup>72</sup>

É interessante ressaltar que o aparecimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido verificou-se num momento em que as entidades mutualistas vinham se reduzindo, pois,

Considerando que a função precípua do mútuo socorro era oferecer proteção na ausência de políticas públicas de amparo social, pressupõe-se que o avanço de tais políticas tenha sido o principal motivo da desaceleração do crescimento do mutualismo, levando-o, paulatinamente, à extinção.<sup>73</sup>

A constatação exposta, todavia, não descredencia as práticas de cunho mutualista, mesmo em face da vigência do sistema previdenciário brasileiro. Até porque, como já foi elucidado, as mazelas de tal sistema endossavam a importância da sobrevivência do mutualismo. No caso específico da Brasil Unido, além dessa questão envolvendo a política previdenciária estatal, havia também em jogo as peculiaridades históricas do cenário urbano de São Caetano do Sul no momento da fundação da entidade. Essa soma de fatores conjunturais concedia-lhe um grau significativo de relevância, viabilizando-a de tal modo como se ela tivesse surgido no período anterior ao da instituição do Estado gerenciador da política previdenciária nacional.

Cumpre, nesse sentido, salientar que a Brasil Unido não era exclusivamente uma entidade mutualista. O fato de ter se apoiado também na filantropia pode lhe ter garantido uma longevidade que, talvez, não fosse observada se tivesse se firmado apenas como uma entidade de mútuo socorro. Esse traço duplo característico da atuação da Brasil Unido configurou-se em consonância com as especificidades das conjunturas históricas do município de São Caetano do Sul. Foram tais conjunturas que criaram condição para que ela não tivesse suas ações delineadas unicamente pela via mutualista ou filantrópica. Uma não excluía a outra. Ao contrário, complementavam-se.

---

<sup>72</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 3-4.

<sup>73</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-52, p. 44.

No que concerne à filantropia, a primeira versão dos estatutos da entidade a sintetizou a partir do privilegiamento das seguintes beneficências previstas por seu artigo 1º do Capítulo I, denominado *Da Sociedade e seus Fins*:

A Sociedade Beneficente Brasil Unido [...] tem por fim:

1º.- Quando permitirem os fundos sociais [...] serão postos em funcionamento as beneficências, tais como:

A- abrigo para os imigrantes brasileiros, orientando os mesmos e adaptando-os aos usos e costumes do Estado;<sup>74</sup>

B- Instituir cursos de alfabetização, técnicos e secundários;

C- Assistência médica e hospitalar; [...]<sup>75</sup>

É de se supor que a experiência resultante da participação de membros da Sociedade Beneficente Brasil Unido em instituições que também atuavam no segmento filantrópico tenha contribuído, de alguma forma, para o delineamento e posterior condução da filantropia apregoada pela entidade. José de França Dias, por exemplo, um dos fundadores e diretores da Brasil Unido, havia sido sócio, antes de se estabelecer em São Caetano, de uma entidade filantrópica da cidade cearense de Aurora: a Associação Beneficente Aurorense.<sup>76</sup> Conforme aponta um ofício datado de 26 de janeiro de 1951, emitido pela Brasil Unido à Associação Aurorense, comunicando-lhe o regresso de José de França Dias, após uns dias na cidade de Aurora, existia uma grande proximidade entre ambas as entidades, tratadas como coirmãs. O documento revela também o envolvimento de França Dias com a Associação Beneficente Aurorense:

E com êle novamente ao nosso lado, nos sentimos como que possuidos de uma força estranha à nos ajudar, em nossa obra, que, alias, este velho amigo França tem se dignificado, como dignificou-se dentro da nossa co-irmã Aurorense. [...]

Sem mais, augurando maior progresso a esta Associação de cuja herdamos grandes princípios [...]<sup>77</sup>

<sup>74</sup> Chama bastante atenção o teor da beneficência contemplada na alínea A, a qual prevê a adaptação do migrante aos usos e costumes do estado de São Paulo. As questões suscitadas por tal proposta serão discutidas no capítulo 3.

<sup>75</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 1.

<sup>76</sup> De acordo com informações concedidas pelo professor José Cícero, secretário de Cultura, Turismo e Desporto do município de Aurora, Ceará, a Associação Beneficente Aurorense foi fundada em 15 de julho de 1935, por João de Sá Cavalcante, Manoel Rodrigues e José Leite Gonçalves. No relato postado, via internet, no dia 23 de janeiro de 2011, José Cícero assim descreveu o surgimento de tal entidade: “Curiosa foi a motivação para a fundação da ABA – Associação Beneficente Aurorense. As três pessoas aqui citadas foram grandes e entusiastas futebolistas, vez que, certa feita, promoveram campanha, por quase um mês, arrecadando dinheiro para uma partida entre a equipe do 15 de Julho de Aurora e a seleção de Juazeiro do Norte. Todavia, no dia da grande festa da partida, a equipe de Juazeiro não compareceu. Então, como não poderiam devolver as doações, os organizadores decidiram empregar a quantia arrecadada na construção de uma entidade filantrópica, cultural e recreativa que servisse a toda a comunidade. E assim nascia a histórica ABA. Desde então, está situada na Avenida Antônio Ricardo, s/n, no centro da cidade”. Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA. *Mensagem de José Cícero*. Aurora, 23 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.aurora.ce.gov.br/praca/default.asp?offset=0>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

<sup>77</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 26 jan. 1951.

O vínculo que tal membro da Brasil Unido teve com aquela associação da cidade de Aurora fez com que ele se posicionasse como um intermediário nas relações estabelecidas entre as duas instituições. O seu nome tornou-se uma espécie de referência, facilitando o intercâmbio entre elas, fato benéfico para a Brasil Unido, que, logo no início de sua atuação, teve a possibilidade de inserir em sua rede social uma entidade de natureza filantrópica.

Dentre os documentos que evidenciam o intercâmbio da entidade de São Caetano do Sul com a de Aurora,<sup>78</sup> encontra-se a carta destacada abaixo. Enviada em resposta a um ofício emitido pela Brasil Unido, por intermédio de José de França Dias, tal carta, que fora assinada pelo presidente da Associação Aurorense, Antônio Ricardo de Freitas, expõe, dentre outras questões:

Presado conterrâneo:-

Em tempo vimos acusar recepção de s/ apreciada carta de 8 de janeiro do ano em curso [1953], cujos dizeres mereceram especial atenção de n/ parte e passamos responder.

Achamos digno de aplauso, o desejo expressado pelo distinto amigo, de vêr a nossa querida Aurora incluída no numero das grandes e progressistas cidades de n/ Brasil. [...]

Servindo-nos do enséjo, agradecemos sensibilizados, a remessa de um livro para a n/ biblioteca e em retribuição, estamos lhes enviando um outro, em registrado sob no. 973.<sup>79</sup>

Além de trocas materiais, é possível supor que o relacionamento sustentado pelas referidas entidades tenha também propiciado trocas de experiências. Há, entre o conjunto documental que sinaliza para as relações entre a Brasil Unido e a Aurorense, um documento, de 24 de outubro de 1952, encaminhado por José de França Dias ao presidente da Associação Beneficente Aurorense para enviar-lhe instruções quanto às providências a serem tomadas por tal entidade cearense para a instalação de cursos de alfabetização de adultos e de corte e costura, nos moldes dos oferecidos pela Brasil Unido, sob o patrocínio do Sesi:<sup>80</sup>

[...]

Fui informado de que, para se conseguir isto, se faz apenas necessário um ofício de V. Excia. dirigindo à Sucursal do SESI, em Fortaleza, solicitando e ao mesmo tempo, pondo a disposição do mesmo “SESI”, a sala de aula, assentos e também professores.

<sup>78</sup> Outro documento indicativo do intercâmbio firmado entre a Brasil Unido e a Associação Aurorense diz respeito ao telegrama encaminhado por esta última para comunicar àquela o regresso à cidade de Aurora do “nosso presado amigo e sócio José de França Dias”. Cf. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AURORENSE, *Telegrama*. Aurora, 9 jan. 1951.

<sup>79</sup> Idem. *Carta*. Aurora, 5 abr. 1953.

<sup>80</sup> Os cursos de alfabetização de adultos e de corte e costura oferecidos pela Brasil Unido, sob o patrocínio do Sesi, serão detalhadamente abordados no capítulo 2, mais precisamente no item que versa sobre as práticas filantrópicas da entidade junto a migrantes nordestinos.

Nós aqui na nossa Beneficente Brasil Unido conseguimos, e fazemos votos para que aí também consigam, pois seria para a nossa Aurora, mais um dos grandes empreendimentos da Beneficente Aurorense.

Fui informado também que o Advogado do “SESI” aí no Ceará é o filho de Zequinha Monteiro, o Dr. João de Alencar. Já escrevi a Dorinha Dias, minha irmã, a respeito, e acredito que ela poderá ser aproveitada como professora, e peço portanto a V. Excia. para ter a gentileza de ter um entendimento com ela.<sup>81</sup>

Além de José de França Dias, outros membros da Brasil Unido faziam parte também de outras duas entidades de cunho benéfico e filantrópico: Orlando Souza, Walter Thomé, Bernardino Borges de Salles e Antônio Porfírio de Andrade. Os dois primeiros eram sócios fundadores da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, além de integrantes de suas comissões de Festas e Propaganda. Bernardino Borges e Antônio Porfírio, por outro lado, integravam a Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Caetano.<sup>82</sup>

Possuir componentes que tinham vínculo associativo com instituições do porte da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano e da Sociedade Portuguesa de Beneficência, cujas atuações foram marcadas pela organização de campanhas que tiveram relevo na própria estruturação do município, como as das construções dos hospitais São Caetano e Nossa Senhora de Fátima, respectivamente, significava fortalecer a sua rede social. Tanto Orlando Souza e Walter Thomé, de um lado, quanto Bernardino Borges e Antônio Porfírio de Andrade, de outro, podiam facilitar os contatos da Brasil Unido com aquelas duas entidades, uma vez que participavam diretamente da vida de ambas as instituições. Isso sem falar das experiências daí advindas, outro fator benéfico para a Brasil Unido, que, desse modo, podia contar com a tarimba associativa desses quatro membros seus.

Todos esses fatores que compreendiam o vínculo de alguns integrantes da Brasil Unido com entidades com propósitos semelhantes aos preconizados por ela acenavam para o seu fortalecimento, na medida em que podiam lhe abrir caminhos em termos de obtenção de apoio às suas iniciativas. Sendo assim, na reunião que os diretores e sócios da entidade realizaram em 21 de setembro de 1952, foi sugerido o recurso à Sociedade Beneficente

---

<sup>81</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Carta*. São Caetano do Sul, 24 out. 1952.

<sup>82</sup> A Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Caetano do Sul foi fundada em 5 de outubro de 1949, por um grupo de portugueses e seus descendentes, com o objetivo de promover a construção do Hospital Nossa Senhora de Fátima. Além de possuir um caráter filantrópico, a entidade apresentou também algumas características próprias das mutualidades étnicas, pois, além de assegurar tratamento médico aos seus sócios, procurava também preservar aspectos da cultura lusitana, por meio de iniciativas como a da criação de um grupo folclórico de danças. Em 17 de novembro de 1957, após longa e intensa campanha, foi inaugurado o primeiro bloco do citado hospital. Para maiores informações sobre a atuação da Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Caetano do Sul, consultar: PASTORE, Humberto Domingos. Uma sociedade portuguesa, com certeza! *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 28, p. 64-66, dez. 2003.

Hospitalar São Caetano, tendo em vista as iniciativas que vinham sendo tomadas por parte da Brasil Unido para a arrecadação de fundos. Abaixo, o trecho da ata correspondente àquela reunião, o qual engloba o assunto:

Pedi a palavra o Sr. Raimundo da Cunha Leite, para sugerir que, estando a Sociedade Beneficente Hospitalar, promovendo uma quermesse e como nós ainda não temos possibilidades fazermos tal empreendimento, que então uma Comissão fosse aos Diretores daquela instituição beneficente, solicitar a instalação de uma Barraca naquela quermesse em benefício de ambas as Sociedades.<sup>83</sup>

Cabe ressaltar que, dos quatro membros citados acima, Walter Thomé era o único não nordestino. Embora a Sociedade Beneficente Brasil Unido tenha surgido das articulações de um grupo de nordestinos, voltando-se, pelo menos inicialmente, a migrantes provenientes do Nordeste, ela não restringiu o acesso ao seu quadro associativo apenas a pessoas naturais de regiões nordestinas. Essa postura universalista estava em consonância com o princípio segundo o qual a entidade não tinha “cor política, social, racial e religiosa”,<sup>84</sup> conforme expunha um panfleto destinado a divulgar a campanha levada a efeito por ela, logo no início de suas atividades, para ampliar o número de componentes de seu quadro associativo. O fato de ter assentado sua política de admissão de sócios num princípio não excludente evidencia os esforços de seus dirigentes em garantir a viabilidade da Brasil Unido, na medida em que podia atrair elementos respeitados na sociedade de São Caetano do Sul, aumentando, assim, as chances de êxito de seus empreendimentos e projetos.

A respeito dessa questão, Raimundo da Cunha Leite reconhece que “a Brasil Unido foi fundada por nordestinos [...], mas contou, também, com a colaboração dos filhos da terra, muitos deles até ocuparam cargos de destaque na sua diretoria”.<sup>85</sup> Um documento, datado de 27 de maio de 1951, vem ao encontro do exposto pelo baiano Cunha Leite. Trata-se da justificativa enviada pelo sócio Nicolau Delic no que tangia à sua ausência numa reunião da entidade. Em tal documento, o sócio citado, que era paulista de Presidente Prudente, deu

---

<sup>83</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ata*. São Caetano do Sul, 21 set. 1952.

<sup>84</sup> O princípio segundo o qual a entidade não tinha “cor política” correspondia ao impedimento de manifestação de simpatia ou ligação a uma ideologia político-partidária. Tal princípio encontrava-se expresso no artigo 53 da primeira versão dos Estatutos da Brasil Unido, nos seguintes termos: “É expressamente proibido discutirem-se, na sociedade, assuntos que se prendam à política [...].” Em defesa desse princípio, Jorge de Souza Muniz Ferreira encaminhou uma carta para ser lida no dia 21 de setembro de 1952, durante a reunião dos diretores e sócios da entidade, na qual ele solicitava a cada membro de sua diretoria que pretendia disputar as eleições municipais de dezembro daquele ano de 1952, que pedisse uma licença de 60 dias, “afim de que a nossa Sociedade estivesse livre de qualquer crítica e coerente com os princípios de abandono total do que se diz respeito à política”. Cf. SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Panfleto*. São Caetano do Sul, 1950; Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 15; Idem. *Ata*. São Caetano do Sul, 21 set. 1952.

<sup>85</sup> *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*, p. 56.

encaminhamento a um assunto que estaria em pauta, na referida ocasião: as eleições da diretoria, as quais seriam realizadas em 10 de junho de 1951. Dessa forma, indicou os sócios José Gomes e Antônio Russo para disputá-las. Filho de imigrantes italianos, este último era de São Caetano do Sul. Quando da indicação do sócio Nicolau Delic, Russo já trabalhava na Prefeitura de São Caetano.<sup>86</sup> Naquelas eleições, disputou o cargo de secretário geral ao lado do mineiro Francisco de Almeida Claro, que saiu vitorioso do pleito, totalizando 33 votos contra 22 de Antônio Russo.<sup>87</sup>

Além dos nomes citados acima, a Sociedade Beneficente Brasil Unido apresentou, ainda, em seu quadro, outros integrantes não nordestinos. Um documento, datado de 12 de julho de 1952, constata isso. Trata-se da indicação dos nomes que comporiam a Comissão de Festas da entidade, na gestão do presidente Aprígio Bernardino de Salles. A referida indicação trouxe à tona a preocupação da Brasil Unido em ter à sua frente elementos, nordestinos ou não, que pudessem, em razão de sua boa posição socioeconômica, assegurar os propósitos estabelecidos quando da estruturação da entidade.

Senhor Presidente:-

[...] servimo-nos desta para orgulhosamente indicarmos os nomes das pessoas que formarão a Comissão de Festas da atual gestão, cidadãos estes, que [...] deverão ser pessoas de grande projeção e alto prestígio nos meios sulsancaetanense, afim de, com maior facilidade atingir o alvo almejado.<sup>88</sup>

Da lista encaminhada, faziam parte nomes como os de Octávio Tegão e Fernando Piva, que não eram nordestinos. Ambos eram bem relacionados na cidade. Octávio Tegão, por exemplo, trabalhou no comércio e, em 1921, ingressou no Cartório de Registro Civil, onde permaneceu por 40 anos. Exerceu as funções de escrevente, oficial maior e escrivão. Dedicou-se também à política. Na década de 1930, foi vereador pelo então Distrito de São Caetano junto à Câmara Municipal de São Bernardo. Na gestão de Antônio Fláquer à frente da Prefeitura de Santo André, ocupou o cargo de subprefeito em São Caetano, quando a cidade ainda pertencia ao município andreense. Entre 1953 e 1956, foi vereador em São Caetano pelo PSP. Sua atuação na área sociocultural foi também marcante. Foi ator de teatro amador e um dos fundadores do Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal e de entidades benéficas e

<sup>86</sup> Para maiores informações sobre a trajetória profissional de Antônio Russo, consultar: RODRIGUES, Mário Porfírio. A cidade perde Antônio Russo. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 40, p. 83- 85, dez. 2009.

<sup>87</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ata da sessão de eleição da primeira diretoria da Sociedade Beneficente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, 10 jun. 1951.

<sup>88</sup> Idem. *Memorando*. São Caetano do Sul, 12 jul. 1952.

assistenciais, como o Lions Clube local, além de ter presidido o São Caetano Esporte Clube, entre 1951 e 1952.<sup>89</sup>

O fato de contar, em sua direção, com a presença de pessoas que possuíam um alto grau de articulação política aliado a uma boa situação econômica, em São Caetano do Sul, como no caso de Tegão, garantia à Sociedade Beneficente Brasil Unido o respaldo financeiro e social necessário ao êxito das finalidades para as quais foi criada. Daí a importância de seus dirigentes terem instituído, no momento em que a atuação da entidade começava a ser construída, um princípio de cunho universalista, que não restringiria o associativismo aos nordestinos.

Caso a Brasil Unido seguisse uma orientação restritiva, as suas expectativas quanto à formação de uma rede ou círculo social com uma amplitude capaz de lhe garantir todo tipo de apoio poderiam ser frustradas, limitando, assim, as suas possibilidades no tocante a uma atuação efetiva dentro da sociedade de São Caetano. A ideia era estender e ampliar o alcance de seu quadro associativo e não diminuí-lo. Mas tal estratégia não impediu à Sociedade Beneficente Brasil Unido de manter o seu fim precípuo, em favor do qual as bases de sua atuação foram erguidas: o amparo ao migrante nordestino.

Com a definição dos princípios e das orientações que alicerçariam as ações da entidade, a qual se verificou no momento da instituição de seus estatutos, logo após a sua fundação, em 1950, o qual eu classifico como sendo o da primeira fase da atuação da Brasil Unido, os seus dirigentes iniciariam os esforços no sentido de firmá-la e fortalecê-la no município de São Caetano do Sul.

Nessa segunda fase, que atravessa a década de 1950, inserem-se, portanto, todas as articulações daquela cúpula para tornar a entidade conhecida e visível, o que implicaria no seu fortalecimento. Dentre tais articulações, encontram-se as concernentes à organização de campanhas benéficas, às fusões com outras instituições de amparo ao nordestino, às ações em prol do aumento de seu quadro associativo e de seus rendimentos e às relações estabelecidas com pessoas jurídicas de direito privado, como empresas, clubes esportivos e entidades filantrópicas e de serviços, além das firmadas com as forças políticas, em níveis municipal, estadual e federal, com o intuito predominante de obtenção de auxílios financeiros, os quais eram disponibilizados pela administração pública na forma de subvenções (a outra

---

<sup>89</sup> CARVALHO, Cristina Toledo de. Em cena, sonhos e anseios. Esqueta retrata a história do teatro amador de São Caetano, a partir do olhar de dois personagens da sociedade local. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 41, p. 72-74, jul. 2010.

fonte de renda da Brasil Unido, ao lado das cobranças das mensalidades e joias junto aos seus sócios).

No decorrer dessa segunda fase, a atuação da Brasil Unido não foi linear, mas sim marcada por altos e baixos, avanços e recuos, mensurados, principalmente, por documentos como os relativos ao projeto da construção da sede da entidade e do abrigo para os migrantes, proposta que, uma vez concretizada, tornaria o ponto alto ou a própria expressão do fortalecimento da Brasil Unido. A partir de outubro de 1961, com a realização de parte daquele projeto, por ocasião da aquisição da sede própria, a entidade inaugurou uma terceira fase de sua atuação, que se estendeu, pelo menos, até 1965. Embora a construção do tão almejado abrigo para os migrantes não tenha sido observada no mencionado período, essa terceira fase pode ser interpretada como a fase na qual o fortalecimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido ganha contornos mais nítidos, como sugerem as propostas presentes na versão de seu regimento estatutário que passou a vigorar naquele ano de 1965.

As articulações, os esforços e as estratégias dos dirigentes da entidade para colocar em prática as finalidades estatuídas em favor de uma política de amparo, bem como a sua realização propriamente dita, a partir de práticas mutualistas e filantrópicas, serão discutidas ao longo do capítulo 2. Os meandros aí apresentados, que envolveram a atuação da Brasil Unido, anunciam os altos e baixos que caracterizaram o seu posicionamento frente às diferentes conjunturas que a ela se impuseram entre 1950 e 1965.

## CAPÍTULO II - A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO

### 2.1 Nordestinos unidos em torno do mutualismo

Como foi exposto no capítulo 1, a Sociedade Beneficente Brasil Unido seguia uma orientação universalista, ao admitir, em seu quadro associativo, não apenas nordestinos. Em vista disso, o título da presente subseção estaria em desacordo com tal orientação, caso não existissem evidências históricas que o isentassem da incoerência.

Além do fato de a entidade ter nascido nordestina, visto ter sido fruto das articulações de um grupo de 13 homens oriundos do Nordeste e de ter primado, inicialmente, pelo amparo ao migrante vindo dessa região, outro episódio assegura a compatibilidade do título desta subseção com a realidade da Brasil Unido. Trata-se da questão de sua via mutualista de atuação ter sido instituída por uma comissão estatutária<sup>90</sup> formada, predominantemente, por elementos de origem nordestina. Daí a opção por um título que faz menção ao próprio povo que a fundou e para o qual as suas ações voltaram-se originalmente.

No Brasil, os estudos historiográficos que tratam do mutualismo têm como referência o trabalho pioneiro de Tânia Regina de Luca, centrado na cidade de São Paulo.<sup>91</sup> Segundo ela, o período compreendido entre o final do século XIX e meados da década de 1920 assinala o crescimento do mutualismo junto aos trabalhadores urbanos da capital paulista, por força não só da intensa industrialização aí observada, mas também em razão da ausência de instrumentos institucionais que pudessem regular a relação capital-trabalho. Daí a existência de pesquisas que associam as mutuais aos sindicatos.

Conforme expõe Adhemar Lourenço da Silva Júnior, “[...] ainda vigora entre alguns historiadores do trabalho a idéia de que as sociedades de socorros mútuos pertenceriam à pré-história do movimento operário [...]”<sup>92</sup> Mas, tal como argumenta Ronaldo Pereira de Jesus,

<sup>90</sup> A comissão que comandou os trabalhos de elaboração do primeiro Estatuto Social da Sociedade Beneficente Brasil Unido, em 1950, era constituída pelos seguintes senhores: Jorge de Souza Muniz Ferreira, Aprígio Bernardino de Sales, Silvino da Cruz Sobrinho, José de França Dias, Luiz Dias da Silva, Raimundo da Cunha Leite, Francisco José da Silva, Francisco de Almeida Claro, Pedro Hermenegildo Ferreira e Nicolau Delic. Cf. SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 16.

<sup>91</sup> *O sonho do futuro assegurado: mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

<sup>92</sup> *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 22. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/adhemar.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011

essa ideia deve ser analisada de maneira muito cuidadosa, uma vez que, apenas em casos de raríssima exceção, observou-se o desdobramento de entidades mutuais em sindicatos.<sup>93</sup> Isso sem falar que:

As pesquisas mais recentes demonstram que a experiência mutualista foi simultânea à organização dos sindicatos [...] e contribuiu para a formação e o fortalecimento de uma cultura cívica entre os trabalhadores, indispensável ao processo de construção da cidadania no Brasil. Além disso, [...] a experiência mutualista representou um nível significativo da capacidade de organização da sociedade civil brasileira em torno do direito à proteção social. Uma estratégia de sobrevivência importante entre os trabalhadores no contexto de crise da Monarquia escravista e construção da ordem republicana.<sup>94</sup>

De acordo com este último autor, as primeiras associações mutualistas brasileiras apareceram na primeira metade do século XIX, e, embora fossem

extremamente diversificadas em sua composição, motivação, temporalidade, clientela e objetivos [...], a maioria tinha como objetivo principal disponibilizar para os associados proteção na ausência dos mecanismos formais de previdência pública. Ofereciam pensões, indenizações, financiavam enterros, forneciam remédios, atendimento hospitalar, entre outros cuidados.<sup>95</sup>

Vale notar que, mesmo com o surgimento de uma política previdenciária estatal no decênio de 1930, as entidades mutualistas não deixaram de existir, de forma abrupta, no país. Pelo contrário. O que se observou foi o seu progressivo esvaziamento a partir daquele período.<sup>96</sup>

Apesar das distintas circunstâncias, contextos e cenários históricos em que apareceram e atuaram, as associações de mútuo socorro eram pautadas por iniciativas que visavam, primordialmente, à concessão de amparo e proteção aos seus afiliados. Em vista disso, o associativismo praticado e fomentado sob a bandeira do mutualismo pode ser interpretado e compreendido enquanto um sinalizador de adversidades e problemas verificados em um determinado tempo e espaço. Os obstáculos encontrados por um grupo ou categoria social, em seu correspondente raio, segmento ou âmbito de relações, foram a tônica mutualista, a razão de ser do mútuo socorro.

---

<sup>93</sup> Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Oidles*, v. 1, n. 1, sem paginação.

<sup>94</sup> Ibidem, sem paginação.

<sup>95</sup> Ibidem, sem paginação.

<sup>96</sup> Ibidem, sem paginação.

Em São Caetano, por exemplo, duas instituições dessa natureza surgiram entre o final do século XIX e início do século XX,<sup>97</sup> período da história da localidade marcado por enormes carências e privações, sobretudo as de ordem material. As dificuldades enfrentadas por seus moradores legitimariam, assim, o recurso às práticas mutualistas. Surgidas em um momento histórico ainda muito distante do início das ações gerenciadas pelo Estado previdenciário brasileiro, as referidas entidades tinham sua atuação centrada no fornecimento de proteção a seus associados, em face das conjunturas desfavoráveis em São Caetano.

O quadro conjuntural da cidade contribuiria, anos depois, para o surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido. O seu advento, entretanto, deu-se em um contexto já de plena vigência da política previdenciária estatal, o que não retira o grau de importância de seus propósitos, ainda mais se forem levadas em consideração as deficiências apresentadas pela aludida política. Somadas a isso se encontram as questões não só de caráter material, como as atreladas à incipiente estruturação do recém-município de São Caetano do Sul, mas também as de fundo humano e moral, dentre elas, as ligadas à disseminação de práticas preconceituosas contra os nordestinos.

Diante dessa convergência conjuntural, torna-se compreensível e justificável a instituição, por parte dos primeiros dirigentes da Brasil Unido, do seguinte objetivo, expresso pelo item 3º do artigo 1º de seus estatutos: “Auxiliar, moral e materialmente, os seus associados [...].”<sup>98</sup> Entre as motivações dos auxílios morais proporcionados pela entidade, estava o preconceito sofrido pelos migrantes.

<sup>97</sup> São Caetano, entre o final do século XIX e o início do século XX, já contava com duas entidades de cunho mutualista: a Sociedade de Mútuo Socorro Príncipe de Nápoles, fundada em 11 de dezembro de 1892, e a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, surgida no dia 15 de novembro de 1907. A primeira voltava-se, exclusivamente, aos imigrantes italianos e seus descendentes, enquanto aquela não impunha restrições associativas conforme padrões étnicos, o que explica a presença do termo “Internacional” em seu nome. Apesar de ambas terem apresentado essa diferença quanto à política de admissão de sócios, elas preconizavam a concessão de auxílios tradicionalmente inerentes ao mutualismo. Cabe também destacar que, anos antes do aparecimento de tais entidades, o então Núcleo Colonial de São Caetano foi palco da atuação da Irmandade de São Caetano, cuja criação remete à data de 8 de maio de 1883. Em razão de ter se apoiado na Igreja, ela se firmou como uma instituição laica de religiosos, muito embora as anuidades e joias pagas por seus integrantes almejassem iniciativas típicas do mutualismo, como o socorro às viúvas e órfãos dos membros falecidos. As três associações citadas apontam para o grau de precariedade das condições de vida da população sancaetanense, naquele final do século XIX e alvorecer do século XX. Para maiores informações sobre tais entidades, consultar: GARBELOTTO, Oscar. O Núcleo Colonial e sua evolução vista pelas Festas de São Caetano (1883-1927). *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 15, p. 18-24, jul. 1997; MARTINS, José de Souza. *Diário de fim de século: Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998; VERONESI, Henry. Primeiras entidades de socorro de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 18, p. 9-12, dez. 1998.

<sup>98</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 1.

Conforme endossa Raimundo da Cunha Leite, os nordestinos instalados na cidade

[...] defrontaram-se com situações constrangedoras. Falta de moradia e dificuldades na obtenção de emprego foram alguns dos problemas, não apenas pela baixa qualificação, mas também devido ao preconceito. Tudo isso levava aquela [...] gente a um verdadeiro estado de miserabilidade [...]<sup>99</sup>

As memórias daquele dirigente da entidade indicam que o preconceito tornou-se algo recorrente no cotidiano de nordestinos que vieram para São Caetano. As piadas que circulavam na época são a prova disso. Elas revelavam situações corriqueiras nas quais o nordestino era depreciado e ridicularizado, como a destacada abaixo, relembrada pelo baiano Cunha Leite e publicada pelo jornalista Ademir Medici, em seu livro *Migração e urbanização*. Trata-se de uma piada muito popular em São Caetano, nos anos 1950:

Um cearense pediu a São Pedro que enviasse chuvas para o seu Ceará cada vez mais seco.

- Mas como vou saber onde fica o Ceará?

- É fácil. Onde o sr. ver um bocado de cabeça chata é ali.

No dia seguinte registrou-se forte vendaval seguido de tempestade na Vila Gerti.<sup>100</sup>

Essa, como outras piadas e chacotas proferidas no período, eram apenas uma pequena mostra do preconceito existente em São Caetano contra nordestinos. Elas, embora fossem um reflexo debochado de investidas preconceituosas, faziam parte de uma situação séria, na qual o migrante era exposto ao constrangimento.

O discurso de Cunha Leite me permite considerar que a hostilidade decorrente do preconceito geraria uma série de dificuldades às tentativas de inserção do nordestino na sociedade local, situação que se firmaria como um dos fatores decisivos para a criação de uma entidade como a Brasil Unido, que pudesse conceder dignidade aos migrantes. Tal era a dimensão desse papel protetor assumido por ela que, no item 2º de seus estatutos, a promoção da defesa junto aos seus sócios aparece como elemento central: “Promover a defesa dos seus associados, concorrendo igualmente para maior harmonia, solidariedade e o prestígio da classe”<sup>101</sup>.

<sup>99</sup> Dois de julho de 1950: nascia a Sociedade Brasil Unido. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 22, p. 68-71, dez. 2000, p. 68.

<sup>100</sup> CUNHA LEITE, Raimundo da apud MEDICI, Ademir, *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*, p. 87.

<sup>101</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 1. A propósito do termo *classe*, ele não deve ser entendido, no contexto em que foi empregado, como uma referência a um determinado segmento ou categoria de trabalhadores e/ou profissionais, mas sim como uma palavra que faz alusão ao grupo de associados da Brasil Unido. Até porque ela não pode ser considerada uma mutual por empresa, segundo a classificação proposta por Tânia Regina de Luca. Esse tipo de entidade possuía como sócios apenas os operários ou trabalhadores de uma dada empresa, companhia ou estabelecimento. Em sua

O ambiente hostil revelado pelo município de São Caetano do Sul, tanto em termos humanos (preconceito), como estruturais (carência de infraestrutura urbana e de serviços municipais básicos), legitimava as ações mutualistas da Brasil Unido. Aliás, a necessidade da instalação de redes de solidariedade mútua ganhava força em contextos de muita adversidade.

Como bem expõe Beatriz Kushnir, em seu estudo sobre entidades mutuas destinadas ao socorro e proteção de prostitutas judias que migraram para o Rio de Janeiro, havia uma relação muito estreita entre a marginalidade e os deslocamentos de pessoas e/ou grupos.<sup>102</sup> No caso específico de São Caetano, os migrantes nordestinos que se estabeleceram na cidade tiveram de disputar o seu espaço urbano, e, por mais que ele se apresentasse economicamente próspero, não teria condições de abrigar todos aqueles migrantes. Esse quadro de acirradas disputas entre as forças então atuantes no município sul-sancaetanense também propiciava as ações mutualistas, ajudando a compreender a própria preocupação dos dirigentes da Brasil Unido com a promoção da defesa de seus membros, numa tentativa de evitar que eles caíssem na marginalidade, ou, na pior das hipóteses, a entidade concentraria esforços para retirá-los de tal situação.

As iniciativas mutualistas de dimensão humanitária compreendiam, geralmente, a observância de solidariedade e apoio moral da entidade em circunstâncias de doença ou enfermidade de seus sócios, bem como nos casos de morte destes. Os seus estatutos sociais pregavam, aliás, a prática desse comportamento solidário para com as famílias dos sócios falecidos, elencando entre os deveres dos membros de seu quadro associativo o comparecimento aos funerais dos associados, de acordo com o que dispõe o item 9º do artigo 10.<sup>103</sup>

Vale observar que a preocupação com a promoção da solidariedade moral era, de fato, uma inquietação da Brasil Unido, a ponto de ter sido instituída e consagrada pelos seus estatutos. O seu artigo 55 pregava a fraternidade como um dos lemas da entidade.<sup>104</sup> Em observância a tal preceito, Raimundo da Cunha Leite, no relatório das ações desenvolvidas durante a sua gestão à frente da Brasil Unido (4 de julho de 1954 a 2 de julho de 1955), exaltou o espírito fraternal cultivado pela entidade, em dois momentos de tal documento. No que tange aos funerais realizados, foi registrado que “[...] a Soc. se fez representar ao

---

pesquisa voltada para o mutualismo em São Paulo, a mencionada autora encontrou um percentual considerável dessas associações que “eram organizadas, patrocinadas e administradas pelos patrões ou seus representantes”.

Cf. LUCA, Tânia Regina de, *O sonho do futuro assegurado: mutualismo em São Paulo*, p. 48.

<sup>102</sup> *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 37.

<sup>103</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 5.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 15.

enterramento de pessoas ligadas a ela ou de sua consideração, levando a sua palavra de conforto e aos seus familiares, mandando celebrar também, Missas e homenagens póstumas”.<sup>105</sup>

Observou-se também, durante a presidência de Cunha Leite, o apoio moral da entidade para com os seus sócios adoentados:

Diversas visitas foram feitas à Associados e que achavam Hospitalizados ou enfermos em suas residências procurando assim, ampliar os seus sagrados deveres de fraternidade humana, levando a sua palavra carinho e solidariedade.<sup>106</sup>

Os gestos de solidariedade de natureza moral praticados pela entidade possuíam uma faceta material, em razão de sua relação intrínseca com os auxílios monetários garantidos aos integrantes de seu quadro associativo, não só por força das situações de doença, mas também por ocasião de outras adversidades, como as provocadas por morte, desemprego ou necessidade financeira, por exemplo. As quantias disponibilizadas aos sócios, nessas condições, variavam de acordo com o caráter do serviço desencadeador dos auxílios (compra de remédios, consultas médicas, funerais etc). As formas de ajuda oferecidas pela Brasil Unido aos seus associados estavam especificadas no item 1º do artigo 8º de seus estatutos, que garantia o direito de instituição de funeral e pecúlio.<sup>107</sup>

O artigo 17 de tal regimento estatutário estipulava as condições para a concessão do auxílio funeral à família do associado falecido. Dentre as exigências, destacavam-se as alusivas à apresentação de atestado de óbito pela família do sócio e ao pagamento de indenização, por parte da entidade, a pessoas estranhas que tivessem realizado o sepultamento de um membro do quadro social. Por outro lado, o artigo 18 regulava o fornecimento do pecúlio instituído pelo sócio falecido aos seus herdeiros, desde que ele não tivesse sido admitido a menos de 90 dias pela entidade. O valor desse benefício era fixado de acordo com o número de sócios existentes. A eles cabia o pagamento de um sinistro na importância de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por óbito ocorrido. O prazo estabelecido para tal era de 30 dias, a contar da data do falecimento do associado, conforme dispunha o artigo 19 dos estatutos da Brasil Unido.<sup>108</sup>

<sup>105</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Relatório de atividades (4 de julho de 1954 – 2 de julho de 1955)*. São Caetano do Sul, 2 jul. 1955.

<sup>106</sup> Ibidem.

<sup>107</sup> Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 3.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 6-7.

Raimundo da Cunha Leite lançou, no relatório concernente às atividades empreendidas em sua gestão, a realização de pagamento de pecúlio à família de um sócio da entidade: “A Sociedade dando cumprimento ao estatuto em seus Estatutos Sociais, pagou o Pecúlio à família de um dos seus Socios, falecido em Novem. do ano findo, num total de Dois mil e oitocentos e trinta cruzeiros”.<sup>109</sup>

A Brasil Unido reservava ainda ao seu sócio o direito de receber, semanalmente, uma pensão<sup>110</sup> e uma visita médica, desde que se encontrasse impossibilitado de trabalhar a juízo de médico da Sociedade. Dentre os registros de práticas mutualistas lançados no Livro de Beneficências da entidade entre os anos de 1951 e 1954, a maior parte deles refere-se a auxílios monetários por doença, conforme o destacado abaixo:

São Caetano do Sul, 30 de Janeiro de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio ao seu socio João Belarmino de Souza, ordenando e pagando uma visita medica feita pelo Dr. Oseas Fialho, de acordo com o artigo 9, itens 1 e 2<sup>111</sup> dos seus Estatutos.<sup>112</sup>

Outro registro que chama a atenção e que também concerne a auxílio prestado a sócio por motivo de doença é o apresentado na sequência. O seu conteúdo deixa vir à tona a importância da rede de relacionamentos da Brasil Unido para as suas articulações no sentido de viabilizar as suas práticas de amparo. Especificamente no caso de que trata o registro abaixo, a direção da entidade acionou o Sesi, instituição que, por conta de suas finalidades e projeção no cenário social nacional, firmou-se como um dos mais importantes aliados do círculo de contatos da Brasil Unido, sobretudo em razão das parcerias celebradas com tal instituição.

São Caetano do Sul, 4 de dezembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio ao seu socio Leocadio Pedreira de Sena que expirado o prazo Estatutario para auxilio ainda se achava doente, por deliberação da Diretoria, lhe foi dado a

<sup>109</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Relatório de atividades (4 de julho de 1954 – 2 de julho de 1955)*. São Caetano do Sul, 2 jul. 1955.

<sup>110</sup> O valor da pensão previsto pelos Estatutos de 1950 era de Cr\$ 50,00. Com a reforma de 1953, os estatutos estipularam três valores para o auxílio em questão, de acordo com as classificações estipuladas em relação ao pagamento das joias e mensalidades. Assim sendo, o sócio que efetuava o pagamento de joia no valor de Cr\$ 100,00 e o da mensalidade no valor de Cr\$ 30,00, tinha o direito de receber uma pensão de Cr\$ 150,00. A pensão no valor de Cr\$ 100,00 era reservada ao sócio que pagava Cr\$ 50,00 de joia e Cr\$ 20,00 de mensalidade, enquanto o que recebia pensão de Cr\$ 50,00 era aquele que destinava à entidade joia no valor de Cr\$ 20,00 e mensalidade no de Cr\$ 10,00. Cf. Idem. *Estatutos* (Reformados em 1º fev. 1953). São Caetano do Sul, 1953, p. 5-6.

<sup>111</sup> Os itens 1º e 2º do artigo 9º dos estatutos da Brasil Unido tratam do direito de recebimento de pensão por parte dos sócios da entidade. Cf. Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 3-4.

<sup>112</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 jan. 1952, p. 11.

importancia de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) em dinheiro e providenciou ainda meios de tratamentos por intermedio do Sesi para o citado sócio.<sup>113</sup>

O sócio acima mencionado, de acordo com os outros registros a respeito, recebera auxílio da entidade, pela primeira vez, no dia 30 de julho daquele ano de 1951. Na ocasião, o valor disponibilizado foi de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).<sup>114</sup> A concessão desse auxílio verificou-se por força da solicitação formal que ele remeteu ao então presidente da Brasil Unido, Aprígio Bernardino de Salles, por meio de uma carta, datada de 23 de julho de 1951, cujos termos foram os seguintes:

Eu Leocadio Pedreira de Sena socio no. 97, venho pelo presente solicitar de V. Excia. de acordo com o Artigo 9º., itens 1º. 2º. 3º., o auxilio que o citado artigo me concede, pois é verdade que me acho em dificuldades financeiras, pois me encontro doente já de muito tempo estando impossibilitado de trabalhar, e assim atesta o medico da Sociedade, em atestado datado e assinado anexo [...]<sup>115</sup>

Os auxílios continuaram, tendo sido registrado, em 19 de agosto de 1951, o pagamento de consulta médica no valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), além do fornecimento de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), nos dias 30 de agosto e 30 de setembro de 1951.<sup>116</sup> Conforme atestou o registro de 4 de dezembro de 1951, o prazo para a continuidade do recebimento do auxílio por doença por parte do sócio Leocadio Pedreira de Sena havia expirado, pois já tinha ultrapassado o período de duração de tal benefício, que era de 90 dias, por força do item 6º do artigo 9º dos estatutos da Brasil Unido. Mas, no caso em questão, a diretoria da entidade deliberou acerca do fornecimento de auxílio, respaldada pelo item 7º daquele artigo 9º, o qual previa: “Se o associado enfermo, vencido os 90 (noventa) dias continuar doente, a diretoria deliberará sobre um novo auxilio para o mesmo, sendo que este se encontre em estado de extrema penuria”.<sup>117</sup>

No tocante à outra garantia monetária assegurada pela Brasil Unido (auxílio funeral), constam dois registros, dentre as beneficências arroladas no livro correspondente. Esses registros, todavia, não dizem respeito ao pagamento de funeral de associado, conforme preconizava o artigo 17 dos estatutos da Sociedade Beneficente Brasil Unido:

Em caso de falecimento do associado, devidamente comunicado a Sociedade; esta se obrigará a concorrer, imediatamente com o auxílio

<sup>113</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 4 dez. 1951, p. 10.

<sup>114</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 jul. 1951, p. 5-6.

<sup>115</sup> Idem. *Carta*. São Caetano do Sul, 23 jul. 1951.

<sup>116</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 1951, p. 6-7.

<sup>117</sup> Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 4.

funerário de acordo com as possibilidades da Sociedade, e a cargo da Diretoria.<sup>118</sup>

O referido artigo nada previa em caso de morte de familiares do associado. Porém, mesmo diante de tal omissão estatutária, o registro apresentado na sequência revela a prestação desse tipo de auxílio, em condições não previstas, pelo menos explicitamente. Além disso, a Sociedade Brasil Unido tinha como objetivo fundamental e polarizador das iniciativas destinadas ao amparo dos membros de seu corpo associativo a prestação de auxílio moral e material a eles, o que torna compreensível o caso especificado abaixo, relativo ao pagamento do funeral da esposa de um sócio da entidade:

São Caetano do Sul, 30 de Junho de 1953.

Nesta data a Sociedade Beneficente Brasil Unido, custeou o Funeral da falecida esposa do socio João Barros de França, que totalizou a soma de Cr\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um cruzeiros), dado o estado de necessidade deste nosso socio, tendo sido ainda, dado remedios.<sup>119</sup>

Aproveitando o ensejo das discussões acerca do registro de um fornecimento de auxílio que não estava previsto pelos estatutos da Brasil Unido, como o condizente ao caso acima descrito, cumpre ressaltar a observância de outra situação desencadeadora de apoio monetário não expressamente assegurado pelos estatutos da entidade. Trata-se da concessão de empréstimos financeiros a membros de seu quadro associativo.

Essa prática pode ser interpretada como um desdobramento ou algo intrinsecamente ligado à garantia de prestação de auxílio material pela Brasil Unido aos membros de seu quadro associativo. Tal auxílio era usufruído pelos sócios nas hipóteses previstas pelos estatutos, as quais diziam respeito à instituição de pecúlio e funeral e ao recebimento de pensão nos casos de doença. Tudo leva a crer que, diante das situações financeiras adversas de seus sócios, cuja motivação para o requerimento de auxílio monetário não se enquadrava nas hipóteses destacadas, a realização de empréstimos por parte da diretoria da entidade tornava-se justificável. Essa orientação seria, assim, uma alternativa àqueles auxílios reconhecidos, podendo, igualmente, suprir ou contornar dificuldades financeiras e respeitar o fim apregoado pela entidade: o da prestação de amparo material aos seus associados.

Na sequência, apresento os registros que revelam situações de concessão de empréstimos. A realização desse tipo de concessão pode ser interpretada como sendo a forma encontrada pela direção da Brasil Unido para driblar uma lacuna inerente aos seus estatutos. O

---

<sup>118</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 6.

<sup>119</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 jun. 1953, p. 18-19.

conteúdo destes era estático e, portanto, não conseguia acompanhar as vicissitudes e imprevisibilidades da vida cotidiana dos sócios da entidade. Daí a necessidade de seu grupo dirigente agir com maleabilidade, executando também práticas de auxílio financeiro não vinculadas exclusivamente às condições de doença, desemprego ou morte de sócios.

São Caetano do Sul, 16 de Dezembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio ao seu socio Antonio Rodrigues de Araujo, que sendo a sua situação de extrema necessidade, a Sociedade lhe fez um emprestimo de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) que o referido socio deverá repor esta quantia, quando suas posses permitirem.<sup>120</sup>

São Caetano do Sul, 20 de Janeiro de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio ao seu socio Joaquim Antonio de Souza Filho, que sendo a sua situação aflitiva esta Sociedade lhe fez um emprestimo de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) que o referido socio deverá repor à Sociedade quando suas posses permitirem.<sup>121</sup>

São Caetano do Sul, 4 de Maio de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio ao seu socio Simplicio Dias da Silva afim de atender despesas de doença em familia na importancia de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) devendo o referido socio repo-la quando sua situação financeira permitir e sem juros de outros honorarios.<sup>122</sup>

Mas os auxílios que fugiam dos previstos pelos estatutos da Brasil Unido não se restringiram a práticas de empréstimos monetários a sócios com dificuldades financeiras. Outros registros apontam ainda a existência de situações também bastante distintas das tradicionalmente reconhecidas pelo conjunto normativo da entidade, como os auxílios provenientes de doença, desemprego e óbito, os quais se constituíam nos próprios pilares do mutualismo promovido não só pela Sociedade Beneficente Brasil Unido, como também pelas demais instituições de socorro mútuo.

Entre os mencionados registros, encontra-se o ofício, datado de 20 de janeiro de 1958, por meio do qual o então presidente da entidade, Raimundo da Cunha Leite, ressaltou as qualidades de um associado junto à Vemag S/A, empresa de veículos e máquinas agrícolas de São Paulo, na qual o referido sócio tinha interesse em ingressar:

Prezados senhores:-

Estando o Sr. Albertino Martins dos Santos, nosso prestativo associado, interessado em ingressar nessa conceituada firma, permitimo-nos vir à presença de Vv. Sv., no sentido de fazermos referência quanto a sua pessoa,

<sup>120</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Benefícias (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 16 dez. 1951, p. 10.

<sup>121</sup> Idem. *Livro de Registro de Benefícias (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 20 jan. 1952, p. 11.

<sup>122</sup> Idem. *Livro de Registro de Benefícias (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 4 maio 1952, p. 13-14.

pois que, trata-se de pessoa cumpridora do seu dever, concíl das suas responsabilidades, e que nessa entidade sempre soube merecer de todos nós o mais irrestrito respeito e admiração.

Sem outrossim, agradecendo as atenções que a esta possam ser dispensadas, subscrevemo-nos com os elevados protestos de estima e distinta consideração.<sup>123</sup>

Fica evidente, por força do fim a que se destina o documento em questão, que as relações estabelecidas entre a direção da Brasil Unido e seus sócios extrapolavam as situações desencadeadoras de concessões de auxílios materiais. Em certas condições, como na expressa pelo citado ofício, a Brasil Unido apresentava-se como uma porta-voz dos interesses de seus associados. Ela agia e falava por eles, o que contribuía para o reforço de sua influência junto aos integrantes de seu corpo associativo e também para o seu próprio fortalecimento no contexto social de São Caetano. Os contatos mobilizados são a prova disso, pois mantinham a entidade em um nível de atuação e articulação diante de peças importantes da engrenagem socioeconômica local, fato que ajudava a alimentar a sua visibilidade e reconhecimento.

Outro documento, remetido à Fábrica de Louças Cláudia, das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, vem ao encontro de tais argumentações, visto que também revela a faceta da entidade de grande representante de seus sócios. Mais uma vez, por intermédio da Brasil Unido, um associado seu tinha as qualidades de sua boa conduta divulgadas para a empresa à qual ele solicitava emprego, dando a impressão de que o parecer encaminhado pela entidade é que concedia credibilidade e legitimidade à pretensão empregatícia de tal sócio. Não bastava ele ser idôneo por si só. Era preciso o reconhecimento e o aval da entidade da qual fazia parte.

Presados senhores:-

Atestamos para os devidos fins, que é o senhor Antonio de Souza Netto, pessoa de carácter integro e cumpridor dos seus deveres, capaz de assumir pelo seu procedimento e antecedentes, o cargo que vem solicitar nesta firma, como vigilante.

Nestas condições, esta Sociedade, sente-se à vontade em fazer tais referencias à Vv.Ss. do referido senhor. [...]<sup>124</sup>

Uma carta, datada de 15 de novembro de 1950, enviada pelo sócio Deusdete do Nascimento Rêgo ao então presidente da Brasil Unido, o médico Jorge de Souza Muniz Ferreira, é outro documento que evidencia as relações observadas entre o grupo dirigente da entidade e os seus sócios, num contexto distinto do verificado nas situações motivadoras daqueles auxílios monetários previstos pelos estatutos. Tal carta, além de trazer à tona a

<sup>123</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 20 jan. 1958.

<sup>124</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 14 jun. 1952.

concepção daquele nordestino acerca de sua própria realidade enquanto migrante, destacando as principais dificuldades enfrentadas longe de sua terra natal, também sugere, em razão do fim a que se destina, alguns aspectos que concedem às relações estabelecidas entre a direção da Brasil Unido e os seus associados um caráter verticalizado.

No caso da aludida carta, o sócio em questão a remeteu ao presidente da Brasil Unido com o propósito de lhe pedir emprego. Nesse sentido, a expectativa depositada por ele em relação ao dirigente máximo da entidade é indicativa do reconhecimento da influência política e social da Brasil Unido na sociedade de São Caetano do Sul. Daí o recurso daquele sócio ao presidente da Brasil Unido, que, só por conta de estar à frente de uma entidade influente, já estaria apto o bastante para conseguir trabalho para o sócio Deusdete do Nascimento.

Ilmo. Sr. Dr. Jorge

Saudações

O fim desta é pedir V.S. que me arranje um empregosinho conforme vejas que meresso. De instrução tenho o curso primário, sei um pouco dactilografia, mais não estou atras de servisso leves e sim um que dê gaita fim logo arrumar o dinheiro da passagem, pois estou aqui divido inluzão que o povo mete na cabeça da gente. Não sou do contra, bem verdade que aqui se ganha mais do que no Norte, mas as dispêzas tambem são dobradas. Estou trabalhando de ajudante de pedreiros, o que só está dando para cama e mêza, e me sobimetir ao tratamento não quero ir me embora antes de terminar. Sou de Oeiras do Piaui, estava em Remanso da Baia a um ano e 8 meses, lá me dando muito bem, pois estava empregado em um armazem de sécos e molhados, com um ordenado de (400,00) livre o mesmo para lá não era tão pouco mais divido queixa de alguns metí a cara pra cá, hoje estou arrependido, porque já gastei toda a minha economiazinha que tinha, e agora estou dando um murro quaze sem proveito pois é como já vos falei. O meu ex patrão disse-me que as portas ficavam abertas para me receber na hora que chegace, mais o que V.S. acha? [...]<sup>125</sup>

A atitude do sócio em questão sinaliza para o reconhecimento que ele próprio tinha acerca do poder político da Brasil Unido. A sua solicitação de ajuda e conselhos constitui-se, assim, em estratégia que evidencia aquele seu reconhecimento do poderio apresentado pela instituição, ao passo que revela também as diferenças entre sócios e membros de sua direção, em diferentes circunstâncias do mutualismo praticado pela Brasil Unido, relativizando a ideia de que, nas entidades de socorro mútuo, as relações se processam de maneira mais horizontalizada, tornando as hierarquias menos definidas.<sup>126</sup> Ficou claro que o recurso de sócios à presidência da Brasil Unido, em situações que iam desde solicitações de declarações de boa conduta e comportamento até pedido de emprego, denotava toda a confiança e

<sup>125</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Carta*. São Caetano do Sul, 15 nov. 1950.

<sup>126</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, p. 293.

credibilidade que aqueles integrantes do quadro associativo da entidade imputavam à influência política de seus dirigentes.

Pelo que foi exposto, é mais viável considerar as ações mútuas de solidariedade encabeçadas pela entidade pela perspectiva não da horizontalidade, mas sim de uma hierarquia relacional condizente a uma verticalidade presente nas relações ensejadas por aquelas ações solidárias. Os seus promotores e gestores, no caso os dirigentes da Brasil Unido, reforçavam por meio das referidas ações o *status* que possuíam dentro da entidade, desencadeador de relações junto ao seu corpo associativo, as quais apontavam para a composição de uma quase clientela, mas também indicavam o poder que aqueles dirigentes possuíam fora da instituição, ou seja, na própria sociedade de São Caetano do Sul. Tais peculiaridades, reveladoras das diferenças existentes entre diretores e destinatários das práticas de amparo, contribuíam para que a Sociedade Beneficente Brasil Unido e as mutualistas, em geral, se firmassem como “espaços de reforço [...] de setores sociais excluídos, de vivência de relações solidárias e de *locus* de reforço de hegemonia<sup>127</sup> de setores sociais mais abastados [...]”.<sup>128</sup>

### **2.1.1 Suas práticas filantrópicas junto aos “irmãos do Norte e Nordeste”**

Antes de iniciar as discussões e reflexões acerca das práticas filantrópicas da Sociedade Beneficente Brasil Unido, faço uma breve explicação sobre o termo “irmãos do Norte e Nordeste”. Tal expressão aparece, com frequência, na documentação da entidade. Por meio dela, os seus dirigentes referiam-se aos migrantes amparados por suas iniciativas de cunho filantrópico.

A filantropia, em face das conjunturas e condições históricas vigentes no município de São Caetano do Sul, foi a outra frente de atuação eleita pelo grupo que presidiu os trabalhos de constituição dos princípios da Brasil Unido. Como ocorria com as práticas mutualistas, as relações desencadeadas pelas iniciativas filantrópicas também evidenciavam as diferenças

<sup>127</sup> As questões que envolvem a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido pela perspectiva da hegemonia serão discutidas ainda neste capítulo, especificamente no trecho que trata das relações estabelecidas entre a entidade e as forças políticas, em âmbitos municipal, estadual e federal.

<sup>128</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 99-113, jan./jun. 2004, p. 105. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/edicoes-anteriores/volume-10-numero-1-jan-jun2004/mutualismo-e-filantropia-claudia-maria-ribeiro-viscardi>>. Acesso em: 5 jul. 2011

existentes entre os dirigentes e os migrantes nordestinos recém-chegados à cidade. Contudo, tais diferenças não eram motivadas e alimentadas pelo vínculo associativo que unia os sócios da Brasil Unido em torno de sua cúpula. No caso da filantropia, o amparo observava-se sem a necessidade de uma ligação formal ou oficial do migrante com a entidade. Portanto, os benefícios destinavam-se a ele diretamente, sem a mediação das garantias advindas do associativismo, as quais, para serem usufruídas, exigiam o pagamento de mensalidades por parte dos membros da entidade. Os destinatários de suas práticas filantrópicas não precisavam dispor de nenhuma quantia para o usufruto delas.

Embora a execução da filantropia não estivesse inserida nas formalidades típicas do associativismo, os mecanismos de poder que ela compreendia eram tão incisivos quanto os inerentes ao mutualismo, pois também eles atuavam no sentido do reforço do *status* e das diferenças entre os que doavam e os que recebiam.

Os registros de práticas filantrópicas da Brasil Unido trazem à tona a realidade dos migrantes nordestinos, a qual, em razão de ser revestida por problemas, dificuldades, carências e precariedades, já os colocava numa situação de adesão frente às ações dos dirigentes da entidade. Estes, por força de uma condição socioeconômica favorável, apresentavam-se em plenas condições não só de comandar os rumos da associação, mas também de gerir a distribuição da filantropia.

O gerenciamento das práticas filantrópicas fazia emergir dois mundos bastante distintos: o dos membros da direção da Brasil Unido, dotado de projeção social e material, e o dos recém-chegados do Nordeste, desprovido das condições mínimas necessárias à sua inserção na sociedade de São Caetano, quer pela ausência de dinheiro e emprego, quer por motivo de doença e por falta de grau formal de instrução desses migrantes. A lógica inerente a tais situações tão díspares explica a adesão dos migrantes em relação às ações filantrópicas provenientes da Brasil Unido, ao mesmo tempo em que evidencia as vantagens que podiam ser auferidas pelos integrantes de sua cúpula, enquanto promotores de atos caritativos e benficiares.

Não obstante tais atos não fossem norteados pela contrapartida financeira, como no caso das ações mutualistas, eles podiam trazer uma série de benefícios aos seus autores, que, mesmo não sendo, pelo menos diretamente, benefícios monetários, teriam condição de se converterem, posteriormente, em lucros materiais pelo reconhecimento e enaltecimento que os atos filantrópicos atraíam da sociedade. Sendo assim, a visibilidade que a Brasil Unido adquiria, em termos morais e de respeitabilidade, quando concretizava iniciativas

filantrópicas, poderia conceder-lhe não só um retorno material, mas, sobretudo, um prestígio capaz de garantir-lhe uma influência política de essencial importância para a eficácia de suas articulações na sociedade de São Caetano do Sul.

Os argumentos expostos acima encontram ressonância no pensamento de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Ao discutir a respeito das implicações que estão por trás de atos caritativos, filantrópicos ou de solidariedade, a historiadora expõe que:

Todas as relações de solidariedade prevêem algum tipo de reciprocidade mesmo que o retorno do bem [...] seja tardio ou indireto. A reciprocidade não precisa igualmente ser bipolar e nem requer a paridade entre doadores e receptores. Muito embora o pobre não possa retribuir materialmente o bem recebido, os ganhos do doador são indiretos e podem ser expressos através de um reconhecimento social [...], uma vantagem política adicional, ou mesmo uma satisfação pessoal por sentir-se responsável pela desigualdade social (alívio da culpa).<sup>129</sup>

Tais considerações vão ao encontro do que Pierre Bourdieu chama de capital ou lucro simbólico para designar os benefícios resultantes das dádivas, os quais são expressos não por um dado valor econômico, mas sim pelo reconhecimento atribuído a quem as ofertou. Nessa perspectiva, alerta, entretanto, que “é preciso que exista um mercado para ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, com freqüência conversíveis em lucros materiais, que se possa ter interesse pelo desinteresse [...]”.<sup>130</sup>

O capital simbólico, de Bourdieu, pode ter seu significado comparado ao da noção de contradom, do antropólogo Maurice Godelier. Conforme elucida Cláudia Viscardi, para tal antropólogo, “a prática das doações envolve sempre a expectativa de devolução da oferta por parte do contemplado, mesmo que o retorno da dádiva concedida seja a manutenção do receptor na condição de dependente do doador”.<sup>131</sup>

Edward P. Thompson também tece considerações preciosas a respeito dos atos de doar, as quais sintetizam as ponderações daqueles dois estudiosos, uma vez que para ele esses atos envolvem “[...] prestígio, subordinação, obrigação e controle social [...]”.<sup>132</sup> Assim, o prestígio a que se refere Thompson pode ser equiparado ao reconhecimento inerente ao capital simbólico, enquanto a subordinação relaciona-se diretamente à ideia de contradom, no que tange à dependência do destinatário de uma dádiva frente ao seu autor.

<sup>129</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008, p. 128. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi16/topoi16a5.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a5.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2011.

<sup>130</sup> BOURDIEU, Pierre, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, p. 175.

<sup>131</sup> GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Introdução e Capítulo 1 apud VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro, *op. cit.*, p. 128.

<sup>132</sup> *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, p. 245.

Todas essas ideias acerca dos atos de doar expressam, teoricamente, as implicações e motivações intrínsecas às ações de natureza filantrópica da Sociedade Beneficente Brasil Unido. Na prática, os registros referentes a elas fornecem um conjunto de elementos e aspectos reveladores das condições e peculiaridades da realidade dos migrantes nordestinos amparados pela entidade. Ao mesmo tempo, essa documentação sugere questões condizentes ao encaminhamento dado por sua cúpula às inúmeras situações deflagradoras de práticas filantrópicas.

Os casos que serão apresentados na sequência consistem, predominantemente, em registros lançados no Livro de Beneficências da entidade, entre 1951 e 1954, período correspondente às três gestões consecutivas do presidente Aprígio Bernardino de Salles. Boa parte desses registros aponta para circunstâncias que levaram a Brasil Unido a conceder abrigo, alimentação e dinheiro para os recém-chegados do Nordeste, além das providências tomadas no sentido da consecução de emprego e tratamentos médicos para tais migrantes. Essas eram as ações que se constituíram na marca registrada da filantropia praticada pela entidade junto aos “irmãos do Norte e Nordeste”. O que não significa que elas tenham sido as únicas. Pelo contrário. Os registros também apontam para a existência de iniciativas que fugiam daquelas concessões filantrópicas convencionais, como demonstra a relatada abaixo, alusiva ao pagamento do funeral da esposa de um senhor, a qual vinha sendo amparada pela entidade, conforme expõe o documento:

São Caetano do Sul, 20 de Dezembro de 1953.

Nesta data a Sociedade Beneficente Brasil Unido, custiou os Funerais da falecida Sra. Dominencia Ribas Dias, esposa do Sr. Vitorino José de Oliveira, que esta Sociedade vinha amparando, tendo sido por esta Sociedade a referida senhora hospitalizada e mantida na casa de um socio Sr. Irenio Ferreira, até quando esta veio a falecer. As despesas do funeral ficou em Cr\$ 804,00 (oitocentos e quatro cruzeiros), que ficou sob a responsabilidade e paga por esta Sociedade.<sup>133</sup>

Além desse, há também outro registro indicativo de prática filantrópica distinta das comumente empreendidas pela Brasil Unido. Trata-se de um ofício, datado de 12 de fevereiro de 1958, remetido ao delegado de polícia do município pernambucano de Paulista, com o propósito de solicitar-lhe um certificado em nome de um migrante:

Prezado senhor:-

A Sociedade Beneficente “Brasil Unido”, que tem como finalidade precípua amparar e orientar aos nossos irmãos nordestinos que demandam à São Paulo, vem mui respeitosamente à presença de V. Excia., no sentido de

---

<sup>133</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 20 dez. 1953, p. 20-21.

solicitar os bons ofícios do caríssimo amigo e da autoridade policial, atestando e nos remetendo o atestado de residência anexo, em nome do Sr. Antonio José Soares Fo., para fins militares, já que sem o competente certificado militar não tem o cidadão em questão facilidades para a obtenção de emprego ou outras facilidades que tal documento faculta.

Assim sendo, foi que esta entidade deliberou tomar como sua a causa deste senhor, já que o mesmo é realmente digno do nosso apoio e cuidado.

Agradecendo antecipadamente pelas atenções que à esta possa V. Excia. dispensar, aproveitamos do ensejo para reiterar os protestos da nossa estima e distinta consideração.<sup>134</sup>

Como fora observado em relação ao teor de certos documentos concernentes a práticas mutualistas da Brasil Unido junto a membros de seu corpo associativo, a situação veiculada pelo ofício acima também mostra uma entidade que fala, argumenta e age pelos migrantes não associados a ela. Portanto, essa posição de intermediária era usufruída pela Brasil Unido tanto em sua frente de atuação mutualista quanto em sua via filantrópica.

No tocante ainda às articulações de sua direção para a obtenção de documentos e até para a realização de registros civis, cumpre ressaltar o trecho do relatório das atividades promovidas durante a presidência de Raimundo da Cunha Leite, no qual ele destaca as ações classificadas como sendo de assistência jurídica:

Com a colaboração do “SESI”, a Soc. promoveu a realização de dois casamentos no Civil, bem como o registro de 3 menores e de 1 maior. Providenciou ainda, a obtenção de documentos para trabalho para 8 pessoas junto ao Posto Emissor de Carteiras de São Caetano do Sul, bem como a obtenção de empregos para diversas pessoas, através de seus associados, para recenhegados de outros Estados do País.<sup>135</sup>

O conteúdo desse documento deixa transparecer a importância da proximidade da Brasil Unido com instituições que atuavam em diferentes segmentos, tendo em vista a concretização do amparo proposto por ela junto aos migrantes nordestinos. Apoiada em uma rede social, composta de pessoas físicas e jurídicas, a entidade, na realização de iniciativas filantrópicas, mediava as relações entre os amparados e os poderes locais. Isso porque tais iniciativas, muitas vezes, não dependiam apenas dos esforços da direção da Brasil Unido. Conforme a natureza de cada uma delas, a necessidade de participação e intervenção de outras entidades tornava-se ainda mais notória. Como no caso exposto acima, que demonstra bem a importância de instituições como o Sesi e o Posto Emissor de Carteiras de São Caetano do Sul para fins de registro e consecução de documentos para os migrantes.

---

<sup>134</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 12 fev. 1958.

<sup>135</sup> *Idem. Relatório de atividades (4 de julho de 1954 - 2 de julho de 1955)*. São Caetano do Sul, 2 jul. 1955.

Ações filantrópicas, como, por exemplo, as relativas à agilização de providências para a obtenção de emprego para os seus amparados, também evidenciam a dependência da Brasil Unido para com a sua rede de relacionamentos. Alguns registros constatam, aliás, a colocação no mercado de trabalho de migrantes a partir do intermédio de sócios da entidade. É de se supor que tal colocação era facilitada em razão do círculo de relações até de caráter mais informal desses sócios em São Caetano e na região. Assim, é bem provável que relações informais e não institucionalizadas ou pautadas pela influência política e social da entidade junto a membros dessas empresas tenham possibilitado a contratação de migrantes que recorreram à Sociedade Beneficente Brasil Unido.

Abaixo, seguem alguns registros indicativos das situações desencadeadoras de medidas para obtenção de emprego e documentos para aqueles migrantes, além de concessões de alimentação, dinheiro e abrigo, as quais acompanhavam, na maioria das vezes, aquelas outras duas medidas:

São Caetano do Sul, 14 de Janeiro de 1951.

Nesta data foram abrigados na Sociedade Beneficente Brasil Unido 4 elementos nordestinos, sendo que a Sociedade, depois de os mesmos terem ido à Polícia Local a procura de abrigo sem nada conseguirem e quando os mesmos já se preparavam para irem dormir no mato, os abrigou por 5 dias dando-lhes dormida e refeição sem nada receber, até quando lhes conseguiu trabalho para todos os 4 e morada em Vila Alpina, dando-lhes ainda 40,00 (cruzeiros) em dinheiro.

São eles os seguintes senhores: José Thimoteo da Cruz; Severino Raimundo da Silva; Joaquim Ramos Oliveira e José Thimoteo da Silva.<sup>136</sup>

São Caetano do Sul, 17 de Novembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, abrigou um elemento do Norte Sr. Antonio José, por 18 dias dando-lhe pouso, e por intermedio de um socio da Sociedade lhe foi arranjado emprego e pensão.<sup>137</sup>

São Caetano do Sul, 30 de Novembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio ao Sr. José Santana Freire que recemchegado do Norte encontrava-se em situação difícil, lhe sendo dado a importancia em dinheiro de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) sendo ao mesmo tempo orientado para a obtenção de emprego e moradia.<sup>138</sup>

São Caetano do Sul, 2 de Dezembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio ao Sr. Jeronimo Venancio, que recemchegado do Norte, encontrava-se em estado de verdadeira penuria lhe sendo dado a importancia de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) em dinheiro e passou a residir com o Sr. Aprigio Salles

<sup>136</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 14 jan. 1951, p. 1.

<sup>137</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 17 nov. 1951, p. 9.

<sup>138</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 nov. 1951, p. 9.

dignissimo presidente desta Sociedade sendo ainda por ele conseguido trabalho para o referido senhor.<sup>139</sup>

São Caetano do Sul, 20 de Dezembro de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio ao Sr. Silas Alves de Carvalho, que procurou juntamente com sua familia, esta Sociedade, sendo-lhe dado a importancia em dinheiro de Cr\$ 370,00 (trezentos e setenta cruzeiros) dado a sua extrema penuria.<sup>140</sup>

São Caetano do Sul, 30 de Dezembro de 1953.

Nesta data a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio ao Sr. A. Silva, afim de que este senhor pudesse tirar os seus documentos, para se empregar como cobrador de Onibus, quando não tinha recurso para tal, lhe sendo dado a importancia de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).<sup>141</sup>

São Caetano do Sul, 30 de Abril de 1954.

Nesta data a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio à Sra. Doralice America da Silva e filhos, que se achavam desamparados, com a importancia de Cr\$ 130,00 (cento e trinta cruzeiros) em dinheiro, e tomando outras providencias por Socios da Sociedade, para ampara-la.<sup>142</sup>

São Caetano do Sul, 13 de Julho de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou assistencia à uma família em V. Gerty e lhe deu uma quantia em dinheiro de Cr\$ 50,00 por intermedio do membro da Comissão de Sindicancia<sup>143</sup> Sr. Nilson P. Nascimento.<sup>144</sup>

A questão alusiva ao modo como os migrantes tomavam conhecimento da Brasil Unido ou à forma que ela se cientificava dos casos que demandavam a sua ajuda ou intervenção remete aos sócios da entidade. É de se supor que muitas situações envolvendo amparados tenham chegado à Sociedade Beneficente Brasil Unido por meio de seus associados, que, por conta de suas amizades ou mesmo em razão de outras tantas relações sociais rotineiras, tomaram conhecimento de problemas que afligiam migrantes nordestinos instalados em São Caetano. O registro acima pode se enquadrar nessa suposição, uma vez que menciona o intermédio do membro da Comissão de Sindicância da entidade na concessão de assistência a uma família da antiga Vila Gerty. Nesse sentido, não teria ele levado ao

<sup>139</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 2 dez. 1951, p. 9-10.

<sup>140</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 20 dez. 1952, p. 16.

<sup>141</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 dez. 1953, p. 21.

<sup>142</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 abr. 1954, p. 22.

<sup>143</sup> Nos termos do artigo 33 dos estatutos sociais da Sociedade Beneficente Brasil Unido, à Comissão de Sindicância competia a verificação do preenchimento das exigências estipuladas por tais estatutos no tocante aos candidatos a sócios da entidade, a comunicação à Diretoria de atos ou fatos que desabonassem a conduta de associados e a visitação a sócios enfermos para analisar se seu estado de saúde permitia-lhe usufruir das beneficências asseguradas pela Brasil Unido, nos casos de doença. Cf. Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 11.

<sup>144</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1952, p. 14-15.

conhecimento da entidade a situação aflitiva pela qual passava a mencionada família, em razão de conhecê-la, o que explicaria a sua condição de intermediário na prestação do dito auxílio?

Se, por um lado, o caso envolvendo tal família gera esse questionamento, por outro, há um registro que evidencia o que foi argumentado sobre a responsabilidade de sócios no que tange à apresentação de migrantes à entidade. Trata-se do documento exposto abaixo, por meio do qual o associado Joaquim Jácome Formiga solicita ao também membro da Brasil Unido, Raimundo da Cunha Leite, apoio e auxílio a um recém-chegado do Nordeste.

Esse registro não está datado, mas tudo indica que ele tenha sido produzido entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. Duas informações nele contidas respaldam essa minha constatação. A primeira diz respeito à indicação presente em seu verso, que aponta o cargo que o seu destinatário ocupava, na época, na Prefeitura de São Caetano do Sul. Na gestão do prefeito Oswaldo Samuel Massei, entre os anos de 1957 e 1961, o baiano Raimundo da Cunha Leite foi diretor da Guarda Municipal. A outra informação refere-se ao endereço da Brasil Unido, na ocasião, que aparece manuscrito abaixo do nome de Cunha Leite: Avenida Conde Francisco Matarazzo, nº 24, 2º andar, sala 19. Dentre a documentação selecionada, aparecem alguns ofícios do ano de 1959 que trazem tal endereço como sendo o da sede da Brasil Unido. Considerações à parte, segue o aludido documento:

Companheiro brasilunidense  
Raimundo Leite.

O portador, pessoa recém-chegada do nordeste, doente e sem serviço merece a habituação atenção da Brasil Unido, segundo os seus princípios e diretrizes.

Ademais você poderá, EMBORA NÃO SEJA O ATUAL presidente da entidade, guiar o portador a quem lhe possa ajudar.

Agradeço sua atenção.<sup>145</sup>

Outro registro traz à tona o intermédio de um sócio da Brasil Unido no caso condizente à morte de um paraibano que havia residido em São Caetano do Sul. A entidade interveio, assumindo a responsabilidade de comunicar a família do falecido a respeito do ocorrido:

São Caetano do Sul, 14 de Janeiro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido tomou à seu encargo um caso trazido ao conhecimento da mesma pelo Sr. Silvino da Cruz Sobrinho, qual seja o do falecimento de rapaz da Paraíba [...], sendo este rapaz vítima de um acidente em uma construção na Estação de Alumínio neste Estado.

Como o rapaz tivesse falecido em agosto de 1950, e até esta data a sua família nada tivesse sabido, a Sociedade deliberou telegrafar imediatamente

---

<sup>145</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Carta*. São Caetano do Sul.

à família do mesmo, sendo que ainda, enviou uma Comissão até a já citada cidade, afim de melhor se inteirar do ocorrido, e ao mesmo tempo tomar as providencias necessarias para a solução do processo judiciario, afim de a indenização pela vida da vitima fosse às mãos dos beneficiarios que são sua esposa e 2 filhos.

Neste caso, a Sociedade esteve resolvendo o mesmo, até que veio um pessôa da Paraiba incumbida de acompanhar o mesmo que foi um filho do fazendeiro que o pai e filhos da vitima são agregados.

Assim sendo, o caso agora esta sob a responsabilidade da pessôa enviada sr. Raimundo Pinto.<sup>146</sup>

Em ofício datado de 20 de janeiro de 1951, a Brasil Unido forneceu detalhes sobre o caso ao pai do rapaz paraibano, transmitindo-lhe também esclarecimentos a respeito da indenização que lhe cabia, em virtude das circunstâncias em que se deu a morte de seu filho:

São Caetano do Sul, 20 de janeiro de 1951.

Ofício

Ao Sr. Antonio Inacio  
Cidade de Souza Paraíba,  
Presado senhor.

A Sociedade Beneficente Brasil Unido, instituição esta, que tem por finalidade primordial dar amparo aos filhos do Norte e Nordeste, chegados a esta terra, ouve por bem deliberar em sessão, incumbir ao Sr. Silvino da Cruz Sobrinho, elemento idóneo e de grande conceito entre nós, para ser o intermediário junto ao senhor, no caso já exposto em telegrama enviado por él, e que aqui faremos mais detalhadamente, do infausto acontecimento de que foi vitima, o seu saudoso filho.

Como é do seu conhecimento, morava él José, aqui em São Caetano do Sul, na pensão do Sr. Silvino, onde alias era estimado por todos os seus colegas de pensão, bem assim por os proprietarios da mesma.

Convidado por outros colegas, deixou él a pensão do referido senhor, embarcando para à Estação de Aluminio no interior deste estado, onde de acordo com o contrato celebrado com uma Companhia Construtora, iria él, permanecer por lá, uns 4 a 5 meses, isto é, até quando perdurasse o citado contrato.

Porém, por ironia do destino, dado ao modo precário de que estava sendo feita a obra empreitada por aquela Companhia Construtora, veio esta em dado momento desabar, justamente quando grande numero de trabalhadores se achava em serviço, vindo todos a perecer, e entre estes, infelizmente, estava o seu dileto filho.

Após delinear-mos como se deu o infausto acontecimento, é de nossa obrigação, expor ao senhor o que abaixo iremos citar para outros esclarecimentos.

De acordo com a Lei, acha-se a Companhia Construtora, na obrigação de indenizar às familias das vitimas, o que alias, já fez aos que já foram tratar do assunto, o que julgamos para o seu bem prover, na obrigação de também exigir o que lhe concede a Lei.

Portanto, se caso o senhor venha a se decidir vir até aqui, que se comunique com nosco, ou mesmo com o Sr. Silvino, afim de lhe instruir-mos a respeito. Avisamos porém desde já, que caso decida-se a vir receber esta quantia, que

<sup>146</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Benefícias (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 14 jan. 1951, p. 2.

alias, chega aproximadamente a uns Cr.\$.35.000,00 que venha munido dos documentos que seja possíveis conseguir, demonstrando ser o senhor pai da vítima. De forma que aqui estamos às suas ordens, como bem o Sr. Silvino, e que continue a escrever para o endereço do Sr. Silvino, isto é:

Av. Conde Matarazzo, 668, ou endereçada à nossa Sociedade sendo: Rua Alagoas, nr. 500, São Caetano do Sul, São Paulo.

Aproveitando, apresentamos as nossas condolências e nos pomos às suas ordens.<sup>147</sup>

Supõe-se, também, que muitos migrantes tenham recorrido à Sociedade Beneficente Brasil Unido por intermédio de pessoas que conheciam os propósitos da entidade ou ainda que mantinham uma proximidade com seus integrantes. Na medida em que a entidade dava prosseguimento às suas iniciativas, ela se fazia notar em São Caetano, possibilitando à sua rede social ampliar os seus contatos e relacionamentos. A demanda por ações filantrópicas da Brasil Unido era compatível com o seu grau de visibilidade no município. As relações difusas que permeavam o cotidiano de atividades da instituição contribuíam para levar até ela novos solicitantes de seus serviços.

O registro que segue abaixo reúne dois dados importantes. Um deles endossa as considerações acima, a respeito do papel desempenhado pela visibilidade da entidade no que concerne à atração de casos passíveis de amparo envolvendo migrantes nordestinos. Pelo que informa o registro, a beneficiária citada procurou a Brasil Unido graças à recomendação de uma pessoa da Prefeitura de São Caetano do Sul. O outro dado trazido pelo documento remete à questão da intervenção da Brasil Unido em casos que requeriam medidas para a concessão de tratamentos médicos para os seus amparados. Nessas situações, a importância de sua rede social era também indiscutível.

São Caetano do Sul, 11 de Julho de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, atendeu à uma senhora Sra. Mariana Maria de Jesus que vindo recomendada de pessoa da nossa Prefeitura Municipal, providenciando seu internamento em um Hospital da Capital.<sup>148</sup>

Além desse, há outros dois registros alusivos a internamentos providenciados pela Brasil Unido a seus amparados, conforme explicitado:

São Caetano do Sul, 10 de Março de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido abrigou um elemento que estava doente, dando-lhe Cr\$ 77,00 em dinheiro, pouso e comida por 3 dias, providenciando depois o seu internamento no Hospital das Clínicas.<sup>149</sup>

<sup>147</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 20 jan. 1951.

<sup>148</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 11 jul. 1952, p. 15.

<sup>149</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 10 mar. 1951, p. 4.

São Caetano do Sul, 9 de Fevereiro de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio ao Sr. Agostinho Rodrigues Campos que recem-chegado de Pernambuco e enfermo procurou esta Sociedade. Lhe foi dado a importancia de Cr\$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros) em dinheiro, e o orientou-o afim deste conseguir a sua hospitalização desejada e comprometendo-se ainda pagar três ou quarto mês de penção para este senhor, periodo este que será necessario para o seu restabelecimento e que possa trabalhar [...]<sup>150</sup>

Uma carta, datada de 25 de fevereiro de 1952, apresenta os desdobramentos do caso destacado acima, referente a Agostinho Rodrigues Campos. Por meio dela, o pernambucano comunicou à Sociedade Beneficente Brasil Unido que havia sido operado no Hospital das Clínicas, em São Paulo, e que se encontrava na Santa Casa de Misericórdia de Santo André. É possível perceber que as providências tomadas para a sua hospitalização foram observadas em um curto espaço de tempo, em um período de menos de 16 dias, o que me permite aventar a hipótese de a entidade ter recorrido a algum associado ou a um contato de seu círculo social para o fornecimento da orientação referente à hospitalização em questão, uma vez que o pernambucano conseguira agilizar todo o processo burocrático exigido no tocante a internações e tratamentos em um hospital público do porte do Hospital das Clínicas, muito requisitado e procurado pela população. Segue, na íntegra, a referida carta:

Prezados Senhores:

Como é do conhecimento de vv.ss., fiquei de informar-lhes, em que hospital eu seria operado e onde ficaria hospedado.

Fui operado no Hospital das Clínicas e estou na Sta. Casa de Misericórdia de Santo André.

Peço a vv.ss. que mande um membro da diretoria dia 28-2-52 (quinta-feira, das 14 às 16 horas).

Sendo só para o momento e no aguardo de sua honrosa visita, despeço-me.<sup>151</sup>

Há que se enfatizar a efetividade das ações da entidade junto aos migrantes que lhe solicitavam ajuda, bem como o papel desempenhado pela rede de relacionamentos da Sociedade Beneficente Brasil Unido não só para com as contribuições que ela fornecia à agilização de providências concernentes à obtenção de documentos e tratamentos de saúde para os migrantes amparados, mas também no que se refere ao encaminhamento de nordestinos a ela, conforme demonstra o ofício remetido pelo presidente da Associação Beneficente Aurorense, Antonio Gonçalves Pinto, ao presidente da Brasil Unido, o médico Jorge de Souza Muniz Ferreira:

<sup>150</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 9 fev. 1952, p. 11-12.

<sup>151</sup> Idem. *Carta*. Santo André, 25 fev. 1952.

Aurora Ceará, 12 de janeiro de 1951  
 Ilmo. Sr.  
 Presidente da Associação Beneficente Brasil Unido  
 São Caetano do Sul.  
 Com este apresento-lhe o nosso socio Virgilio Brilhante de Alencar, que vai  
 residir nessa cidade.  
 Peço para o mesmo, um pouco de sua preciosa atenção.  
 Sendo só o que se oferece no momento, subscrevo-me atenciosamente.<sup>152</sup>

Um registro, datado de 28 de fevereiro de 1951, confirma que a apresentação formal realizada pela entidade da cidade cearense de Aurora surtiu efeito, uma vez que Virgilio Brilhante procurou a Brasil Unido, chegando, aliás, a receber dela auxílio:

São Caetano do Sul, 28 de Fevereiro de 1951.  
 Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido prestou um auxílio a Sr. Virgilio Brilhante, pois o mesmo chegou a São Paulo acompanhado de sua família, e alem de recem-chegado e com numerosa familia, não possuia documentos para trabalhar.  
 A Sociedade lhe deu Cr\$ 100,00 em dinheiro e prometeu providenciar os seus documentos, porém o referido senhor não voltou mais para tal.<sup>153</sup>

Ficou claro que a Brasil Unido, na promoção de ações filantrópicas, mobilizava o apoio e a participação de instituições que compunham a sua rede social e também os próprios membros de seu quadro associativo. Ao agir conjuntamente com seus sócios e com entidades com as quais mantinha relacionamentos e intercâmbios, a Brasil Unido deflagrava a constituição de teias de solidariedade, que se difundiam no município de São Caetano e fora dele (conforme a natureza de cada auxílio prestado), repercutindo em variados segmentos da sociedade, que, assim, via-se envolvida no processo de execução de iniciativas filantrópicas da entidade.

A mobilização que a entidade promovia em relação à sua rede social e ao seu próprio quadro associativo deve também ter lhe propiciado ampliar as possibilidades de sua atuação filantrópica. De acordo com Raimundo da Cunha Leite, a Sociedade Beneficente Brasil Unido tornou-se uma referência para a comunidade nordestina, chegando, em muitas ocasiões, a ser procurada por pessoas que estavam no Nordeste e que, em razão de terem perdido contato com seus familiares estabelecidos em São Caetano e na região, buscavam informações e notícias por meio da entidade:

A Brasil Unido cresceu e começou a ficar conhecida no Norte e Nordeste. Então o que ocorria? Digamos, uma família de Juazeiro tinha parentes aqui. Por não terem notícias deles, escreviam para a Brasil Unido, buscando

<sup>152</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AURORENSE. *Ofício*. Aurora, 12 jan. 1951.

<sup>153</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 28 fev. 1951, p. 3.

informações a respeito. E muitos a Brasil Unido conseguiu localizar. Por vezes, a gente recebia cartas de famílias de lá, procurando saber se os parentes que vieram teriam falecido aqui. A Brasil Unido ia pesquisando, ia buscando, até encontrar determinada pessoa.<sup>154</sup>

Um pequeno comunicado manuscrito em papel com o timbre da Clínica Médica de Humberto Fernando Forte sugere que ele, enquanto membro da diretoria da Brasil Unido, deve ter sido procurado pelos destinatários de tal comunicado, tendo em vista o levantamento do paradeiro de duas nordestinas (mãe e filha), vindas da cidade baiana de Jacobina, conforme segue:

Camilo Barbosa e filhos

(Dona Josefa Figuerêdo, com 18 anos de idade, e Reismagna, com um (1) ano e meio) vindas de Jacobina.

Sábado, dia 25/8, - ela e a filhinha se separaram em Corinto<sup>155</sup> (Minas).

Estão internadas no Abrigo do 8º. Distrito (Pateo do Colégio) aos cuidados dos Juízes (1-9-51).<sup>156</sup>

A Brasil Unido também auxiliava migrantes recém-chegados na localização de seus familiares, amigos ou conhecidos instalados em São Caetano do Sul e arredores, o que era, mais uma vez, facilitado ou viabilizado pela intervenção de sócios e/ou pela rede de contatos da entidade. Os dois registros apresentados abaixo revelam a atuação da instituição nesse sentido:

São Caetano do Sul, 17 de Outubro de 1951.

Nesta data, um dos sócios da Sociedade Beneficente Brasil Unido, encontrou 4 (quatro) rapazes que tinham chegado de Pernambuco, sendo que os mesmos, não conhecendo o lugar e não sabendo o endereço de pessoas suas que moram aqui, estavam à rua já tarde da noite sem abrigo, este socio os levou à Sociedade, onde pousaram, e no dia seguinte um outro socio os levou à fábrica Quim Brasil onde lá encontrou um irmão de um deles.

Eram êles os seguintes senhores: Sizenando Severino da Silva; Julio Tobias de Moura e Teófilo Alves de Moura.<sup>157</sup>

São Caetano do Sul, 31 de Março de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio à 3 recém-chegados do Norte, pois os mesmos estavam perdidos na cidade, sem encontrarem pessoa que conheciam e moradora nesta cidade. Por intermédio de sócios desta Sociedade, foi descoberto o endereço da pessoa procurada onde reside na Rua Maria do Carmo, 27 Vila Alpina, quando que o endereço que traziam os 3 rapazes era Rua Goiás 1785. Foi o mesmo socio que os

<sup>154</sup> Informação coletada durante a entrevista concedida a mim por Raimundo da Cunha Leite, em 10 de setembro de 2009.

<sup>155</sup> A cidade mineira de Corinto é vizinha da cidade de Pirapora, local de recrutamento de trabalhadores migrantes durante a vigência da política de subsídio de mão de obra para a lavoura, retomada em 1935, pelo governo paulista, e incrementada a partir de 1939, com a criação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes.

<sup>156</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Comunicado*. São Caetano do Sul, 1 set. 1951.

<sup>157</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 17 out. 1951, p. 8.

levou até aquela Vila, e lhes deu por intermedio da Sociedade, a importancia de Cr\$ 30,00. Dias depois, ainda por intermedio do mesmo socio citado, foi arranjado pensão para os 3 nordestinos e tambem emprego. São eles o sr. Pedro dos Santos, Antonio Brito da Silva e Raimundo Rodrigues da Silva.<sup>158</sup>

A partir do teor de outros registros, extraídos também do Livro de Beneficências, é possível tomar conhecimento das mazelas que marcavam o processo migratório de nordestinos para o estado de São Paulo. Em tais documentos, a Brasil Unido impressa a sua concepção acerca delas, veiculando, com veemência, suas críticas e opiniões a respeito dos principais problemas decorrentes das condições sob as quais se verificava a vinda de migrantes para o território paulista. Abaixo, dois registros que exemplificam bem esses aspectos, em virtude do tom de denúncia que eles carregam:

São Caetano do Sul, 31 de março de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido diante das mazelas que vem se praticando com os nossos irmãos do Norte e Nordeste, que empreendem viagem para São Paulo a procura de melhores dias, na cidade de Monte Azul Estado de Minas Gerais, deliberou remeter ofícios aos srs. Deputados Federais Manoel de Novais, Vasconcelos Costa e ao sr. Ministro da Aviação, solicitando providencias, pois pratica-se naquela Estação da Central do Brasil, o “cambio negro” nas passagens e nas Pensões da Cidade, tornando assim, mais miseraveis as condições dos nossos conterraneos devido a falta de patriotismo e amor ao proximo, de um punhado de inescrupulosos.

Dias depois, providencias foram tomadas, sentindo-se a Sociedade feliz, por ver as suas solicitações atendidas, conforme ofício do sr. Ministro da Viação, em arquivo.<sup>159</sup>

São Caetano do Sul, 13 de Outubro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio a um elemento do Norte que sendo recem chegado e pai de 11 (onze) filhos recorreu à Sociedade, dando-lhe a importancia de Cr\$ 337,00 em dinheiro (trezentos e trinta e sete cruzeiros).

Agindo por intermedio de socios da Sociedade, lhe foi arranjado emprego, como bem, numerario para que êle Sr. Marinho Alves de Souza, tirasse sua bagagem que tinha ficado presa na Estação Pres. Roosevelt, porque o mesmo não pouse pagar 4 (quatro) passagens restantes aos seus 11 filhos.

Foi tambem feito um ofício pela Sociedade ao Dr. Getulio Vargas relatando a situação deste nosso patrício, denunciando também, atos de elementos que vão ao Norte à busca de gente para São Paulo com promessas mil, todas falsas, e aqui os abandona, a exemplo do que foi feito com o Sr. Marinho Alves de Souza.<sup>160</sup>

<sup>158</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 31 mar. 1952, p. 13.

<sup>159</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 31 mar. 1951, p. 4.

<sup>160</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 13 out. 1951, p. 7.

O conteúdo desses dois registros evidencia que a entidade podia, ao mesmo tempo, praticar a filantropia e assumir um posicionamento de oposição diante dos problemas que afligiam os migrantes, os quais traziam à tona a face filantrópica da Brasil Unido. Essa sua via de atuação não se resumia na mera concessão de auxílios. Não bastava à entidade apenas fornecê-los. Ela partia também para a defesa pública de seus amparados, solicitando providências junto às autoridades políticas, como nos dois casos destacados acima. Os seus desdobramentos, todavia, serão apresentados e discutidos ainda neste capítulo, mais precisamente na parte reservada às reflexões atinentes às relações da Brasil Unido com as forças políticas.

Enquanto tal não ocorre, darei prosseguimento à elucidação de iniciativas filantrópicas, como as que seguem mais abaixo. Embora elas não estejam no rol de práticas predominantes da entidade, como as relativas às providências para obtenção de emprego, documentos e tratamentos médicos para os migrantes, além das concessões de auxílios monetários, quer por motivo de doença, quer em razão de uma situação precária ou de penúria deles, tais ações merecem ser apresentadas, uma vez que também compõem o quadro geral da frente de atuação filantrópica da Brasil Unido. Elas revelam a intervenção da instituição no caminho inverso do que fora estabelecido como uma de suas finalidades precípuas: a de amparar o migrante nordestino em face das distintas dificuldades advindas de sua nova realidade em São Caetano do Sul:

São Caetano do Sul, 16 de Setembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxilio a um elemento do Norte para o mesmo empreender viagem de regresso à sua terra natal.

Foi êle, o Sr. Pedro Vicente dos Santos que recebeu a importancia de Cr\$ 210,00 (duzentos e dez cruzeiros) em dinheiro.<sup>161</sup>

São Caetano do Sul, 30 de Janeiro de 1953.

Nesta data a Sociedade Beneficente Brasil Unido, atendeu ao Sr. João Alves de Souza, que sendo possuidor de um defeito fisico, e não podendo trabalhar, pretendia regressar à sua terra natal. Depois desta Sociedade ter-lhe sustentado por alguns dias, pagando-lhe aluguel de um quarto aonde êle morava e ao mesmo tempo refeições, lhe deu a importancia em dinheiro de Cr\$ 695,00 (sescentos e noventa e cinco cruzeiros) para o seu regresso, conseguindo-lhe uma passagem gratuita em uma Empreza de Onibus que faz percurso para o Norte.<sup>162</sup>

<sup>161</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 16 set. 1951, p. 6.

<sup>162</sup> Idem. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 jan. 1953, p. 16-17.

Retornando às discussões acerca da questão do fim precípua da Brasil Unido, é de suma importância enfatizar que a organização de cursos de alfabetização de adultos foi uma das diferentes formas de amparo que ela promoveu junto ao migrante nordestino estabelecido no município de São Caetano. A entidade entendia que, por meio do referido curso, que era patrocinado pelo Sesi, o migrante teria condição de superar a sua falta de instrução, algo essencial para a sua inserção na sociedade local. A iniciativa de instituir um curso desse tipo ia ao encontro do item B do artigo 1º dos estatutos sociais da entidade, o qual previa a instituição de cursos de alfabetização, técnicos e secundários<sup>163</sup> para a promoção da cultura letrada, a fim de tornar os migrantes nordestinos “aptos” ao ingresso nas indústrias locais, fato que viabilizaria sua inserção social.

No início, o projeto da escola era bem acanhado. Em razão da falta de recursos financeiros, membros da diretoria da Brasil Unido, como Francisco de Almeida Claro e Raimundo da Cunha Leite, empenharam-se para levá-lo adiante, oferecendo-se como professores. O convênio estabelecido com o Sesi, instituição que possuía uma tarimba no assunto, por conta de sua ampla experiência na organização de cursos preparatórios, mudaria a situação, criando condição não apenas para a contratação da professora Joana Lacerda Leite, como também para o custeio de materiais pedagógicos. Entre as beneficências arroladas no livro correspondente da entidade, encontram-se dois registros alusivos ao curso de alfabetização de adultos, que, inaugurado em 26 de fevereiro de 1951<sup>164</sup>, destinava-se “[...] a alfabetizar [...] e aprimorar os conhecimentos dos que já possuíam as primeiras letras [...].”<sup>165</sup>

São Caetano do Sul, 10 de Outubro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido deu início a uma das maiores e primeira Beneficencia qual seja a abertura de um curso de alfabetização de adultos.

Tendo como professores isentos de qualquer pagamento, os srs. Raimundo da Cunha Leite e Francisco de Almeida Claro.

Os primeiros alunos foram os seguintes srs. Antonio Laureano da Cunha; Cornel Gomes dos Santos; Tertulino José de Almeida; José Barbosa de Souza; João Marques da Silva; Waldir José de Souza; José Coriolano da Silva; José Gonçalves da Cunha; Héleno Gomes da Silva; Saturnino Bispo da Silva; Pedro Alves; e João Bezerra de França.<sup>166</sup>

<sup>163</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 1.

<sup>164</sup> Embora a inauguração do curso de alfabetização de adultos da Sociedade Beneficente Brasil Unido tenha ocorrido em 26 de fevereiro de 1951, conforme matéria publicada a respeito pela edição de 3 de março de 1951 do *Jornal de São Caetano*, o primeiro registro apresentado sobre tal curso traz a data de 10 de outubro de 1951. Nesse sentido, cabe esclarecer que a referida data é a do lançamento do registro no Livro de Beneficências da entidade e não a da inauguração do curso.

<sup>165</sup> CUNHA LEITE, Raimundo da. Dois de Julho: nascia a Sociedade Brasil Unido. *Raízes*, n. 22, p. 69.

<sup>166</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 10 out. 1951, p. 1.

São Caetano do Sul, 7 de Setembro de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, entregou 11 (onze) Diplomas de Alfabetizados do seu Curso de Alfabetização mantido com o auxilio do Sesi como segue:

É este, um dos auxilios que esta Sociedade se sente feliz em dar à nossa gente.<sup>167</sup>

As práticas filantrópicas da Sociedade Beneficente Brasil Unido não se restringiam aos nordestinos instalados em São Caetano do Sul, extrapolando os limites do município e até do estado de São Paulo. No primeiro semestre de 1953, a entidade liderou, no município, uma campanha de arrecadação de donativos em prol dos nordestinos, a qual fora lançada pelo então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. O discurso oficial legitimador da mencionada iniciativa possuía o mesmo teor do que vinha sendo proferido em território nacional, desde o final do século XIX, pela imprensa e por setores encarregados da produção e divulgação do conhecimento: o discurso propagador do nordestino enquanto um ser vitimado pela pobreza e pelas condições naturais adversas da região, que tem na seca o principal fator dessa adversidade:

Tão logo teve ciencia do tremendo drama porque vêm passando os infelizes moradores do Nordeste Brasileiro, a Sociedade Beneficente Brasil Unido reuniu-se e deliberou iniciar uma campanha em S. Caetano do Sul com a finalidade de angariar donativos para socorrer os nossos irmãos nordestinos. [...]<sup>168</sup>

Em estreito diálogo com os enunciados veiculados pela imprensa local, a cúpula da Brasil Unido também emitia um discurso preconceituoso ao justificar o grau de importância da campanha. A começar pelo título por meio do qual os dirigentes da entidade a ela se referiam e a divulgavam: “campanha em prol dos nossos irmãos nordestinos flagelados pelas secas”. Na documentação referente a ela, os nordestinos são recorrentemente retratados como vítimas dessa situação natural. Mas o que interessa, no momento, não é tecer considerações e análises detalhadas a respeito do caráter de tais discursos e da própria concepção do grupo dirigente da Brasil Unido acerca dos nordestinos. Até porque essas discussões serão feitas no capítulo 3, cabendo, por ora, algumas reflexões sobre a mobilização promovida pela entidade, no município, para o êxito da dita campanha.

As ações filantrópicas ensejadas por essa iniciativa criaram condição para que a Brasil Unido alcançasse uma maior visibilidade em São Caetano do Sul. Se ela já se fazia notar, até

<sup>167</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 7 set. 1951, p. 8.

<sup>168</sup> AUXILIA a S.B.B.U os Nordestinos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 304, 1<sup>a</sup> página, 7 mar. 1953.

então, a partir de práticas de solidariedade para com os migrantes instalados na cidade, a possibilidade de adquirir uma projeção ainda maior pode ter sido, em parte, verificada por ocasião dessa campanha “em benefício dos irmãos tão rudemente atingidos pelas secas”.<sup>169</sup>

O que torna tais argumentações plausíveis é o conjunto documental resultante da campanha, o qual aponta, de um modo geral, os contatos realizados pela entidade para levantar recursos. Uma lista, datada de 30 de abril de 1953, dá a noção da extensão de tais contatos. Ao apresentar a relação das pessoas físicas e jurídicas que destinaram auxílios financeiros, a referida lista revela a repercussão da campanha e sugere a possibilidade de estreitamento dos vínculos com os contatos que já integravam a rede social da Brasil Unido e ainda a hipótese de novas adesões a esse seu círculo de relacionamentos. Tal lista é composta de 101 colaboradores, dos quais se destacam variados segmentos dos ramos comercial e de prestação de serviços, além de figuras da vida pública do município e da região do ABC, como o ex-prefeito de São Caetano, Ângelo Raphael Pellegrino, e o deputado Antônio Fláquer Neto. Isso sem falar das contribuições advindas de instituições de referência para a sociedade local, como a Paróquia de São Caetano e o São Caetano Esporte Clube. Ambas contribuíram, respectivamente, com as quantias de Cr\$ 2.857,10 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete cruzeiros e dez centavos) e Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros). A campanha conseguiu arrecadar a soma de Cr\$ 16.916,00 (dezesseis mil, novecentos e dezesseis cruzeiros).<sup>170</sup>

No ofício de agradecimento, remetido pela direção da Brasil Unido ao presidente do São Caetano Esporte Clube, Hermógenes Walter Braido, foi exaltado o espírito solidário do povo paulista, como que numa demonstração do pensamento vigente na época, o qual definia as situações da realidade antagônica de paulistas e nordestinos. Os primeiros, habitantes de um estado pujante e desenvolvido como São Paulo e, assim, seres em plenas condições de praticar ações filantrópicas para com os desvalidos. Por outro lado, os nordestinos, concebidos como vítimas de um quadro natural adverso e pobre, típico da região do Nordeste, e, portanto, pessoas que necessitavam da caridade alheia:

São Caetano do Sul, 23 de março de 1953.

Presado senhor:-

Em atenção ao Ofício 69/53 expedido pela sua Secretaria em 16 p.f., vimos à presença de V.S. e demais membros Diretores e associativo deste glorioso Clube, não só louvar a nobreza do vosso gesto mas tambem vos dizer, que

<sup>169</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício de agradecimento pela colaboração da Escola de Corte e Costura Estrela Dalva com a campanha*. São Caetano do Sul, 24 mar. 1953.

<sup>170</sup> Idem. *Lista das contribuições do povo e comércio de São Caetano do Sul para a campanha em prol dos nordestinos flagelados pelas secas*. São Caetano do Sul, 30 abr. 1953.

tal atitude exposta no referido Oficio, nada mais é, do que o reflexo daquilo que se traduz no espirito frandioso do povo Paulista.

Gestos como o de Vv.Ss. e de tantos outros sancaetanenses, para nós não foi surpreza porque, sempre que se faz necessário o Paulista, é o primeiro dos brasileiros, a mostrar sua grandiosidade de espirito de fraternidade humana.

Aproveitamos o ensejo para externar-vos a nossa sincera e eterna gratidão, pela colaboração prestada por este glorioso Clube, permitindo-nos fazer arrecadação em seu Estadio, quando do jogo futbolistico com o Paulista de Jundiaí, d'onde conseguimos a soma de Cr\$.1.001,30 (um mil e um cruzeiro e trinta centavos), que juntada aos Cr\$.60,00 (sessenta cruzeiros), remetidos por Vv.Ss. e outras arrecadações feitas por esta Sociedade, em beneficio dos nossos irmãos Nordestinos flagelados pelas secas, serão entregues ao ilustre Governador do Estado, como uma contribuição expontânea e nobre do povo desta Cidade.

À Vv.Ss. pois, os nossos mais sinceros agradecimentos e nos dispomos inteiramente às suas ordens, naquilo em puder-mos lhes servir.<sup>171</sup>

Outro documento que chama a atenção é o concernente ao ofício encaminhado pelo Diretório Municipal de São Caetano do Sul do PSP, a partir do qual o seu presidente em exercício, José Astolphi, cientificou a Brasil Unido da adesão de tal partido político à campanha. A prática da filantropia seria, dessa forma, interessante não só à entidade promotora dessa iniciativa em favor dos nordestinos, mas também aos que com ela colaboraram. Se, por um lado, a Brasil Unido conseguia reverter essa sua condição de líder da campanha no município de São Caetano, em uma maior visibilidade para as suas próprias ações e propósitos, o que poderia lhe render novas possibilidades de contatos, intercâmbios e de apoios financeiros, por outro, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas envolvidas com aquela iniciativa conseguiriam também alçar um *status* na sociedade local de grandes beneméritas das causas solidárias e caritativas. Daí a afirmação de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi no tocante aos benefícios ensejados pela filantropia:

Um outro mecanismo de reforço da cultura dominante esteve nas vastas doações de patrimônio conferidas a algumas associações filantrópicas. Ao fazerem grandes doações [...] setores da elite conseguiam que seus nomes fossem alçados à condição de cidadãos beneméritos [...]<sup>172</sup>

Abaixo, apresento, na íntegra, o mencionado ofício do PSP de São Caetano:

São Caetano do Sul, 11 de março de 1953.

Estimados senhores:-

Cumprimos o grato dever de cientificar a V.Excias. que o Diretório Municipal do Partido Social Progressista, nesta cidade, por deliberação unanime de seus componentes houve por bem solidarizar-se com a Sociedade Beneficente “Brasil Unido”, na louvável campanha em prol dos nossos irmãos e patrícios do Norte, em luta contra os desígnios da natureza.

<sup>171</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 23 mar. 1953.

<sup>172</sup> Mutualismo e filantropia. *Locus: Revista de História*, v. 10, n. 1, p. 106.

Nestas condições, não somente pelo alto espirito de humanidade da campanha como tambem pelo magnífico exemplo de patriotismo que ela encerra, nos colocámos inteiramente ao vosso lado nesta emergencia, podendo Vv.Excias. disporem daquilo que esteja a nosso alcance. Aproveitámos da oportunidade para reiterar os protestos de nossa destacada consideração e apreço.<sup>173</sup>

A Sociedade Beneficente Brasil Unido voltaria a comandar, sete anos depois, outra arrecadação de recursos no município em favor dos “irmãos do Norte e Nordeste”. O ofício de agradecimento enviado pelo então presidente da entidade, Antônio França Netto, à Loja Maçônica de São Caetano do Sul ratifica isso, fornecendo também algumas informações sobre a aludida campanha:

São Caetano do Sul, 29 de maio de 1960.

Prezado senhor:-

A Sociedade Beneficente “Brasil Unido”, pelo seu Presidente [...], vem mui respeitosamente em presença de V.S. a fim de transmitir seus sinceros agradecimentos p/ colaboração espontânea e desinteressada que essa entidade deu à nossa “Brasil Unido” quando da “Campanha pró Flagelados Nordestinos”, assolados pelas enchentes, cuja colaboração montou em Cr\$ 14.300,00 (Quatorze mil e trezentos cruzeiros), importancia essa que, somada às demais angariadas pela S.B.B.U. foi encaminhada aos nossos irmãos do norte e nordeste através dos “Diários Associados” e Rádio Cultura de São Paulo, conforme documentos comprobatórios de posse da “Brasil Unido”.

Sem outrossim, reiterando os nossos sinceros agradecimentos e simpatias à essa filantrópica instituição, subscrevemo-nos.<sup>174</sup>

Outros documentos alusivos a essa campanha não foram localizados durante a pesquisa. Mas os dados revelados pelo registro acima, aliados a uma comparação com as informações provenientes da documentação referente à campanha de 1953, permitem algumas considerações e reflexões. Pela análise da lista dos contribuintes dessa campanha de 1953, concluo que a Loja Maçônica não esteve entre tais colaboradores. Sua colaboração com a de 1960 sugere algumas possibilidades. O seu engajamento pode ter sido impulsionado não só por questões de seu exclusivo interesse, mas ainda por fatores ligados à Sociedade Beneficente Brasil Unido.

É de se supor que os resultados obtidos pela campanha de 1953 e a própria projeção que a entidade foi adquirindo dentro e fora de São Caetano do Sul, a partir de então, tenham motivado a Loja Maçônica a aderir à iniciativa de 1960. A Brasil Unido conseguia, assim, pela via filantrópica, atrair para a sua rede de relacionamentos uma instituição de amplitude

<sup>173</sup> PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA. *Ofício*. São Caetano do Sul, 11 mar. 1953.

<sup>174</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 29 maio 1960.

como a referida Loja Maçônica. Da mesma forma que conseguira a adesão dela, a entidade pode também ter obtido o apoio de outras instituições que, igualmente, não tenham participado daquela campanha de 1953, hipótese que acena para a ideia de que o envolvimento da Brasil Unido em mais uma iniciativa de filantropia que extrapolava os limites do território de São Caetano do Sul pode ter criado condição para o fortalecimento e a expansão de seu círculo social, algo fundamental para as suas pretensões de êxito nas atividades a que se propunha.

## **2.2 Conquistando novos espaços: suas iniciativas para além do amparo a migrantes nordestinos**

A prática da filantropia concedia visibilidade e projeção à Sociedade Beneficente Brasil Unido. Para a sua concretização, a entidade apoiava-se em sua rede social, de modo que os contatos estabelecidos possibilitavam a ela não apenas o acesso aos meios necessários à concessão de auxílios aos seus amparados, mas também lhe tornavam conhecida. Assim, todos os esforços despendidos por sua cúpula para a promoção do amparo eram benéficos. A polarização de apoios financeiros às suas iniciativas é a prova disso. Mas a proposta do amparo não permitia exclusivamente à entidade obter benefícios de cunho pecuniário. Até porque, como já ficou claro, a prática de ações filantrópicas movimenta um capital simbólico, cujos significados podem ser interpretados pela notoriedade adquirida por quem as realiza. Dessa forma, a filantropia compreende benefícios que comportam tanto uma materialidade quanto uma imaterialidade. Ambas não se encontram dissociadas. Elas se aderem e se misturam. Caminham juntas. Uma acarreta a outra.

Os benefícios materiais e imateriais que o exercício da filantropia podia garantir à Sociedade Beneficente Brasil Unido, aliados às conjunturas históricas vigentes em São Caetano e ao princípio universalista preconizado pela entidade, segundo o qual ela não tinha cor racial e social, criaram um quadro favorável à expansão do amparo. Este, portanto, não ficaria restrito aos migrantes nordestinos, passando também a contemplar os desvalidos e necessitados em geral, ou, conforme o discurso dos dirigentes da entidade, “os menos favorecidos pela sorte”.

Pela via filantrópica, a Brasil Unido conquistou novos espaços no interior da sociedade sul-sancaetanense. Essa sua vertente de atuação foi o instrumento dessa conquista, na medida em que, por meio dela, a entidade ultrapassou a sua finalidade original do amparo ao migrante nordestino. Daí a sua via filantrópica ter se firmado como uma estratégia não só para o enfrentamento das condições históricas desfavoráveis presentes no cenário de São Caetano do Sul, um recém-município que começava a estruturar-se no início da década de 1950, como também uma estratégia que trazia fortalecimento e prestígio à entidade.

A concretização da expansão das ações de natureza filantrópica deu-se a partir do engajamento da Brasil Unido em duas campanhas benéficas: uma de caráter local e outra de abrangência nacional. Por não estarem voltadas à prestação de assistência, única e exclusivamente, ao elemento nordestino, as duas campanhas marcaram o início do processo de avanço e conquista de espaços por parte da entidade junto à sociedade de São Caetano, em um período inicial de sua atuação, quando as bases de suas ações ainda estavam sendo delineadas. Por tal razão, as referidas campanhas adquiriram um significado ímpar para a entidade, pois, não só a direcionaram rumo a uma atuação ampla, como também, ao permitirem a ela uma inserção mais incisiva na sociedade local, acabaram concedendo-lhe a visibilidade necessária à ampliação de sua rede social, requisito este imprescindível para a sua sobrevivência e, consequentemente, para o sucesso de suas ações e projetos em geral.

A primeira dessas duas campanhas com as quais a Brasil Unido envolveu-se foi a de Combate ao Câncer. Lançada em março de 1951, ela foi responsável pela grande mobilização e articulação da cúpula da entidade em prol da arrecadação de recursos financeiros junto à sociedade de São Caetano para as iniciativas destinadas à prevenção da doença. Por meio de um ofício, o então presidente da Brasil Unido, o médico Jorge de Souza Muniz Ferreira, comunicou ao também médico, Napoleão Laureano (vítima da doença), idealizador e entusiasta da Campanha de Combate ao Câncer, a adesão da entidade em tal causa:

S. Caetano do Sul (S. Paulo), 31 de Março de 1951.

Excelentíssimo Senhor Doutor:

Vimos, pelo presente, levar ao conhecimento de Vossa Excelência que esta Sociedade, cujas finalidades são assistenciais, organizou uma comissão, para angariar fundos para a Campanha Contra o Cancer, cujo movimento empolga todo o nosso País, levada pela vibração do pedido de Vossa Excelência, que, felizmente, tem recebido valiosos aplausos.

Outrossim, comunicamos que iremos às Autoridades, afim de que as mesmas patrocinem um Banco Precatório, que iremos realizar, com a mesma finalidade.

Cumpre-nos também esclarecer a Vossa Excelência – que esta Sociedade já determinou uma comissão para ir recebê-lo no proximo dia 7 de abril, representando a nossa entidade.

Aproveitamos da honrosa oportunidade, que se nos apresenta, para hipotecar a Vossa Excelência os protestos de nossa alta estima e elevada consideração, ao tempo em que imploramos ao Onisciênte o restabelecimento de Vossa Excelência, para maior satisfação de toda a Família Brasileira e de todos os doentes cancerosos de nossa Terra.<sup>175</sup>

Conforme explicita o documento, a Brasil Unido, a partir da comissão que fora organizada, acionou outras instituições de São Caetano do Sul, tendo em vista a viabilidade da campanha. Para conseguir êxito na arrecadação de fundos e objetivando também popularizar a iniciativa para que um maior número possível de adeptos pudesse se verificar, a direção da entidade promoveu duas passeatas pelas principais vias públicas do município, nos dias 15 e 22 de abril de 1951. Na primeira delas, o valor arrecadado foi o de Cr\$ 1.063,20 (um mil e sessenta e três cruzeiros e vinte centavos). Na segunda, cuja repercussão foi maior, em razão de ter atraído a participação de “alunos do Ginásio Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho, do Ginásio e Escola Técnica de São Caetano, associados da General Motors E. C., autoridades locais e grande massa popular”,<sup>176</sup> a arrecadação chegou à quantia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Outros dois ofícios emitidos pela Brasil Unido, durante a realização da campanha, apontam para a continuidade de suas articulações e providências no sentido de levar adiante a proposta. Por meio de um deles, a entidade solicitou a colaboração da Liga de Esportes de São Caetano do Sul na passeata do dia 22 de abril de 1951,<sup>177</sup> enquanto, a partir do outro documento, dirigiu-se ao chefe da Estação Ferroviária de São Caetano do Sul para pedir-lhe apoio em sua ideia de instalar um posto de arrecadação de donativos “nas imediações da bilheteria ou mesmo na plataforma”.<sup>178</sup>

Por ocasião de todas as iniciativas levadas a efeito durante a Campanha de Combate ao Câncer, a entidade teve a oportunidade de agregar à sua nascente rede de contatos e de relacionamentos novas instituições locais, ampliando e fortalecendo, assim, o seu círculo social. A sua atuação rumo a espaços distintos dos concernentes às suas ações de amparo ao migrante nordestino foi impulsionada por seu engajamento na referida campanha. Essa conquista de espaços no interior da sociedade de São Caetano do Sul por parte da Brasil Unido compreendeu a expansão de sua rede social. Ambas se verificaram simultaneamente. Na medida em que a entidade alçava novos espaços, ela levava novas possibilidades de

---

<sup>175</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício* nº 4. São Caetano do Sul, 31 mar. 1951.

<sup>176</sup> CAMPANHA contra o câncer. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 179, p. 2, 28 abr. 1951.

<sup>177</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 18 abr. 1951.

<sup>178</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 19 abr. 1951.

relacionamentos para a sua rede social, tornando-se, inevitavelmente, mais visível e conhecida dentro e fora do município.

Os documentos resultantes da iniciativa da Brasil Unido de assumir o comando, em São Caetano, de uma campanha de projeção nacional como essa do Combate ao Câncer são indicativos da notoriedade que ela conseguiu obter a partir de então. O reconhecimento a essa sua prática filantrópica é expresso por meio de expressões de exaltação e de admiração. No ofício encaminhado à entidade pela Associação de Escoteiros São Francisco de Assis, esta assim se manifestou a respeito de tal iniciativa: “E com justo orgulho que colaboramos numa causa justa e de todos pela “Fundação Laureano” e associação de Combate ao Câncer”.<sup>179</sup> A sua colaboração criou condição para estreitar e fortalecer os seus laços com a Brasil Unido, que, em agradecimento ao apoio recebido, por ocasião do andamento da dita campanha, realizou uma doação a essa Associação de Escoteiros, conforme atesta o registro abaixo:

São Caetano do Sul, 19 de Maio de 1951.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido deu a Associação dos Escoteiros São Francisco de Assis, 2 duzias de facões de campanha, para serem distribuídos entre os Escoteiros pobres que ainda não possuíam tão precioso objeto.<sup>180</sup>

Por meio de um ofício, datado de 11 de dezembro de 1951, o prefeito Ângelo Raphael Pellegrino cientificou o presidente da Fundação Laureano da remessa de uma quantia em dinheiro, fruto das arrecadações feitas em São Caetano sob o comando da Brasil Unido. O documento em questão traz ainda detalhes acerca do caminho percorrido pela campanha, destacando a decisão de dividir a soma levantada entre aquela fundação, batizada com o nome do médico idealizador da mencionada campanha, e a Associação Paulista de Combate ao Câncer.

São Caetano do Sul, 11 de Dezembro de 1951.

Senhor Presidente:

As campanhas que precederam à instalação da Fundação Laureano repercutiram de maneira profunda no espírito do povo desta Cidade, onde os últimos dias da vida do médico-mártir foram acompanhados com respeitosos sentimentos de admiração pelo seu estoicismo e de pesar pela sua desdita.

Foi então constituída uma Comissão de caráter popular, encabeçada pela Sociedade Beneficente Brasil Unido, a qual se pôz a campo angariando donativos para a já então vitoriosa Fundação Laureano, assim como para outras obras que, em nossa terra, visam a prevenção e o combate ao terrível mal que vitimou aquele médico paraibano.

<sup>179</sup> ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS SÃO FRANCISCO DE ASSIS. *Ofício*. São Caetano do Sul, 19 maio 1951.

<sup>180</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 19 maio 1951, p. 5.

Conseguida regular quantia, foi, entre todos, decidido que metade do apurado seria entregue às obras da Associação Paulista de Combate ao Câncer, e a outra metade destinada à Fundação Laureano. Depositado o total, que chegou a acrescer-se de juros, apurou-se finalmente em divisão igual, a importância de Cr\$ 5.313,40 (cinco mil trezentos e treze cruzeiros e quarenta centavos) – que tenho a honra de passar às mãos de V.S. corporificado no cheque visado no. 34.263, do Banco Bôa Vista S.A. contra o Banco Noroeste de São Paulo, desta Cidade.

Fazendo votos para que esta parcela mínima de contribuição a uma grande causa, que reflete um aspecto da grande alma piedosa e fraterna de São Caetano do Sul, possa contribuir para minorar o sofrimento alheio, perpetuando o nome do grande sofredor da ciência brasileira [...]<sup>181</sup>

Nos ofícios de agradecimento enviados pelas duas instituições beneficiárias da campanha, a iniciativa da Brasil Unido é reconhecida e louvada, conforme atesta o teor dos referidos documentos. A entidade ganhava notoriedade não só nos limites do município de São Caetano, mas também fora deles. Ela precisava dessa visibilidade para dar prosseguimento às suas propostas. Eram as mazelas inerentes às conjunturas históricas da cidade, as quais potencializavam as condições precárias de vida de migrantes nordestinos e de moradores, em geral aliadas a situações de sofrimento, como as provocadas por doenças, que davam sentido às articulações da Brasil Unido para a promoção de iniciativas filantrópicas. A existência de todos esses males fazia-na aparecer e a ganhar espaços dentro da sociedade sul-sancaetanense. A razão de ser de sua frente de atuação filantrópica eram os dissabores alheios, tanto os provocados por aspectos mais íntima e diretamente ligados às condições sociais quanto os relativos a condições mais individuais, de caráter biológico, às quais se encontravam submetidos portadores de doenças graves como o câncer.

Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 1951.

Ilmo. Sr.

Angelo Rafael Pellegrino

D.D. Prefeito Municipal de S. Caetano do Sul

Est. De S. Paulo

É-nos grato comunicar a V.S. o recebimento de Cr\$ 5.313,40 (cinco mil trezentos e treze cruzeiros e quarenta centavos) em cheque no. 24.263 c/ o Banco Noroeste de S. Paulo em favor da Fundação Laureano, quantia esta lançada no Livro 1, pag. 64, linhas 10 a 16, em 17/12/51, representando a campanha promovida nessa cidade em benefício dos cancerosos.

Levámos a V.S. os nossos agradecimentos ao mesmo tempo em que solicitámos o obséquio de transmitir à Sociedade Beneficente Brasil Unido os nossos sinceros reconhecimentos por haver levado avante tão nobre iniciativa.<sup>182</sup>

<sup>181</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ofício* nº 909. São Caetano do Sul, 11 dez. 1951.

<sup>182</sup> FUNDAÇÃO LAUREANO. *Ofício*. Rio de Janeiro, 21 dez. 1951.

São Paulo, 26 de Dezembro de 1951.

Ilmos. Snrs.

Diretores da

Sociedade Beneficente Brasil Unido

A Associação Paulista de Combate ao Câncer vem de registrar, altamente desvanecida, o generoso donativo da quantia de Cr\$ 5.313,50 (Cinco mil e trezentos e treze cruzeiros e cincuenta centavos) feito por essa Entidade e encaminhado pelo M.D. Prefeito dessa progressista cidade.

É-nos grato reiterar a VV.SS. os nossos mais sinceros agradecimentos pelo nobre gesto, bem como antecipar-lhes a perene gratidão daqueles que irão encontrar abrigo em nossa organização, que, graças aos espíritos humanitários como os de VV.SS., será dentro em pouco uma explendida e valiosa realidade na luta contra o câncer.<sup>183</sup>

No final de 1951, a Sociedade Beneficente Brasil Unido foi convidada para colaborar com a Campanha Natal da Criança Pobre de São Caetano do Sul. Tal iniciativa já vinha ocorrendo desde 1945, aproximadamente, sob o comando de senhoras da sociedade local. Reunidas na Legião Brasileira de Assistência (LBA), unidade de São Caetano, esse grupo de senhoras contava sempre com o apoio dos segmentos industrial e comercial da cidade, além da ajuda de particulares. Em 1949, no mandato do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, a aludida campanha passou a receber o respaldo da Prefeitura Municipal. No ano seguinte, o apoio da municipalidade tornou-se mais marcante com a entrada em vigor das leis municipais de números 113 e 115, de 23 e 27 de outubro de 1950, respectivamente, as quais instituíram oficialmente a campanha.

Como já foi ressaltado, a Brasil Unido foi chamada, pela primeira vez, para participar de tal iniciativa, em 1951. A sua ausência nos trabalhos do ano anterior, para os quais foram convidadas “as entidades de classe e sociedades”<sup>184</sup> do município, pode ser interpretada em função de sua imaturidade, visto que, quando a comissão encarregada daquela edição do Natal da Criança Pobre foi empossada, no dia 27 de outubro de 1950, durante reunião realizada no gabinete do prefeito, a Brasil Unido não tinha ainda completado sequer quatro meses de vida.

Em 1951, a situação já tinha mudado significativamente de figura. Com as práticas de amparo voltadas a migrantes nordestinos em pleno andamento e com o engajamento na Campanha de Combate ao Câncer, o encaminhamento de convite para a participação da entidade na campanha de Natal ora em questão torna-se compreensível e justificável. Se, em 1950, a Brasil Unido não tinha ainda cacife suficiente para tomar parte em iniciativas filantrópicas e benéficas que recebiam o apoio do Poder Público Municipal, em 1951, ela

<sup>183</sup> ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE COMBATE AO CÂNCER. *Ofício*. São Paulo, 26 dez. 1951.

<sup>184</sup> COMISSÃO DO NATAL DA CRIANÇA POBRE DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ata da primeira reunião ordinária*. In: LIVRO de Atas. São Caetano do Sul, 27 out. 1950, p. 8.

já usufruía de uma visibilidade que lhe projetava junto às autoridades municipais, algo que acabou por render-lhe, a partir de então, o recebimento de convites para a participação naquela campanha de Natal.

Em resposta ao ofício encaminhado, em 1951, pelo presidente da comissão organizadora da campanha, o vereador Luiz Rodrigues Neves, a direção da Brasil Unido comunicou os nomes de integrantes de seu quadro associativo que a representariam junto àquela comissão:

São Caetano do Sul, 22 de Outubro de 1951.

Ao

Sr. Luiz Rodrigues Neves

D.D. Presidente da Comissão Pró Natal da Criança Pobre,  
São Caetano do Sul.

Presado senhor -.

Em resposta ao seu ofício de 13 do corrente, servimo-nos da presente para credenciar nossos representantes, junto a essa Comissão.

Creamos que os nossos dignos representantes, senhores José de França Dias, Raimundo da Cunha Leite e Vicente Olimpio Dantas, tudo farão junto à essa Comissão, para que esta consiga alcançar o tão nobre objetivo que é, proporcionar à Criança de São Caetano do Sul, um Natal condigno e feliz.

[...]<sup>185</sup>

Dois outros ofícios confirmam o encaminhamento de convite para a participação da Brasil Unido nas edições de 1952 e 1953 do Natal da Criança Pobre. Conforme ressaltou Lilian Crepaldi, a edição do ano de 1953 da campanha ganhou novos contornos, em virtude de um apoio mais amplo e decisivo da prefeitura local:

Em 1953, a prefeitura destinou 160 mil cruzeiros à campanha, que ganhava autonomia definitiva em relação à iniciativa privada, não mais precisando das contribuições da indústria e do comércio, apesar de as empresas locais continuarem auxiliando. A liderança do projeto ficava a cargo da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância (APAMI), sob supervisão da primeira-dama, Aracy Torres Campanella.<sup>186</sup>

Embora a campanha do ano de 1953 tenha adquirido um apoio mais incisivo da municipalidade, tal fato não excluiu a participação de entidades benéficas locais, como constata o próprio ofício enviado à Sociedade Beneficente Brasil Unido pela comissão que presidiu os trabalhos daquela edição da campanha, por meio do qual a entidade foi convidada para a primeira reunião plenária, destinada a estabelecer as ações para o bom êxito da iniciativa, que tinha como objetivo “proporcionar um feliz Natal às crianças pobres da

<sup>185</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 22 out. 1951.

<sup>186</sup> Natal solidário: ações para inclusão social em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 38, p. 14, dez. 2008.

cidade”.<sup>187</sup> A Apami, encarregada do comando da campanha a partir da edição de 1953, ficou à sua frente até o início da década de 1990. Apesar de a pesquisa ter localizado apenas alguns documentos que fazem menção à participação da Brasil Unido em três edições da campanha, isso não quer dizer que ela não tenha colaborado com o projeto nos anos subsequentes.

Dúvidas à parte, o fato é que a sua participação por três anos consecutivos (1951, 1952 e 1953) já é indicativa de sua projeção no município e da credibilidade que a municipalidade passou a depositar nela. Integrar, logo no período inicial de sua história, campanhas como essa do Natal da Criança Pobre, que reunia autoridades municipais e entidades conceituadas, como o Rotary Cube e a própria Apami, colocava a Brasil Unido na vitrine das ações filantrópicas promovidas em São Caetano do Sul. A partir da filantropia, a entidade não só se fortalecia, conquistando espaços outros de atuação no interior da sociedade sul-sancaetanense, como também delineava os próprios contornos de suas relações com a Administração Pública Municipal e com as esferas de governo estadual e federal.

### **2.3 Nos bastidores da entidade: as articulações de sua cúpula e suas relações com as forças políticas**

As articulações da cúpula da Sociedade Beneficente Brasil Unido para a promoção do amparo e das demais finalidades propostas desenrolavam-se nos bastidores da entidade. Dessa forma, todos os esforços em favor de sua sobrevivência e consolidação podem ser interpretados e concebidos como iniciativas a partir das quais a direção da instituição articulava-se estrategicamente.

Faziam parte dessas articulações desde ações de repercussão interna até as que se projetavam externamente, como, por exemplo, as que exigiam o recurso do grupo dirigente aos contatos da rede social da Brasil Unido, sobretudo nas situações de concessão de determinados auxílios aos seus amparados e sócios, e de organização de campanhas benéficas, nos moldes das discutidas no item anterior. Dentre tais articulações de projeção externa, estavam também as relações estabelecidas entre a entidade e as forças políticas, em níveis municipal, estadual e federal.

---

<sup>187</sup> COMISSÃO DO NATAL DA CRIANÇA POBRE DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ofício*. São Caetano do Sul, nov. 1953.

No que tange às articulações de repercussão interna, destacam-se iniciativas que vislumbravam, por exemplo, o fortalecimento da entidade, em termos associativos e financeiros. A “Campanha do mais 1”, instituída durante a presidência de Raimundo da Cunha Leite, entre 1954 e 1955, enquadra-se entre as articulações do grupo dirigente da entidade, tendo em vista a expansão de seu corpo associativo. Segundo consta, a referida campanha foi responsável pela admissão de 107 novos sócios, além de ter possibilitado a readmissão de sete associados ao seu quadro social.<sup>188</sup> Quanto mais alargado fosse esse seu quadro associativo, maiores seriam as possibilidades de arrecadação da entidade, o que influiria, sobremaneira, na viabilidade de suas próprias atividades. Sendo assim, não foram raras as articulações de sua cúpula administrativa no sentido do estabelecimento crescente de valores para as respectivas mensalidades de seus sócios, as quais pudessem acenar para o tão almejado fortalecimento financeiro da entidade. Já em 1953, os seus estatutos apontam para as primeiras reformas observadas em relação ao assunto, seguidas pelas de 1956 e de 1965.<sup>189</sup>

A preocupação dos dirigentes da Brasil Unido em propor aumento dos valores das contribuições pagas pelos sócios constitui reflexo do crescimento da entidade. Levando em consideração que esta, desde 1951, já vinha expandindo a sua atuação, não se limitando a amparar apenas o migrante nordestino, em 1965, decorridos 15 anos de sua fundação, as perspectivas de prestação de benefícias, principalmente no que dizia respeito a aspectos de

---

<sup>188</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Relatório de atividades (4 de julho de 1954 - 2 de julho de 1955)*. São Caetano do Sul, 2 jul. 1955. É importante esclarecer que não foi encontrado nenhum registro que pudesse me informar sobre o número total de sócios que a Brasil Unido apresentava entre 1954 e 1955. Aliás, o único documento que me forneceu uma estimativa acerca da quantidade de membros de seu quadro social foi uma lista, datada de 17 de julho de 1951, que indica os nomes dos sócios fundadores da entidade, categoria associativa que compreendia os que tinham se filiado a ela até o dia de sua legalização, de acordo com o artigo 6º de seus Estatutos. Embora a referida lista esteja incompleta, pela falta evidente de páginas (as duas páginas encontradas apontam para um número de 113 sócios fundadores), ela concede uma ideia a respeito da situação numérica do quadro associativo da Sociedade Beneficente Brasil Unido em 1950, logo no início de suas atividades.

<sup>189</sup> A partir de 1953, com a primeira reforma dos estatutos da Brasil Unido, a joia e a mensalidade passaram a apresentar três valores distintos cada uma. Se, em 1950, o regimento estatutário fixou um único valor para cada uma delas (joia de Cr\$ 20,00 e mensalidade de Cr\$ 10,00), três anos depois, essas duas contribuições passaram a ter os seguintes valores, conforme já destacado em outro trecho da presente dissertação, mais precisamente na nota de nº 110: joia de Cr\$ 100,00 e mensalidade de Cr\$ 30,00; joia de Cr\$ 50,00 e mensalidade de Cr\$ 20,00; e joia de Cr\$ 20,00 e mensalidade de Cr\$ 10,00. Em 1956, em face “da necessidade de se imprimir maiores esforços em função do progresso da Sociedade [...]”, o então presidente da entidade, Aprígio Bernardino de Salles, convocou uma assembleia geral extraordinária para a reforma de tais valores, sendo aprovada a proposta que atribuía às duas contribuições as quantias de: joia de Cr\$ 100,00 e mensalidade de Cr\$ 50,00; joia de Cr\$ 60,00 e mensalidade de Cr\$ 30,00; e, por fim, joia de Cr\$ 50,00 e mensalidade de Cr\$ 25,00. Já a partir de 1º de janeiro de 1965, com a entrada em vigor da nova versão dos estatutos, a qual fora discutida e aprovada durante assembleia realizada em 25 de outubro de 1964, tanto a joia quanto a mensalidade tiveram seus valores fixados em Cr\$ 300,00, quantia que podia sofrer reajuste, “de acordo com a desvalorização da moeda, por deliberação da Diretoria, (ad referendum) da Assembléia Geral”. Cf. Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 6; Idem. *Estatutos (Reformados em 1º de fevereiro de 1953)*, p. 5; Idem. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 20 maio 1956; Idem. *Ata da Assembleia Geral*, 25 out. 1964.

cunho sociocultural, tinham sofrido uma significativa ampliação, por força de um novo leque de finalidades instituídas pelas reformas procedidas nos estatutos da entidade, em outubro de 1964, as quais passaram a vigorar em janeiro do ano seguinte.

Com uma atuação ampla e com a responsabilidade de gerir e prover todo o aparato indispensável à concretização das benefícias previstas pelo artigo 1º de seus estatutos,<sup>190</sup> as quais eram indicativas da expansão e do fortalecimento da Brasil Unido, a necessidade de uma arrecadação maior de recursos por parte dela tornou-se ainda mais visível em 1965. Mas, vale ressaltar que as articulações de sua cúpula, no sentido de possibilitar um aumento das finanças da Brasil Unido, vinham acontecendo desde 1953. Assim, a elevação gradativa dos valores das contribuições provenientes dos membros de seu quadro associativo, no período situado entre aquele ano de 1953 e 1965, pode ser concebida como resultado dos esforços empreendidos para o crescimento e fortalecimento da instituição. Na medida em que ela se expandia, maior era a necessidade por recursos, pois deles dependia a própria manutenção do rol de atividades e projetos propostos.

E as articulações do grupo dirigente da entidade não se restringiram ao estabelecimento de novos valores referentes às contribuições dos sócios, conforme as necessidades advindas de cada momento ou circunstância da atuação da Brasil Unido. Outras iniciativas foram ainda adotadas por seus dirigentes com o intuito de criar condição para uma melhor e mais eficiente atuação junto aos seus membros e aos elementos estranhos a ela. Dentre tais articulações, encontra-se uma que, embora gestada nos bastidores da entidade, teve uma projeção externa, em razão de ter envolvido outra instituição nos trâmites para a sua execução. Durante a assembleia geral extraordinária de 20 de maio de 1956, além de terem sido discutidos e instituídos os valores que as joias e as mensalidades passariam a ter a partir de então, foi também proposto “[...] que a Casa delegasse plenos poderes à Mesa para que

---

<sup>190</sup> As benefícias previstas pelo artigo 1º da versão dos estatutos da entidade que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1965 apontavam para uma quantidade maior de possibilidades, se comparadas com as instituídas pela reforma de 1953. Nos estatutos de 1965, por exemplo, eram previstos, naquele artigo 1º, salões de festas, “com a finalidade de promover recreação e expansão social ao seu quadro associativo”. Outra diferença importante entre ambos os estatutos diz respeito à exigência estipulada pelo regimento estatutário que passou a vigorar em 1965 no tocante a recebimento de pensão por parte dos sócios. Conforme dispunha o seu artigo 8º, só poderia receber-lá o sócio que, impossibilitado de trabalhar, não estivesse amparado pelas “Leis de Previdência Social na qualidade de beneficiário de qualquer Instituto de Previdência”. Tal estipulação sugere que, quando o artigo que a compreendia foi instituído, a política previdenciária brasileira já havia se consolidado, situação bem distinta da observada em 1953, período em que tal política ainda era incipiente, o que explica o fato de os estatutos daquele ano de 1953 não apontarem nenhuma exigência concernente à Previdência Social para a concessão de pensões aos seus associados. Cf. SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos (Reformados em 25 de outubro de 1964)*. São Caetano do Sul, p. 1 e 3.

celebre, ou não, como achar conveniente um convenio com as Clínicas ‘FUPAM’ de São Caetano do Sul”.<sup>191</sup>

E tal convênio foi, de fato, firmado. Por força do artigo 10 do contrato celebrado com a Brasil Unido, em 3 de junho de 1956, a Beneficência Paulista de Assistência Médica (FUPAM), que possuía um departamento em São Caetano do Sul, sob a denominação de Serviço de Previdência e Beneficência Médico Social, ficou incumbida de prestar assistência aos sócios da entidade.<sup>192</sup> De acordo com o artigo 1º do mencionado contrato, tal assistência compreenderia atendimento médico cirúrgico, dentário, de enfermagem e jurídico, pelo prazo de dois anos a contar da assinatura do contrato.<sup>193</sup> No dia 3 de maio de 1958, a Sociedade Beneficente Brasil Unido comunicou, por meio de um ofício, a sua decisão de não renová-lo, alegando problemas financeiros:

São Caetano do Sul, 3 de Maio de 1958.-  
 Ilmos. Srs.  
 Diretores da Sociedade Paulista de Beneficência (FUPAM)  
 Rua Santa Catarina, no. 55 – 5º. Andar.  
 Nesta.

Prezados senhores:-

Valemo-nos do presente para, em nome da Sociedade Beneficente “Brasil Unido”, levar ao conhecimento de Vv.Ss. que, tendo e vista a precária situação financeira que no momento a nossa Sociedade atravessa, somos forçados a sustar a vigência do contrato que temos com essa operosa entidade de beneficência, a partir de 3 de junho p.f., data em que se deveria se processar a reforma do citado contato, pelo qual até aqui vieram Vv.Ss. dispensando aos sócios da “Brasil Unido” as várias beneficências contratuais.

Tal medida, conforme já dissemos mais acima, se prende ao fato de que estando a S.B.B.U. atualmente com um reduzidíssimo número de sócios pagantes, não dispõe de renda suficiente para atender tal encargo já que só com aluguel e outras despesas forçadas se vão todas as nossas parcas arrecadações.

Assim sendo, foi que em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de Março pp., após situarmos com frieza o problema, os associados presentes votaram pela não prorrogação do contrato que assinamos com Vv.Ss. em 3 de Junho de 1956, em face de tudo aquilo que acima expusemos.

Isto posto, em obediência aos dispostos no referido contrato, pelo que ficou entendido que a não manifestação de uma das partes 30 dias antes de vencido o mesmo, automaticamente se considera reformado, é que estamos levando ao conhecimento de Vv.Ss. a decisão da S.B.B.U., decisão esta tomada por uma situação de fato.

Finalisando, queremos externar à essa grande e benemérita entidade os sinceros agradecimentos da S.B.B.U à Vv.Ss., pelo desvelo e dedicação com

<sup>191</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. São Caetano do Sul, 20 maio 1956.

<sup>192</sup> BENEFICÊNCIA PAULISTA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. *Contrato*. São Caetano do Sul, 3 jun. 1956.

<sup>193</sup> Ibidem.

que sempre procuraram atender os nossos associados, dando-lhes tudo aquilo lhes era possível e do têor contratual. [...]<sup>194</sup>

A falta de recursos financeiros levava a direção da entidade a articular-se no sentido da adoção de medidas capazes de contornar a situação, como a estabelecida durante a assembleia geral extraordinária de 7 de novembro de 1954, a qual dizia respeito à suspensão, até posterior deliberação, de

[...] todos os Benefícios que esta Sociedade vinha até aqui prestando quer aos seus sócios, quer a elementos estranhos à ela, no que se refere a dinheiro, com o fim de que num prazo mais curto possa ela iniciar a Construção do seu Abrigo e Séde própria, obra essa, que virá proporcionar maior amparo social, moral e cultural, a todos aqueles que dela façam parte ou não. [...]<sup>195</sup>

Além das articulações que ficavam restritas ao âmbito da Brasil Unido, sua cúpula também se movimentava para obter auxílios externos, na expectativa de não frustrar projetos e algumas finalidades previstas pelos seus próprios estatutos. Dentre tais finalidades, estava a que previa o fornecimento de abrigo para os imigrantes brasileiros, empreendimento cuja envergadura impulsionou os dirigentes da instituição a solicitar apoio das autoridades políticas. Foi essa necessidade premente por recursos financeiros que pautou, enormemente, as relações observadas entre a Brasil Unido e os governantes. Aliás, boa parte da documentação que versa sobre esse assunto captada pela pesquisa indica como elemento desencadeador de tais relações o projeto da construção de abrigo para os amparados pela entidade. Para concretizá-lo, sua cúpula acionou, em diferentes momentos, os detentores do poder político, como os mandatários dos poderes executivo e legislativo tanto em níveis municipal e estadual quanto no âmbito federal.

Os esforços da entidade no sentido da edificação de um espaço que pudesse servir de abrigo para os migrantes que a ela recorriam iniciaram-se em 1952, com a organização de uma rifa<sup>196</sup> para a arrecadação de fundos, tendo em vista as obras de construção em questão. A Brasil Unido, em tal empreitada, contou com a ajuda da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, que, por meio da Lei nº 387, de 28 de novembro de 1953, a qual fora promulgada pelo então prefeito Anacleto Campanella, disponibilizou um crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), “destinado a auxiliar a construção do albergue da

<sup>194</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 3 maio 1958.

<sup>195</sup> Idem. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. São Caetano do Sul, 7 nov. 1954.

<sup>196</sup> A rifa organizada estabeleceu cinco prêmios, dentre os quais um fogão elétrico com quatro bocas da marca *Confiança* e um liquidificador *Epel*, “com garantia de cinco anos”. O seu sorteio correu pela Loteria Federal, no dia 27 de setembro de 1952. Cf. Idem. *Rifa benéfica para compra do terreno da Sociedade Beneficente Brasil Unido para construção do abrigo e sede social*. São Caetano do Sul, 1952.

Sociedade Beneficente Brasil Unido".<sup>197</sup> No dia 2 de julho de 1955, foi lançada a pedra fundamental do referido abrigo, como informa o registro transcrito abaixo:

Na data de hoje, foi lançada a Pedra fundamental de um Abrigo que será erigido em seus Terrenos, sito à Rua Alegre esq. Maceió, em caráter provisório, se destinará a abrigar todos os indigentes que aportarem em nossa Cidade. Destinarse-a também, à instalação de Cursos de Alfabetização, Administração da Soc. e outras necessidades. Tal construção, deverá ter início muito breve.<sup>198</sup>

E tudo indica que o citado espaço fora vislumbrado para funcionar provisoriamente, uma vez que foi encontrado registro do lançamento de pedra fundamental da chamada Casa da Pátria, local destinado a servir de sede e abrigo para os fins administrativos e benéficos da Brasil Unido, respectivamente. O documento referido consiste numa ata, de 26 de julho de 1959, a qual traz as seguintes informações:

[...] teve lugar na Rua Alegre altura do no. 1.100, no terreno de propriedade desta entidade o lançamento da pedra fundamental no local onde será construída a Sede e Abrigo da Sociedade Beneficente Brasil Unido com a denominação de Casa da Pátria, que se destinará ao abrigo e amparo aos necessitados, que aportem à esta cidade [...]<sup>199</sup>

Em 1960, a Brasil Unido encontrava-se ainda às voltas com a construção de sua sede e de tal abrigo. Na assembleia geral de 19 de junho daquele ano, a questão foi amplamente discutida e encaminhada da seguinte forma:

[...] após lida a Ata anterior e correspondência da pauta foi dada a palavra ao Sr. Raimundo da Cunha Leite tendo este feito uma explanação sobre o seu ponto de vista sobre a venda do terreno, dizendo, entre outras coisas que longa e árdua tem sido a luta da "Brasil Unido", mas que não obstante ao imenso sacrifício de todos nós ainda permanecêssemos estáticos e sem alcançar o verdadeiro objetivo desejado. Isso, continuou o Sr. Raimundo da C. Leite, tanto por falta de união dos nossos conterrâneos, bem como por falta de apoio oficial. Após estender-se demoradamente sobre o assunto o orador propôs a venda do Terreno dentro das melhores conveniências para a Sociedade, propondo, ainda, que fosse dado poderes pela Assembléia à Diretoria para proceder a venda do Terreno e ao mesmo tempo autorização para entabolar o negócio que melhor convier a S.B.B.U. Diversos oradores usaram da palavra, entre outros os senhores Urbano Lopes da Silva, Raimundo Izidoro dos Santos, José dos Santos Netto, José Mota e Silva e Antonio Francisco Zuza, todos concordes com o ponto de vista do Sr. Raimundo da C. Leite, encaminhando êles, ainda, mais luzes aos debates, principalmente, quanto ao emprego do produto da venda do terreno, prevalecendo o ponto de vista de que preferencialmente seja adquirido um

<sup>197</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei nº 387*. São Caetano do Sul, 28 nov. 1953.

<sup>198</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Relatório de atividades (4 de julho de 1954 – 2 de julho de 1955)*. São Caetano do Sul, 2 jul. 1955.

<sup>199</sup> Idem. *Ata do lançamento da pedra fundamental da sede e abrigo da Sociedade Beneficente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, 26 jul. 1959.

imóvel já construído onde seria a futura sede da “Brasil Unido”. Findos os debates, o senhor Presidente pôs em votação a sugestão do sócio Raimundo da Cunha Leite, a qual foi total e unanimemente aprovada. [...]<sup>200</sup>

Em outubro de 1961, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, mediante concretização da compra de um imóvel, adquiriu sua sede própria. Essa transação gerou-lhe um débito de grande monta, o que poderia comprometer as suas pretensões em relação à posse da escritura definitiva do prédio, sem a qual ela não teria condição de empreender o seu tão almejado objetivo: o da construção de um abrigo para os migrantes recém-chegados a São Caetano do Sul. Assim sendo, a entidade não hesitou em recorrer ao chefe do Poder Executivo local, solicitando-lhe apoio financeiro:

Em outubro do ano de 1961, à custa do trabalho próprio e, graças a irrestrita colaboração do poder público desta Cidade representado na magnanima pessoa de V. Excia., adquirimos a nossa Séde Própria, velho sonho acalentado há muitos anos;

Dessa compra que importou em Cr\$ 2.500.000,00 – (Dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), ficamos com um débito de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros), a vencer-se em 15 de Agosto corrente, que saldado, tomaremos posse da Escritura Definitiva do prédio, podendo então efetivar todas as reformas e modificações necessárias ao atendimento das grandes obras que esta Sociedade se propõe a por em prática;

Isto posto, considerando que esta Sociedade tem a receber desta Prefeitura uma Subvenção por verba consignada no Orçamento vigente, e, apelando para o alto sentimento de colaboração e compreensão com que V. Excia. sempre distinguiu à nossa “Sociedade Beneficente Brasil Unido”, requer o pagamento dessa Subvenção [...]<sup>201</sup>

Se, por um lado, a Brasil Unido havia conseguido adquirir uma sede própria, por outro, o projeto da construção do abrigo ficaria no papel. Em 1965, o referido empreendimento não havia sido posto em prática ainda. Mas, independente do desfecho desse assunto, é certo que a aquisição da sede própria, em outubro de 1961, trouxe uma perspectiva de crescimento e fortalecimento para a Brasil Unido, ainda mais se for levada em consideração que aquela aquisição era parte de um projeto de grande envergadura, que se tornou uma das principais propostas da entidade, em razão do alto grau de articulação que exigiu de sua direção, já desde 1952, com o início da campanha em favor de sua concretização.

---

<sup>200</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ata da Assembleia Geral*. São Caetano do Sul, 19 jun. 1960.

<sup>201</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 5 ago. 1963.

Com a mencionada aquisição, a Brasil Unido entrou em uma nova fase de sua atuação em São Caetano, na qual os sinais de seu fortalecimento tornam-se mais evidentes, se comparada à fase anterior, a da década de 1950, marcada por altos e baixos. As evidências do crescimento e fortalecimento da entidade, a partir daquele ano de 1961, devem-se não só ao fato da obtenção de sua sede própria, mas também por força da expansão de suas possibilidades de prestação de benefícias, sugerida pela versão de seu regimento estatutário que entrou em vigor em 1965.

Voltando às discussões acerca do projeto da sede própria e abrigo, cumpre deixar claro que o sonho de ver concluída a sua sede e tal abrigo, destinado aos “imigrantes do Norte e Nordeste do país, como bem todos os necessitados que aportem ao Município”,<sup>202</sup> foi o referencial de boa parte das relações observadas entre a entidade e as autoridades políticas no período enfocado pela pesquisa.

Na sequência, destaco alguns documentos que elucidam o modo como as solicitações de auxílios financeiros formuladas pela entidade eram descritas, bem como as justificativas que acompanhavam tais pedidos dirigidos a mandatários do poder político. O primeiro deles consiste no desdobramento do encontro de membros da Brasil Unido com o presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1954.<sup>203</sup>

<sup>202</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício de solicitação de auxílio à General Motors do Brasil*. São Caetano do Sul, 29 jul. 1952. O mencionado ofício constata que a entidade, empenhada em ver realizado o empreendimento da construção do abrigo, não acionou apenas as autoridades políticas, mas também a iniciativa privada. Além da solicitação de auxílio feita àquela empresa, a Brasil Unido encaminhou pedido a outras instituições privadas do município, entre as quais a agência do Banco Real do Progresso S/A, que, de “forma benemérita”, atendeu à solicitação formulada em 1960 pela entidade, “destinando uma verba em seu favor para ajudar a construir sua Séde Social”. Cf. Idem. *Ofício de agradecimento ao Banco Real do Progresso S/A*. São Caetano do Sul, 20 set. 1960.

<sup>203</sup> As articulações da cúpula da Brasil Unido para a realização desse encontro com Getúlio Vargas iniciaram-se em 4 de dezembro de 1953, com o envio de um ofício ao presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Ângelo Ciafarani, por meio do qual o presidente da entidade, Aprígio Bernardino de Salles, pediu o apoio do Legislativo Municipal, no sentido da organização de uma comissão de vereadores para acompanhar os membros da Brasil Unido na viagem ao Rio de Janeiro. Em tal documento, Bernardino de Salles expôs o motivo e a importância da audiência com o chefe máximo do país: “Tendo a Sociedade Beneficente Brasil Unido, lançado uma Campanha Pró Construção do Abrigo, que está Estatuído na Lei que a rege, e considerando o vulto de sua Construção, pretende esta Sociedade ir em Comissão à presença de S. Excia. o Presidente da Republica, Dr. Getulio Vargas, afim de solicitar de S. Excia. por todos os meios, apoio para a concretização no mais breve espaço de tempo, desta grande obra que por certo virá ser uma gloria para São Caetano do Sul, e sua nobre gente. Para tanto, vem esta Sociedade [...] solicitar o apoio dessa Colenda Câmara, no sentido de que se for possível possa uma Comissão de Vereadores conjuntamente com nosco, ir até a Capital da Republica, entrar em entendimentos com S. Excia. o Presidente da Republica. Se fazemos tal solicitação, é não só pelo valor moral da companhia dos nobres e dignos Vereadores do nosso Municipio, como tambem vemos na realização de tal empreendimento, grande beneficio para nossa Cidade. [...]”. Cf. Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 4 dez. 1953. Essa solicitação veio a calhar com a pretensão da edilidade em verificar junto a Vargas a possibilidade de o IAPI executar a construção de casas operárias num terreno que ficava na Avenida Comandante Taylor, na divisa entre São Caetano do Sul e São Paulo. Diante disso, uma comissão formada pelos vereadores Alfredo Rodrigues, Natanael Inácio Teixeira, Olga Montanari de Mello e Urames Pires dos Santos seguiu rumo ao Rio de Janeiro, acompanhada de membros da Brasil Unido. Ambas

13 de julho de 1954.-

Senhor presidente:-

[...] vimos, através do presente, perante V. Excia., renovar o nosso justo, humano e patriótico apêlo, no sentido de que nos seja concedido o empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma hospedaria de imigrantes, que dos Estados do Norte e do Nordeste vêm para São Paulo, em busca de melhores dias.

Cumpre-nos científica-lo Sr. Presidente, que esta hospedaria surgirá como uma das arrojadas iniciativas da Sociedade Beneficente Brasil Unido, de São Caetano do Sul, visando, unicamente, amparar e assistir o elemento nordestino [...]

É desejo nosso Sr. Presidente darmos ao elemento nordestino, não só abrigo e alimentação, mas também, orientação e assistência profissional, social, médico-preventiva, hospitalar e cultural [...]

Para tanto, baseados nos Estatutos da nossa Sociedade Beneficente “Brasil Unido”, [...] pretendemos executar, tão logo nos seja possível, um grande plano, no qual se inclui a construção de outras hospedarias em diversas cidades de São Paulo, além de colônias agrícolas, escolas profissionais, hospitais, salões de recreios, inclusive bibliotecas e cinemas, para a preparação do nosso povo.<sup>204</sup>

Por isso, é imprescindível o apoio de V. Excia. a esta nossa causa, que tanto poderá servir ao nosso povo, a São Paulo e ao Brasil.

Como prova da sólida base que nos oferece plena garantia legal e moral, juntamos ao presente todos os documentos e registros da nossa Sociedade, inclusive a escritura de compra de 1.000-2m de terreno, onde será construída a mencionada hospedaria, cuja planta, devidamente aprovada e registrada na Prefeitura desta Cidade, também anexamos para conhecimento de V. Excia. Cientificamo-lo, outrossim, que, além das possibilidades reais que nos facultam saldar os compromissos desta Sociedade, para garantia do solicitado empréstimo, hipotecaremos o já mencionado terreno, avaliado em Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), e a própria construção [...]<sup>205</sup>

---

as comissões foram recebidas por Vargas em 5 de julho de 1954. Coube a Urbano Lopes da Silva, orador oficial da entidade, expor ao presidente informações sobre o projeto da construção do abrigo. O *Jornal de São Caetano*, ao noticiar os detalhes do evento, assim descreveu a participação da Brasil Unido: “[...] Urbano Lopes da Silva [...] fez uma saudação ao Presidente da República, expondo a situação dos nordestinos que chegam a São Caetano do Sul e terminou solicitando um auxílio da União para a construção do Albergue Noturno da S.B.B.U. (Sociedade Beneficente Brasil Unido) e para a realização das obras que essa Sociedade tem em mente realizar. Ficou resolvido, por solicitação do presidente, que a S.B.B.U. fará um memorial expondo essa pretensão [...]. Cf. IMPOSSÍVEL a construção de casas operárias pelo IAPI. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 439, 1ª página, 10 jul. 1954.

<sup>204</sup> Este trecho do documento revela informações inéditas acerca da extensão do projeto da construção de um abrigo para os migrantes nordestinos. Até então, era sabido que essa proposta da Brasil Unido apresentava um teor mais modesto, limitando-se ao município de São Caetano do Sul. Ao contrário de tal proposta original, a veiculada pelo documento ora em questão era bastante arrojada e audaciosa, visto que pretendia, por meio de um aglomerado de construções, estender-se a outras cidades. O projeto da construção do abrigo aparece com essa fisionomia mais incrementada nesse documento encaminhado ao presidente Getúlio Vargas e também em um ofício destinado ao então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. A direção da entidade, ao solicitar apoio dessa autoridade, atribuiu também ao empreendimento uma significativa envergadura, conforme se evidencia: “Para tanto Senhor Deputado, reconhecendo o alto senso de solidariedade de Vossa Excelência [...], valemo-nos do presente para solicitar-lhe os esforços possíveis junto aos Poderes competentes no sentido de conseguir-mos financiamento para construção acima mencionada, na qual funcionará, além da Sede da Sociedade, Hospital de emergência, Clínica médica e dentária, abrigo, biblioteca, escola primária e profissional, departamento jurídico, departamento de colocações etc.”. Cf. SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 30 nov. 1957.

<sup>205</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1954.

São Caetano do Sul, 28 de junho de 1961.

Ao

Exmo. Sr.

Prof. Carlos Alberto A. Carvalho Pinto

MD. Governador do Estado de São Paulo

Senhor Governador:-

A Sociedade Beneficente “Brasil Unido” [...] vem mui respeitosamente em presença de V. Excia. expor e solicitar o que abaixo segue.

Fundada em 2 de julho de 1950, mantendo cursos de alfabetização de adultos e de corte e costura, desde aquela época dedica-se ao altruístico mister de amparar, tanto quanto possível, aos menos bafejados pela sorte, principalmente aos nossos irmãos do norte e nordeste do País que vêm à procura de melhores dias neste glorioso Estado de São Paulo. Grande tem sido a sua luta neste sentido, disso resultando a sua larga folha de serviços prestados em favor de todos, indistintamente, que a tem procurado, daí o conceito que lhe é dado pela bôa gente sul-sancaetanense e de suas autoridades constituidas, bem como do próprio Estado.

Acontece, porém, Senhor Governador, que no momento a “Brasil Unido” empenha-se na concretização de um dos seus mais acalentados sonhos que é a construção da sua sede própria e abrigo para os necessitados, para cuja concretização só agora estamos dando os primeiros passos, isto porque, até aqui nos têm faltado os recursos necessários.

Eis porque, Excelência, e mais, por conhecer o alevantado espírito do eminente Governador dos paulistas em pról das bôas causas e em favor de todas as entidades que se propõem fazer algo pela assistência social, caso específico da “Brasil Unido”, é vimos solicitar o apoio de V. Excia. à nossa causa, já que aproximando-se o envio da Lei de meios do Estado para a Assembléia Legislativa para o exercício futuro tal solicitação se faz oportuna. [...]<sup>206</sup>

Ao

D.D. Deputado Estadual

Ilmo. Sr. Anacleto Campanella

Assembléia Legislativa de São Paulo

Presado senhor:-

Vimos mui respeitosamente à presença de V. Excia., apelar para sua reconhecida generosidade e como representante do povo deste Município na Assembléia Legislativa do Estado, no sentido de que, se digne a solicitar junto aos seus nobres pares desta egregia Casa Legislativa, um auxilio para esta nossa Sociedade de caracter restritamente beneficente que sendo deste Município, poderá V. Excia., dizer do que temos feito e quais são os nossos verdadeiros propositos.

Devemos dizer ainda, que tendo nós, dado o sinal para compra de um terreno onde será construído o abrigo para os retirantes do Norte e Nordeste do País e indigentes que aportarem ao Município, deveremos saldar o mesmo até dia 2 de Setembro próximo, razão pela qual esperamos um breve pronunciamento por parte de V. Excia. e demais ilustres representantes do nobre e generoso povo paulista. [...]<sup>207</sup>

<sup>206</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 28 jun. 1961.

<sup>207</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 1952.

A Sociedade Beneficente Brasil Unido recebia auxílio financeiro dos poderes públicos na forma de subvenções. Estas eram especialmente destinadas a entidades que desempenhavam determinadas modalidades de serviço social, tais como assistência a doentes, necessitados e desvalidos, amparo à maternidade e à saúde da criança, educação e reeducação de adultos, dentre outras atividades dessa natureza.<sup>208</sup>

Além da verba que a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul reservava à entidade, ela também obtinha subvenções das esferas estadual e federal, por força de seu registro nos respectivos conselhos de serviço social, requisito este que lhe tornava apta a auferir cooperações financeiras dos poderes públicos. Como a estes competia reservar uma parcela de seus orçamentos a instituições comprometidas com o desempenho de atividades assistenciais, a direção da Brasil Unido, quando se dirigia a eles para solicitar o pagamento de auxílios, ressaltava as suas finalidades filantrópicas, como forma de justificar e legitimar os seus pedidos nesse sentido. Os três documentos destacados acima são a prova disso.

Além dos casos específicos inerentes a eles, há outro documento que, ao trazer informações gerais sobre a entidade, como as relativas à sua estrutura e atuação, endossa, categoricamente, que a instituição é “puramente caritativa e filantrópica e os auxílios são extensivos à todos os necessitados, ficando os seus sócios para os referidos benefícios em plano secundário [...]”<sup>209</sup>

Datado de 14 de julho de 1952, o aludido documento pode ter sido elaborado com o fim de integrar um ofício, que apresenta a mesma data, o qual dizia respeito à solicitação do presidente Aprígio Bernardino de Salles no tocante ao registro da Brasil Unido no Conselho Nacional do Serviço Social. Essa articulação tinha em vista a obtenção de subvenções, razão que vai ao encontro do conteúdo explicativo e esclarecedor daquele documento, sobretudo no que concerne à ênfase dada à via de atuação filantrópica da entidade, em detrimento da mutualista. Tal posicionamento da presidência da Brasil Unido pode ser interpretado como uma articulação estratégica para a consecução de apoios financeiros junto às autoridades políticas, uma vez que elas tinham o compromisso de fornecer cooperação a instituições assistenciais. Daí a Brasil Unido, no conjunto documental que envolvia o assunto, ressaltá-las de maneira tão veemente.

---

<sup>208</sup> Tais atividades de cunho assistencial foram enumeradas pela Lei Municipal nº 250, de 7 de julho de 1952, a qual fora promulgada para regular a concessão de auxílios e subvenções a entidades assistenciais ou culturais do município.

<sup>209</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Questionário*. São Caetano do Sul, 14 jul. 1952.

As relações da Brasil Unido com as forças políticas não eram motivadas apenas pela necessidade da entidade em levantar recursos para o seu projeto da construção de um abrigo para os migrantes. Embora tal empreendimento tenha pautado, predominantemente, aquelas relações, outras questões que estavam na agenda da entidade merecem ser destacadas, pois também foram capazes de levar a sua direção a articular-se para a sua concretização. Dentre elas, encontra-se a referente aos seus esforços para a manutenção e expansão do curso de alfabetização de adultos oferecido pela Brasil Unido, com a ajuda do Sesi. Aproveitando o ensejo de uma campanha que estava sendo realizada pelo Ministério da Educação, a qual primava pela alfabetização de adultos, o presidente da entidade, Aprígio Bernardino de Salles, encaminhou ofício ao ministro da Educação, Antonio Balbino, para solicitar-lhe apoio para a causa educacional da entidade:

São Caetano do Sul, 3 de Dezembro de 1953.

Exmo. Senhor:-

Conhecendo a Sociedade Beneficente Brasil Unido os sadios e patrióticos propósitos de V. Excia. em melhorar o nível cultural da nossa gente e tendo alguns dos nossos companheiros ouvido pelo Radio, aqui em São Paulo, consubstanciado comentário sobre a Campanha de Alfabetização de Adultos em todo País, é que nos dispusemos a nos dirigir à presença de V. Excia. afim de expormos o seguinte:

São princípios básicos desta Sociedade, amparar aqueles que a sorte lhes negou melhores dias e colaborar com os governantes através da iniciativa própria.

Faz parte deste amparo aquele que reputamos como o maior e melhor de todos que é: o saber.

E pautando por este princípio, é que com a ajuda do Serviço Social da Indústria “SESI”, mantemos desde Fevereiro de 1951, um Curso de Alfabetização de Adultos e mais um outro criado em Junho de 1952, ambos divididos em dois turnos, contando com um número de aproximadamente 120 alunos frequentando as aulas e um número de 64 já alfabetizados, sendo que entre estes, 37 deles já receberam certificados habilitação e os demais em vias de os receberem.

[...]

Considerando que se não mantemos um número mais elevado destes Cursos aqui em São Caetano do Sul, e até mesmo em outras Cidades, é devido a falta de maiores recursos pois, muito embora o “SESI” custeie os Professores e materiais Escolares, nós [...] temos que oferecer os locais de aulas, sendo que para manutenção dos dois que hora patrocinamos, dispomos da quantia de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros), para alugueis e cotas de Luz, é que oferecemos o nosso trabalho e dedicação no caso de que possa o Governo nos auxiliar na criação de outros Cursos de Alfabetização [...]

Se apelamos por tal auxílio, é unicamente porque ainda não temos um quadro Social e meios, que nos possa garantir as despesas que viriam com a instalação de outros Cursos [...]<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 3 dez. 1953.

Mas não foi somente na posição de receptora de auxílios financeiros que a Brasil Unido manteve-se em suas relações com as forças políticas detentoras do poder nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Esse seu posicionamento alternou-se com o assumido nas situações que envolviam questões referentes aos processos migratórios de nordestinos para São Paulo. Nessas circunstâncias, a entidade se reportava às autoridades que estavam exercendo o poder político, a fim de cientificá-las acerca dos principais problemas que afligiam os nordestinos em seus deslocamentos. O acionamento dos segmentos de governo observado nessas condições abrangia um discurso de teor incisivo e de oposição àquele conjunto de questões desfavoráveis aos migrantes, discurso com o qual os dirigentes da Brasil Unido procuravam chamar a atenção dos governantes para as mazelas que envolviam a migração de nordestinos para São Paulo.

Em outros momentos, a cúpula da entidade assumia ainda um posicionamento participativo junto às correntes políticas, colocando-se entre as forças atuantes de um cenário social que extrapolava os limites de São Caetano. Um ofício, datado de 2 de abril de 1952, vem ao encontro dessa argumentação ao revelar tal posicionamento participativo da instituição. Naquele ano de 1952, São Caetano do Sul sediou o Congresso dos Municípios, no qual tomaram parte, além do próprio município sul-sancaetanense, os municípios de São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo. Na ocasião, a Sociedade Beneficente Brasil Unido encaminhou para a apreciação dos participantes do referido congresso uma proposta relativa à instalação de abrigos voltados aos migrantes nas citadas cidades, uma vez que eram grandes polos de atração de mão de obra oriunda de outros estados, em razão de seus expressivos parques industriais. Abaixo, segue o mencionado ofício, por meio do qual o Diretório da União Democrática Nacional (UDN) de São Caetano comunicou à entidade a aprovação daquela sua proposta:

São Caetano do Sul, 2 de abril de 1952.

Prezados Senhores

Temos a honra de comunicar a Vv. Ss. que o Congresso dos Municípios de São Caetano do Sul, São Paulo, São Bernardo do Campo e Santo André, realizado em São Caetano do Sul, aprovou, em sua sessão de 8 de março pp., a moção do Sr. Aprigio Bernardino de Salles cujo teor é o seguinte:

“Recomendamos ao Congresso do Municípios Udenistas sejam procedidos estudos no sentido de providenciar o Abrigo de Emergência, para os cidadãos, que originados de outros estados ou países, vierem prestar ao acréscimo e grandeza dos Municípios de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo, a sua preciosa colaboração, com trabalho fecundo e honesto.

Justifica esta recomendação, o fato de serem êstes Municípios zonas de intensa atividade industrial, e que por esse motivo, recebem diariamente

grandes levas de emigrantes, sem que no entretanto ofereça, desde logo, as condições de facilidade de acomodação que se fazem necessárias”. Conhecedores que somos do trabalho dessa Sociedade para a construção, nesta cidade, de um abrigo; cientificamo-los que ofícios igual a estes foram enviados aos Prefeitos de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo e respectivas Camaras Municipais.<sup>211</sup>

Essa face participativa das relações da Brasil Unido com as forças políticas aparece também em outras circunstâncias, como a que motivara o gabinete do prefeito de São Caetano do Sul a formular-lhe convite para a sua participação na organização dos festejos comemorativos do 74º aniversário da cidade.<sup>212</sup> No ano seguinte, a entidade voltaria a ser convidada para tal.<sup>213</sup>

Esse tipo de convite deixa entrever questões que estavam por trás de sua formulação, como as que apontam para a visibilidade que a Brasil Unido vinha adquirindo junto à sociedade de São Caetano nos primeiros anos de sua atuação. Assim sendo, os convites recebidos da municipalidade, em pelos menos dois anos consecutivos, podem ser vistos como uma espécie de confirmação da respeitabilidade que a entidade havia conseguido cultivar em relação ao Poder Executivo Municipal. E isso se deveu, em grande parte, à própria natureza de suas atividades, sobretudo as de cunho filantrópico, cuja essência altruísta e nobre despertava reconhecimento social em favor de quem as praticava.

As experiências acumuladas pela Brasil Unido em suas ações filantrópicas fizeram com que ela se tornasse habilitada não somente para a sua participação junto a assuntos que estavam em pauta na agenda governamental, mas também a deixaram em plenas condições de assumir uma postura crítica frente a determinados problemas sociais vigentes na época, como os concernentes às mazelas que afligiam os nordestinos em seus processos migratórios para São Paulo. A partir do amparo concedido aos migrantes, a entidade tomava conhecimento dos inúmeros obstáculos enfrentados por eles, tornando-se, portanto, apta a dirigir-se aos governantes, com o objetivo de deles solicitar providências que pudesse, no mínimo, amenizar a dura realidade que envolvia o migrante.

Em tais solicitações, o tom de seus respectivos discursos é o da denúncia, como o expresso no documento abaixo, o qual diz respeito a um comunicado sobre a fusão da Brasil

---

<sup>211</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. *Ofício*. São Caetano do Sul, 2 abr. 1952.

<sup>212</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ofício*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1951.

<sup>213</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 7 jul. 1952.

Unido com o Centro Nortista de Santo André,<sup>214</sup> entidade com propósitos semelhantes aos seus. Nesse documento, de 1956, a denúncia não se restringiu ao segmento político, sendo também apontada para uma parte dos poderes econômicos da região. Com um tom de fala bem mais ousado que em outros momentos, a Brasil Unido se põe como fiadora dos votos de nordestinos, que, na qualidade de eleitores, possuem força, podendo, assim, negar seus votos aos políticos municipais do Grande ABC, em uma clara demonstração de um clientelismo configurado nos bastidores da entidade, a partir das contingências de cada situação ou conjuntura, as quais acabavam por direcioná-la em suas articulações em prol da promoção do amparo ao migrante.

É importante destacar que, em 1956, a Brasil Unido, segundo declarações de sua própria direção (vide nota nº 189), encontrava-se em um momento de progresso, o que poderia ter lhe concedido o respaldo necessário para dirigir-se, de forma incisiva e contundente, às forças políticas que compunham o poder no chamado Triângulo ABC.

#### Aos Brasileiros do Triângulo ABC

Brasileiros, filhos do Norte, do Centro e Sul do Brasil, espectadores que sois, do completo abandono em que vos encontrais, em luta diuturna com a manutenção de numerosas próles, expostos aos rigores do calor, do frio e da chuva, mal vestidos, pessimamente alimentados e desgraçadamente perseguidos, na maioria dos municípios industriais do Estado de São Paulo, notadamente no chamado “triângulo ABC”, sem abrigo e erradamente julgados por elementos desalmados e indiferentes aos sofrimentos dos nossos irmãos brasileiros [...], deveis apoiar aos patrícios que em defesa de vossa causa uniram-se em torno do Centro Nortista de Santo André e da Sociedade Beneficente Brasil Unido de São Caetano do Sul.

Após rigorosa e sigilosa sindicância realizada pelos dirigentes do Centro Nortista e Sociedade Brasil Unido, ficou constatada uma bem camuflada perseguição de dirigentes de algumas indústrias, contra brasileiros do Norte que, sistematicamente vem sendo dispensados, perseguidos e recusados pelas mesmas identificadas indústrias, atitude que conta, segundo declarações públicas de um Chefe de Executivo componente do triângulo ABC, com o apoio deste, contra elementos nortistas no município que vem dirigindo de um modo catastrófico.

---

<sup>214</sup> Dois meses antes de ser concretizada a fusão com o Centro Nortista de Santo André, episódio este verificado em 4 de março de 1956, a Brasil Unido já havia se fundido à Associação Nordestina de São Caetano do Sul, entidade fundada em 19 de dezembro de 1952, com o objetivo de também amparar o migrante nordestino, a partir de iniciativas que visavam à sua inserção social, como as referentes ao oferecimento de cursos profissionalizantes, nos moldes dos organizados pela Brasil Unido. Tal fusão, assim como a que seria observada com o Centro Nortista de Santo André pouco tempo depois, pode ser interpretada como uma articulação dos dirigentes de ambas as entidades, tendo em vista o fortalecimento e a consolidação dos propósitos assistenciais junto ao elemento nordestino instalado em São Caetano. Como reconhece um trecho da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de janeiro daquele ano de 1956, tendo em vista a dissolução da Associação Nordestina e sua consequente anexação à Sociedade Beneficente Brasil Unido, esta última é uma “instituição semelhante, com finalidades idênticas”. Por essa razão, no entender das duas entidades, seria muito mais interessante a união de forças, daí a opção pela fusão. Cf. ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. São Caetano do Sul, 15 jan. 1956.

Em legítima defesa, lutando dentro da ordem, da Lei, da legalidade e da disciplina, por aquilo que lhes falta e que sóbra aos estrangeiros: proteção e respeito dos poderes públicos da Nação, do Estado e dos Municípios! Lutando enfim, contra o impatriotismo de industriais, na sua maioria estrangeiros, estimulados com a declaração de Chefe de um Executivo Municipal, integrante do Triângulo ABC, os trabalhadores de Santo André e de São Caetano do Sul, congregados em Associações Beneficentes, unem-se em torno de suas Associações, Centro Nortista de Santo André e Sociedade Brasil Unido de São Caetano do Sul.

Para melhor atingirem o fim colimado, defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores nacionais [...], reuniram-se no dia 5 do corrente, em Santo André, dirigentes do Centro Nortista e Sociedade Brasil Unido, em cuja reunião resolveram fundirem-se em uma só Associação Beneficente, afim de fortalecer e aumentar as suas possibilidades beneficentes e aos mesmo tempo resistir com mais eficiencia as investidas e perseguições de um grande número de dirigentes de indústrias e responder aos arreganhos de Chefe Executivo, inegavelmente eleito pelos votos dos nossos patrícios do Norte, em esmagadora maioria residentes no seu município. Na referida reunião ficou escolhido o dia 4 de Março do corrente ano, para uma Assembléia Geral na qual será realizada a fusão das duas entidades, Centro Nortista e Sociedade Brasil Unido, às 8 horas, na Rua Santa Catarina no. 25, em São Caetano do Sul. [...]<sup>215</sup>

O caso envolvendo o paraibano Marinho Alves de Souza, relatado brevemente no registro de 13 de outubro de 1951 do Livro de Beneficências da Brasil Unido e apresentado no item sobre as práticas filantrópicas da entidade, impulsionou sua direção a se dirigir ao presidente Getúlio Vargas. O problema pelo qual passava aquele migrante foi o estopim para a denúncia encaminhada pela Brasil Unido ao chefe do Poder Executivo federal, nos seguintes termos:

São Caetano do Sul, 24 de Novembro de 1951.

Exmo. Sr.

Dr. Getúlio D. Vargas

D. D. Presidente da República dos  
Estados Unidos do Brasil

Exmo. senhor-.

Vem esta Sociedade à presença de V. Excia., ser a interprete do Sr. Marinho Alves de Souza, expondo sua situação afluente como pai de família e brasileiro que é.

Levado por promessas vãs de elementos inescrupulosos, deixou sua terra natal Est. da Paraíba do Norte, com 11 filhos menores e esposa, e rumou para São Paulo a procura de melhores dias.

Aqui chegando, os elementos que lhe trouxeram o abandonou, sem documentos e sem recursos, ficando ele a mercê do seu próprio destino com os seus 11 filhos e esposa espusto à intemperie.

Esta Sociedade, que tem por princípios fundamentais amparar os nossos irmãos brasileiros, embora lutando com dificuldades pois é composta de

---

<sup>215</sup> CENTRO NORTISTA DE SANTO ANDRÉ; SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO.  
*Comunicado*, 1956.

homens do trabalho diario e alem disso, recem fundada, o que lhe foi possivel fazer o fêz.

Passaremos agora, a descrever as peripecias por que tem passado o Sr. Marinho Alves de Souza.

Como já frisamos acima, saiu êle do seu Estado vendendo as poucas propriedades que lá possuia, e para cá rumou levado por elementos desumanos sacrificando a êle, esposa e seus filhinhos.

Ao chegar à Estação Roosevelt, por não ter dinheiro para pagar 4 passagens restantes para 4 dos seus 11 filhos pois o seu recurso já tinha esgotado, teve sua bagagem prêsa, ficando unicamente com a roupa do corpo até que por intermedio desta Sociedades foi angariado a importancia para pagar as 4 passagens.

Está o Sr. Marinho Alves de Souza contando com o apoio que esta Sociedade vem podendo lhe dar, muito longe de satisfazer as suas necessidades, dado a numerosidade de sua familia.

Embora sem documentos, já por intermedio de um dos nossos Sócios, já está trabalhando em uma Construção com um salario irrisorio, dando apenas para tentear.

Vem êle pedir à V. Excia., apoio para os seus filhinhos em vista de não poder com seu trabalho, dar-lhes o conforto e educação necessária.

Após relatarmos em palavras simples mas dignas de fé a situação deste nosso patrício, vimos pedir à V. Excia., providencias para que sejam exterminados atos maléficos de elementos que vivem a ludibriar e a lançar entre os lares Nordestinos a miséria, e abandono dos mesmos.

Na cérteza de que, V. Excia. como Presidente e grande brasileiro que é, tomará as providencias necessárias no caso que relatamos referente a desumanidade de que são vitimas inocentes os nossos irmãos do Norte e Nordeste [...]<sup>216</sup>

O referido caso, levado ao conhecimento da Brasil Unido, deflagrou a prática da filantropia em relação ao migrante Marinho Alves de Souza. A frente filantrópica de atuação abria, assim, caminho para a emersão do perfil crítico e oposicionista da entidade frente a questões que afetavam os migrantes, como a concernente à ação recorrente de agenciadores nos deslocamentos de nordestinos para São Paulo. Tal prática voltou a ser denunciada pela Brasil Unido praticamente três meses depois do envio daquele ofício a Vargas. Só que, desta vez, o destinatário da denúncia seria o prefeito do município pernambucano de Salgueiro, Raul Soares:

São Caetano do Sul, 9 de fevereiro de 1952.

D. D. Prefeito Municipal da  
Cidade de Salgueiro  
Pernambuco  
Presado Senhor  
[...]

Nos foi dado conhecer, que ai existem individuos que se dedicam à agenciar lotação para os já conhecidos caminhões para transporte de nortistas e nordestinos para São Paulo, terra da promissão, como tais individuos a classificam, quando procuram carga para seus caminhões.

<sup>216</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 24 nov. 1951.

São Tais elementos, inescrupulosos e maus brasileiros, porque levam a miseria nos lares pernambucanos e entravam o progresso de nossa terra desarticulando glebas que bem podiam trabalhar e viver em sua terra natal. Como já frisamos acima, os proprietários dos caminhões têm seus agenciadores, que se valem de argumentos infames como seja: "Va para São Paulo que você ganha fortuna por dia; lá não falta trabalho para ninguém; dinheiro lá é coisa fácil" e muito as outras aberrações, que somente quando o nosso patrício chega aqui é que vê como fora miseravelmente enganado. Sabedores que somos de desumanidade que são praticadas por estes indivíduos dignos de uma punição, pois vemos com os próprios olhos o drama desses nossos irmãos que se deixam levar por tais elementos, e que nos dispusemos a tomarmos a liberdade de nos dirigirmos à V. S. [...] a tomar providências afim de por termo a tal descalabro [...] Não citaremos aqui os nomes de tais elementos, sómente porque os nossos princípios de deliberações não nos facultam, porém se V. S. se dignar a abrir sindicância para apurar estas nossas denúncias [...], será fácil descobrir os culpados, pois estes, agem a bel prazer dentro dessa cidade. [...]<sup>217</sup>

Em resposta ao ofício da Brasil Unido, o prefeito Raul Soares assim se manifestou, ao expressar o acatamento da denúncia que lhe fora encaminhada:

Desejo informar a V. Sa. que as autoridades policiais dêste Estado estão tomando energicas providências contra os agenciadores de trabalhadôres nordestinos para êsse Estado.

Quero crer que as irregularidades que se vinham verificando por parte de indivíduos exploradôres, responsáveis pelo exodo do homem do Nordeste às plagas Paulistas, atraídos por falsas promessas de fácil enriquecimento, de ora por diante serão sanadas.

Agradeço a V. Sa. sua denúncia do assunto e aproveitando a oportunidade desejo dar o meu apoio à sua patriótica atitude [...]<sup>218</sup>

As denúncias remetidas pela Brasil Unido às autoridades não se limitavam apenas às ações dos agenciadores. Um ofício enviado ao então ministro da Viação, Souza Lima, ratifica isso. A partir do dito documento, o presidente da entidade, Jorge de Souza Muniz Ferreira, levou ao conhecimento daquele ministro a prática da cobrança de comissão, na Estação de Monte Azul, em Minas Gerais, junto aos migrantes nordestinos, para que estes pudessem ter suas passagens expedidas, conforme segue:

S. Caetano do Sul (S. Paulo), 31 de Março de 1951.

Excelentíssimo Senhor Ministro:-

Temos a grande honra de vir, por meio deste, [...], solicitar-lhe sejam sanadas certas irregularidades existentes na Estação de Monte Azul, - [...] - baldeação da Estrada Leste Brasileiro para a Central do Brasil, atinentes à exigência de comissão para a obtenção de passagens aos pobres homens do norte que se destinam a diversos e múltiplos misteres pelas zonas sulinas; negado o pagamento da aludida comissão, nada se consegue naquela ferrovia para a expedição de passagem, ficando, por vários dias, os que, infelizmente,

<sup>217</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício nº 2/52*. São Caetano do Sul, 9 fev. 1952.

<sup>218</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO. *Ofício nº 33/52*. Salgueiro, 20 mar. 1952.

não levam importância exigida, - outro aspecto horrível da falta de humanidade de indivíduos desclassificados.

Outrossim, comunicamos a Vossa Excelência que [...] somos levados a denunciar tais abusos, chegados ao nosso conhecimento, por pessoas lesadas na referida estação ferroviária, - também de viajantes que são informados da partida de trens em dia seguinte, para serem conduzidos a uma pensão, cujo pagamento é adeantado, para horas depois, sêrem notificados que parte naquele momento um trem, motivando assim a não devolução da importância entregue. [...]<sup>219</sup>

Assim como se verificou em relação ao caso levado ao conhecimento de Getúlio Vargas, a denúncia exposta acima consta também do Livro de Benefícias da Brasil Unido, como atesta o registro correspondente, transcreto no item que versa sobre as práticas filantrópicas da entidade. Os três documentos que denunciam os abusos cometidos contra migrantes em seu percurso rumo a São Paulo revelam a qualidade assumida pela instituição de intérprete e guardiã de tais migrantes, qualidade esta que a própria direção da Brasil Unido lhe atribuía, por força de sua prática de amparo junto àqueles nordestinos.

As visões expressas pela cúpula da Brasil Unido acerca de si e do amparado integram a retórica do discurso legitimador que acompanhava sua atuação no que concerne às denúncias que ela encaminhava às autoridades políticas. Tais denúncias apresentavam matizes diferenciados, de acordo com a articulação da entidade ao sistema político, em cada conjuntura específica.

As articulações gestadas em seus bastidores denotam o enfrentamento das diversas situações cotidianas que compuseram a sua atuação. Tendo em vista a sobrevivência da entidade, bem como o seu fortalecimento e consolidação, o seu grupo dirigente precisou assumir posicionamentos diferenciados e oscilantes. Essa oscilação sinaliza para uma estratégia que indica a maleabilidade da cúpula da Brasil Unido na condução dos assuntos que diziam respeito à sua atuação.

Desse modo, se as circunstâncias apontavam para a necessidade de um posicionamento brando frente às forças governamentais das diferentes esferas administrativas, como nos casos em que o recurso a elas era pautado pelas solicitações de subvenções ou apoios financeiros, e ainda quando existia uma composição de alinhamento com tais forças, a orientação mais compatível com tal situação era a da adoção de uma postura que pudesse expressar a sua imensa necessidade de obter apoio dos governantes. Por outro lado, quando os dirigentes da entidade precisavam chamar a atenção das autoridades para questões e problemas que desencadeavam as suas ações de amparo junto ao migrante nordestino, os

---

<sup>219</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício nº 1/III/51*. São Caetano do Sul, 31 mar. 1951.

quais, em razão de sua extensão e complexidade, não seriam efetivamente contornados pela entidade, o posicionamento mais adequado e condizente, nesse caso, era o da veiculação de um discurso de denúncia.

Nas variadas circunstâncias em que as relações da Brasil Unido com as forças políticas se processaram, o respaldo delas proveniente era essencial para a viabilidade dos fins propostos pela entidade. A sua aproximação em relação aos governantes era, portanto, algo imprescindível, o que explica o seu recurso constante às correntes que estavam exercendo o poder nas diferentes instâncias político-administrativas, independente de aspectos de ordem ideológico-partidária. Entretanto, de acordo com as necessidades e interesses inerentes a cada conjuntura ou momento de sua história, a cúpula da entidade conduzia essa aproximação de forma distinta.

As oscilações observadas em seu posicionamento frente às forças políticas são fruto das estratégias traçadas na busca pelo apoio e adesão das mencionadas forças para as suas causas e projetos. Esse posicionamento oscilante era um traço característico das relações da entidade com os grupos políticos que estavam no comando governamental. Essas oscilações estratégicas podem ser concebidas como rearranjos hegemônicos, uma vez que elas apontam para os meandros e engendramentos do posicionamento da Brasil Unido frente às suas relações com as autoridades políticas.<sup>220</sup>

---

<sup>220</sup> As argumentações de Stuart Hall no tocante ao hegemônico iluminaram as minhas abordagens a respeito dos meandros e engendramentos que estiveram por trás do posicionamento oscilante da Brasil Unido frente às suas relações com as autoridades políticas. Conceber esse seu posicionamento oscilante como pressuposto de uma negociação significa atribuir-lhe um caráter hegemônico, pois, como expõe Hall, o hegemônico “[...] nunca é uma questão de vitória ou dominação pura [...] nunca é um jogo [...] de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações [...]; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder [...] e não se retirar dele”. Cf. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, p. 339.

## CAPÍTULO III - DIRIGENTES E AMPARADOS: DO MODO COMO UM GRUPO CONCEBIA O OUTRO

### 3.1 “Rudes, desorientados e sem cultura”: os amparados na visão da Sociedade Beneficente Brasil Unido

A atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido, no que tange ao seu fim precípua de promoção do amparo, pelas vias mutualista e filantrópica, junto a migrantes nordestinos instalados em São Caetano do Sul, compreendeu um conjunto de estratégias e articulações de seu grupo dirigente, as quais, implementadas nos bastidores da entidade, foram apresentadas e discutidas ao longo do capítulo 2 da presente dissertação.

Uma parte da documentação que envolve tanto as práticas de amparo quanto toda a movimentação de seus dirigentes revela o modo como os migrantes amparados eram representados pela Brasil Unido. A representação intrínseca a tais fontes evidencia a visão que a entidade assumiu, por meio de seus mandatários, em relação aos nordestinos beneficiados por suas práticas. Portanto, ao considerar a concepção da instituição, eu estarei, necessariamente, referindo-me à visão assumida pelo grupo que a comandou no período abordado pela pesquisa.

Para que essa visão seja compreendida e devidamente analisada, é importante contrapor as realidades nas quais dirigentes e amparados estavam inseridos. Indicativas das diferenças existentes entre eles, tais realidades dotavam, de um lado, os administradores da Brasil Unido das condições necessárias ao comando das ações de amparo, e, de outro, colocavam os migrantes destinatários dessas ações na posição de necessitados.

O próprio surgimento da entidade é interpretado pelo baiano Raimundo da Cunha Leite de uma maneira que salienta a situação socioeconômica favorável de seus fundadores, fator este legitimador dos propósitos de uma associação que se constituiu para promover iniciativas de assistência e amparo a nordestinos estabelecidos em São Caetano. Em sua narrativa, nota-se uma oposição entre a condição usufruída pelos nordestinos fundadores da Sociedade Brasil Unido e a que dizia respeito à grande maioria de seus conterrâneos:

O grande número de migrantes que aportava a São Caetano do Sul, suas condições de miserabilidade e dificuldades por que passavam ao aqui chegarem, era sempre motivo de preocupações e até mesmo vergonha para

aqueles que vindos já há algum tempo para esta cidade e mercê de sua luta já se encontravam em situação mais vantajosa. Assim, um grupo de homens tendo à frente figuras do melhor destaque e conceito na cidade, decidiram pela fundação de uma entidade que pudesse, à medida do possível, oferecer melhores condições de vida moral e social àquela pobre gente.<sup>221</sup>

O alto conceito atribuído por Cunha Leite ao grupo fundador da Brasil Unido pode ser concebido como sendo proveniente da própria inserção desse grupo na sociedade sul-sancaetanense, do qual faziam parte “nordestinos de destaque, profissionais liberais e funcionários públicos”.<sup>222</sup> A estes caberia, por força de uma projeção socioeconômica que os qualificava para o desempenho do amparo, a criação e o posterior comando da Brasil Unido.

Um documento referente à composição de sua diretoria provisória,<sup>223</sup> formada logo após a fundação da entidade, reflete claramente tal constatação, ao apontar as profissões desempenhadas por seus membros na cidade. Ao contrário do que vinha sendo observado com uma significativa parcela de nordestinos que chegavam não só ao município de São Caetano, mas também a São Paulo e a outras regiões de suas adjacências, parcela esta que tinha como destino o trabalho operário no crescente segmento industrial, boa parte dos integrantes da diretoria provisória da Brasil Unido encontrava-se em setores da economia que não se firmaram como grandes polarizadores da mão de obra migrante, dentre os quais os que abrangiam o comércio e a prestação de serviços. O documento em questão, além de indicar a profissão de cada um dos componentes da direção da entidade, trouxe também informações alusivas ao estado civil e aos endereços residenciais de seus membros:

Presidente: Dr. Jorge de Souza Muniz Ferreira, brasileiro, médico, casado, residente à R. João Pessoa, s/n., em São Caetano do Sul;

Vice-presidente: Aprígio Bernardino de Salles, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Particular, n. 4, em São Caetano do Sul;

Secretário geral: Silvino da Cruz Sobrinho, brasileiro, casado, hoteleiro, residente à Av. Conde Francisco Matarazzo, n. 668, em São Caetano do Sul;

---

<sup>221</sup> CUNHA LEITE, Raimundo da. Assim nasceu a “Brasil Unido”. *Boletim Informativo Brasil Unido*, São Caetano do Sul, ano I, n. 1, p. 1, dez. 1974.

<sup>222</sup> Idem apud CARVALHO, Cristina Toledo de. Os principais fatos da história da Brasil Unido são novamente contados. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 25-28, jul. 2009, p. 26.

<sup>223</sup> Além desse documento referente à composição da diretoria provisória da Brasil Unido, a pesquisa captou outro com o mesmo teor. Datado de 30 de janeiro de 1967, o mencionado documento, mesmo não se enquadrando no período enfocado pela pesquisa, merece ser destacado, uma vez que aponta as atividades profissionais dos diretores da entidade naquela época, reforçando o que fora observado logo no início de sua atuação, ocasião em que a instituição era comandada por uma diretoria que tinha como membros, predominantemente, profissionais de segmentos não comumente ocupados por migrantes de origem nordestina. Dentre os componentes da diretoria, naquele ano de 1967, estavam corretores de imóveis, funcionários públicos, comerciantes e um ferroviário da Santos-Jundiaí. Cf. SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Relação dos membros da diretoria*. São Caetano do Sul, 30 jan. 1967.

1º Secretário: José de França Dias, brasileiro, casado, operário, residente à rua Roberto Simonsen, s/n., Vila São José, em São Caetano do Sul;

2º Secretário: Luiz Dias da Silva, brasileiro, casado, farmacêutico, residente na Vila São José, em São Caetano do Sul;

Tesoureiro: Raimundo da Cunha Leite, brasileiro, casado, comerciário, residente à rua Rio Branco, 130, em São Caetano do Sul;

Adjunto tesoureiro: Francisco José da Silva, brasileiro, solteiro, maior, industriário, residente em São Caetano do Sul;

Comissão fiscal: Francisco de Almeida, Pedro Hermenegildo Ferreira e Nicolau Delic, brasileiros, o segundo casado e os demais solteiros, maiores, o segundo bancário e os demais industriários, residentes em São Caetano do Sul.<sup>224</sup>

Tal documento, ao apontar os endereços residenciais dos diretores da Brasil Unido, revela outro dado importante, que engrossa as diferenças existentes entre eles e os demais nordestinos instalados em São Caetano. Segundo relatos originários de pesquisas de autoria de Ademir Medici, alguns bairros de São Caetano do Sul, como as vilas Gerty e São José, apresentavam entre os seus habitantes um número significativo de migrantes nordestinos, o que acabou por transformá-los em redutos dessa população. Contrariando essa realidade, aparece boa parte dos membros da diretoria provisória da entidade, que residia em outros núcleos do município, como os formados pelos bairros Centro e Fundação, os quais tiveram, no início de seu processo de constituição histórica, uma presença destacada de estrangeiros, dentre os quais os italianos, sobretudo no Bairro da Fundação.

A Sociedade Beneficente Brasil Unido surge, assim, no cenário de São Caetano do Sul, como uma entidade que traz no seu bojo as diferenças sociais entre aqueles que a dirigiram e o restante do grupo de nordestinos instalados na cidade, no qual estavam todos os migrantes que se beneficiaram de sua política de amparo. O relato de Raimundo da Cunha Leite elucida essa diferenciação, enfatizando a situação vantajosa em que se encontravam os fundadores da entidade e a miséria dos migrantes que se constituíam em um potencial alvo das atividades que seriam praticadas pela instituição. No contraponto da vantagem socioeconômica do referido grupo fundador, está o nordestino a ser amparado, que já aparece representado no relato do baiano Cunha Leite a respeito do surgimento da Brasil Unido como um ser vitimado pela miséria e pobreza, enfim, “uma pobre gente”.

---

<sup>224</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Diretoria da Sociedade Beneficente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1951.

Essa representação, aliás, emerge, com uma frequência considerável, da documentação atinente às práticas mutualistas e filantrópicas da entidade. Nos registros que integram o seu Livro de Beneficências, por exemplo, a descrição de uma filantropia ou de um auxílio típico do mutualismo era normalmente acompanhada por termos destinados a expor a miserabilidade material na qual o migrante receptor encontrava-se mergulhado.

Assim sendo, expressões como “estado de necessidade”, “situação aflitiva” e “extrema penúria”<sup>225</sup> eram bastante usuais, na medida em que apontavam uma condição que se tornou uma espécie de estigma do migrante nordestino: a de vítima da pobreza, da miséria, do atraso e do flagelo que atingem a sua região de origem. Como expõe Odair da Cruz Paiva, tais representações ganharam força a partir da década de 1930 e foram construídas para respaldar interesses das elites nordestinas e de grupos agrários e industriais paulistas. O sentido negativo compreendido por esse conjunto de representações, segundo ele, “[...] não se constrói apenas a partir do Nordeste, estrutura-se também fora dele: no sul do país”.<sup>226</sup> Cruz Paiva ainda argumenta que a imagem duplamente construída de um Nordeste do atraso teve como elemento explicativo a natureza:

A seca passa a ser o mote explicativo e privilegiado para a pobreza e o flagelo daquelas populações.

[...]

A recorrência de períodos de estiagem, muitas vezes, prolongadas, abriu a possibilidade para um discurso que se construiu a partir da seca [...]

Assim, a recorrência de longos períodos de seca não só explicava as agruras da população nordestina, mas deslocava para a natureza problemas sociais não criados, ao menos não prioritariamente, por ela, mas pelos próprios sujeitos sociais.

A força da criação desse Nordeste natural, principalmente a partir dos anos 30, se deu pela funcionalidade que ele possuía para a dinâmica de acumulação capitalista no Centro-Sul, por um projeto modernizador-autoritário implantado pelo Estado Varguista e pela própria dinâmica da economia nordestina.<sup>227</sup>

Em sincronia com os interesses desencadeadores da constituição histórica desse Nordeste do atraso, aparece a migração. Esta seria, portanto, conveniente a tais interesses, possuindo “[...] um conteúdo de distensão social [...]”<sup>228</sup> E, como tal, ela passa a ser explicada a partir de concepções que a vinculavam à seca. Esse pensamento, no entender de Isabel Cristina Guillen, foi preponderante para que os migrantes passassem a ser vistos e

<sup>225</sup> As expressões destacadas aparecem, respectivamente, nos registros correspondentes às notas de número 119, 121 e 140 da presente dissertação.

<sup>226</sup> PAIVA, Odair da Cruz, *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*, p. 200.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 200-202.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 203.

representados como “grandes vítimas, produtos de uma condição ambiental. Uma produção intelectual, enfim, que destituía os migrantes da condição de sujeitos, transferindo-a para a seca”.<sup>229</sup>

Dessa forma, às representações do migrante enquanto seres miseráveis e pobres, uma vez que são oriundos de um Nordeste atrasado, juntam-se outras, como a que lhe atribui o qualificativo de flagelado pela seca.<sup>230</sup> Em consonância com essas imagens e discursos estereotipados, a Sociedade Beneficente Brasil Unido absorveu todo esse aparato imagético e discursivo inerente a um Nordeste preconceitosamente concebido, de modo que passou a reproduzi-lo, deixando vir à tona a visão que seus dirigentes tinham dos amparados pela entidade. Assim, os destinatários de suas ações de amparo eram vistos como pobres, miseráveis e também vítimas da seca, consolidando o tripé representativo da ideia de um Nordeste do atraso.

No ofício de agradecimento ao famoso cantor Luiz Gonzaga, pelo *show* realizado em benefício da entidade,<sup>231</sup> o seu presidente, Aprígio Bernardino de Salles, ressaltou o trabalho desenvolvido por sua cúpula, (“pleiade de idealistas e visionários”, segundo ele), em prol daqueles que “injustamente são vitimas [...] da crueza da propria natureza, vendo-se obrigados a deixarem o seu torrão natal”.<sup>232</sup>

---

<sup>229</sup> Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. In: CAVALCANTI, Helenilda; BURITY, Joanildo (Org.). *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Massangana, 2002. v. 1, p. 226-236.

<sup>230</sup> Às representações do nordestino miserável, pobre e flagelado pela seca junta-se também a do nordestino violento. Mariza Romero, ao propor, em sua tese de doutorado, o estudo das representações formuladas, entre as décadas de 1950 e 1970, pelo *Diário da Noite* junto às classes populares, dedica espaço às discussões relativas ao modo como tal jornal contribuiu para a construção daquela imagem do nordestino violento e irracional. De acordo com ela, o jornal, além da veiculação das representações do nordestino indigente, mendigo, molambo, farrapo (imagens que, aliás, se compatibilizavam com aquelas representações do nordestino miserável e pobre), criou também para ele uma nova representação: a do criminoso, “movido por uma crueldade inusitada e gratuita”. Como ela salienta, a referida imagem foi, cuidadosamente, construída a partir da repetição, quase que diária, de notícias que privilegiavam textos curtos e uma linguagem incisiva, delas surgindo o nordestino homicida. “[...] não se trata de narrativas longas, de ‘interesse humano’, não se busca a proximidade do leitor com o acontecimento, mas seu distanciamento, a vítima é descrita de forma sucinta, evitando-se os detalhes, a atenção do leitor deve focar-se no criminoso”. Além disso, esclarece ainda a professora que, em seus relatos de crimes, o *Diário da Noite* só destacava a procedência do criminoso quando este era de origem nordestina, “sendo os crimes cometidos por eles, invariavelmente, os mais graves: os de homicídio”. Cf. *Inúteis e perigosos: o Diário da Noite e a representação das classes populares – São Paulo (1950-1970)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 207-210.

<sup>231</sup> O *show* do cantor Luiz Gonzaga, em benefício da Sociedade Beneficente Brasil Unido, foi realizado em 23 de agosto de 1953, no Cine D. Bosco, em Vila Alpina, São Paulo, conforme ofício de agradecimento encaminhado pela entidade ao proprietário de tal sala de cinema, José Elias da Silva, pela colaboração prestada à organização do evento, “no qual tomou parte entre outros artistas, o grande cantor Patrício”. Cf. SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 6 set. 1953.

<sup>232</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, 21 set. 1953.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que a participação da Sociedade Beneficente Brasil Unido na campanha promovida em 1953, em favor dos nordestinos atingidos pelas secas, a qual foi analisada no capítulo 2, consistiu no ponto alto da visão que seus dirigentes cultivavam em relação ao povo do Nordeste, enquanto um ser que é vítima da natureza.

Na documentação surgida das articulações da entidade para viabilizar as arrecadações que moveriam a aludida campanha, a recorrente utilização de determinados termos e expressões serviram para propagar e, principalmente, reforçar essa visão, que, assim, não ficava restrita somente ao migrante amparado pela Brasil Unido, em São Caetano, uma vez que extrapolava os limites territoriais, firmando-se como uma concepção ou representação que seus dirigentes tinham do homem nordestino, em geral. Assim sendo, nos ofícios de agradecimento remetidos pela entidade a instituições que colaboraram com a campanha, tal concepção era constantemente veiculada, de modo que, via de regra, o discurso neles presente passou a privilegiar uma expressão que se tornou a própria síntese da finalidade da iniciativa em questão: o agradecimento era seguido por um “em benefício dos nossos irmãos nordestinos flagelados pelas secas”, ou ainda pela variável “em benefício dos nossos irmãos nordestinos tão rudemente atingidos pelas secas”.<sup>233</sup>

Vale esclarecer que essa visão representativa do nordestino enquanto vítima do flagelo provocado pela natureza não foi incorporada em São Caetano do Sul apenas pela Brasil Unido, o que é compreensível na medida em que ela era uma concepção que compunha o próprio imaginário social predominante no momento. Era uma representação disseminada sobre o homem do Nordeste. O ofício enviado pelo Diretório Municipal do PSP à direção da entidade constata isso, ao comunicar a sua adesão à “louvável campanha em prol dos nossos irmãos e patrícios do Norte, em luta contra os desígnios da natureza”.<sup>234</sup>

As representações do Nordeste da miséria, da pobreza e da seca e, consequentemente, do nordestino miserável, pobre e flagelado não são, para Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. [...] Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste,

<sup>233</sup> Ambas as expressões encontram-se, respectivamente, presentes nos ofícios destinados ao São Caetano Esporte Clube e à Escola de Corte e Costura Estrela Dalva, citados pelas notas de nº 171 e 169, respectivamente.

<sup>234</sup> O mencionado documento e os dois citados na nota acima foram apresentados no contexto das discussões relativas às práticas filantrópicas da Sociedade Brasil Unido, as quais foram feitas no capítulo 2. O ofício enviado pelo PSP à Sociedade Beneficente Brasil Unido foi citado na nota de nº 173.

passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos.<sup>235</sup>

Questionando a pretensa homogeneidade atribuída pela mídia ao Nordeste e ao nordestino, aquele historiador paraibano propõe o estudo da formação histórica do preconceito que é subjacente ao conjunto de enunciados a respeito daquela região e de seu povo. Ao apontar os caminhos, conjunturas e contextos nos quais esses enunciados preconceituosos foram originados, Durval Muniz de Albuquerque Júnior procura entender o modo como o Nordeste foi produzido, enfim, como se processou a sua invenção, tão fortemente incorporada e propagada por diferentes segmentos da cultura brasileira:

O que queremos estudar é como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de “verdades”, uma visibilidade e uma dizibilidade do Nordeste, que direcionam comportamentos e atitudes em relação ao nordestino e dirigem, inclusive, o olhar e a fala da mídia.<sup>236</sup>

E, de fato, as imagens formuladas acerca do Nordeste e do nordestino tornaram-se verdades, quer por força de interesses e motivações de caráter político, quer por ocasião do papel assumido pela mídia e por setores responsáveis pela produção e difusão do conhecimento e da cultura. Elas, ao serem apropriadas e propagadas, exaustiva e repetidamente, foram sendo incorporadas, chegando ao ponto de se tornarem imagens fixas e únicas. Daí a figura do nordestino encontrar-se atrelada à imagem da miserabilidade de um Nordeste assolado pela seca, o que faz com que ele seja sempre concebido e visto como retirante ou migrante que foge das condições naturais adversas de sua região natal. É como se essa fosse a única versão existente para as histórias e experiências envolvendo o nordestino, portador, assim, de uma trajetória homogênea e linear na cidade grande, para onde “refugiou-se”.<sup>237</sup>

A fixidez que tais imagens atribuem a questões e aspectos da vida do nordestino acaba por naturalizá-los, contribuindo para o reforço da concepção que considera a migração como algo natural ao homem do Nordeste, como se o migrar fosse a sua destinação. O problema

<sup>235</sup> A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2009, p. 31.

<sup>236</sup> Idem, p. 32.

<sup>237</sup> SALES, Telma Bessa. *Canudenses na cidade de São Paulo: memórias e experiências (1950-2000)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 21.

dessa ideia reside no fato de ela retirar do migrante “a sua condição de sujeito, como se migrar não fosse uma escolha, como se ele não tivesse vontade própria”.<sup>238</sup>

Conceber de tal maneira o nordestino e a própria migração significa ignorar a historicidade que engloba a condição de sujeito daquele ser e a questão dos deslocamentos, com suas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais. Considerar o homem do Nordeste sob as amarras das imagens fixas que recaem sobre ele significa contribuir para o reforço de preconceitos e estereótipos, como os alusivos às imagens da miserabilidade e do atraso, que se firmaram não só como “a memória única sobre aquela população [...], como passou a substantivar aquela economia, aquela sociedade, aquela cultura”, conforme pondera Marta Emisia Jacinto Barbosa.<sup>239</sup>

O preconceito difundido em relação ao nordestino assentou-se de forma tão contundente nas imagens estereotipadas da miserabilidade, que tal qualificativo não se contentou a expressar somente a condição de carência econômica ou material daquele povo, significando também a sua pouca ou nenhuma instrução, pela perspectiva dos paradigmas do letramento, da erudição e da educação formal, situação esta que acabou por classificá-lo como sendo um ser sem cultura. Essa categoria, assim concebida, destoa da acepção proposta por Raymond Williams, que a comprehende enquanto todo um modo de vida, intrínseco a cada realidade e conjuntura histórica.<sup>240</sup> Partindo dessa ideia, pode-se afirmar que cultura não é uma categoria estática, que se encontra segregada em uma esfera estanque às engrenagens da máquina social e de suas respectivas condições históricas. Pelo contrário. Pelo prisma de Williams, cultura é uma categoria dinâmica, que se insere nos processos de constituição do social, os quais englobam as diversas experiências vividas pelos sujeitos, em suas variadas relações históricas.

Mas, nos discursos estereotipados acerca do nordestino, o termo cultura foi apropriado como contraponto da ausência de escolaridade de boa parte daquela gente, transformada, assim, em pessoas incultas ou sem cultura. Esse qualificativo aparece, ao lado daquelas outras representações tradicionais a respeito do nordestino (ser miserável e pobre, vitimado ou flagelado pela seca), nos discursos proferidos pela cúpula da Brasil Unido. O estereótipo do nordestino sem cultura foi também incorporado pelos dirigentes da entidade, de modo que sua

<sup>238</sup> GUILLEN, Isabel Cristina Martins, Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica.

<sup>239</sup> *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

<sup>240</sup> *Marxismo e literatura*, p. 19.

reprodução e difusão contribuíram para a constituição da visão desse grupo no tocante aos migrantes amparados.

Tal representação ou visão que a Brasil Unido sustenta em relação ao migrante, enquanto um ser sem cultura, funciona, como aquelas outras concepções preconceituosas, como uma espécie de filtro ou termômetro das diferenças existentes entre dirigentes e amparados. Se, de um lado, estes últimos aparecem representados como seres incultos, por força de seu baixo ou nenhum grau de escolaridade, de outro, os integrantes da cúpula da Brasil Unido, em razão de seu bom nível de instrução, ocupavam cargos ou desempenhavam profissões que lhes rendiam projeção, respeito e uma boa condição socioeconômica em São Caetano do Sul, situação que torna compreensível o fato de ocuparem uma posição de vantagem ou hierarquicamente superior, no interior da entidade, diante daqueles migrantes amparados. As relações de poder disseminadas e respaldadas por tais diferenças ressaltam uma noção de cultura que, no entender de Muniz Sodré, deixa transparecer as distinções sociais, designando “[...] um padrão de excelência a partir das condições (materiais)”.<sup>241</sup>

A associação que a referida noção pressupõe entre cultura e uma boa ou confortável condição material cria elementos para que a cúpula da Brasil Unido seja vista como portadora de cultura (letrada), em virtude de sua projeção econômica, garantidora, por sua vez, de um padrão de vida bem distinto do dos migrantes amparados. Estes, por não usufruírem de tal “padrão de excelência”, seriam, naturalmente, vistos não apenas como seres sem cultura, mas também como pessoas “rudes” e “desorientadas”. Os dois qualificativos encontram-se imbricados no estereótipo que os representa como seres sem cultura, como se fossem uma extensão, um apêndice deste último. Vistos como rudes, desorientados, enfim, como seres sem cultura, os migrantes amparados deveriam passar por um processo de adaptação, refinamento ou lapidação, por meio da educação formal, da alfabetização. Daí a proposta de instituição de cursos de alfabetização ter figurado entre as principais iniciativas de promoção do amparo e, consequentemente, de inserção social, previstas pela entidade em relação ao migrante nordestino.

Essa proposta de fornecimento de condições ou meios para o letramento de setores populares não foi abraçada, todavia, somente pela Brasil Unido, uma vez que também fez parte de plataformas ou propostas encabeçadas por forças políticas da época. Mas, no caso específico da entidade estudada, o seu projeto educacional implicava na desqualificação das experiências e dos modos de vida dos migrantes.

---

<sup>241</sup> *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 20.

A condição de seres dotados de cultura habilitava os dirigentes da Brasil Unido para o comando do amparo em suas variadas facetas (práticas mutualistas e filantrópicas), como a condizente à alfabetização dos migrantes, legitimando as diferenças existentes entre ambos os grupos, na medida em que aquela cúpula só podia estar na condição de autora dos processos de instituição e distribuição das benefícias, enquanto aos migrantes incultos caberia apenas a condição de receptores da instrução formal e do amparo propostos pelos dirigentes da entidade.

Ao abordar a respeito do papel desempenhado pela escola criada pela Brasil Unido, Raimundo da Cunha Leite fornece, mais uma vez, um relato precioso para esta dissertação. Em suas considerações, ele evidencia e reforça essa condição do migrante de receptor do amparo, de grande necessitado, em suma, de um ser desprovido material e culturalmente. Cunha Leite inicia sua argumentação falando do início das atividades da entidade, quando ela ainda organizava suas reuniões em um restaurante situado em pleno centro de São Caetano:

Algumas reuniões ainda se fizeram no “Restaurante Arrelaro”, para logo depois vir a “Brasil Unido” alugar uma casa na rua Alagôas, de propriedade da família Macêdo, de velhas tradições em São Caetano do Sul. Ali, teve início uma das obras mais grandiosas da “Brasil Unido”, a instalação de uma escola, que [...] tem sido o que de melhor a Sociedade pôde fazer em favor da brava gente nordestina: oferecer-lhes cultura e orientação [...]

Daquela escolinha dos idos de 1951 [...], surgiu a grande obra e da qual a “Brasil Unido” tanto se orgulha: sua escola.

[...] os Cursos Supletivos da “Brasil Unido” [...] têm sido uma verdadeira ourivesaria, onde pedras preciosas ali têm sido lapidadas [...]

Muitos que ontem eram semi-alfabetizados, rudes e desorientados, ocupam hoje lugares de destaque na vida pública e social desta cidade.

[...] a chama acesa pelo Dr. Jorge de Souza Muniz Ferreira e sustentada por tantos homens de boa fé, continua a oferecer calor humano, amparo e cultura a quantos delas precisam. [...]<sup>242</sup>

É importante destacar que, no citado relato, Raimundo da Cunha Leite reserva qualificativos aos migrantes, como os representados pelos termos “brava gente nordestina” e “pedras preciosas”, os quais se opõem não só às expressões que os consideram seres “rudes e desorientados”, mas também a outras de igual conteúdo pejorativo e preconceituoso, que eram normalmente emitidas pela instituição. O fato de ter sido localizado em outros registros, como, por exemplo, nos atinentes ao Livro de Benefícias da entidade, termos que revelam o respeito de seus dirigentes para com os amparados, que, assim, aparecem representados como patrícios, irmãos do Norte e Nordeste e chefes de família dispostos ao trabalho, evidencia a visão ambígua da Brasil Unido frente aos migrantes beneficiados por suas ações.

---

<sup>242</sup> Assim nasceu a “Brasil Unido”. *Boletim Informativo Brasil Unido*, n. 1, p. 1-2.

Embora tenha sido constatada essa ambiguidade, achei conveniente enfatizar, nesta subseção, as concepções da instituição que representam os migrantes nordestinos de maneira preconceituosa e estereotipada. Além de estarem em pleno diálogo com as representações que faziam parte do imaginário da época a respeito do homem do Nordeste, tais concepções da Brasil Unido adquiriram ainda uma dimensão maior frente aos propósitos da pesquisa, por integrarem, frequentemente, os discursos proferidos por sua direção para justificar a importância ou a necessidade das propostas e iniciativas empreendidas pela entidade.

O pensamento de Raimundo da Cunha Leite, expresso no relato mencionado acima, encontra eco em documentos redigidos por ocasião da oficialização de solicitações de auxílios financeiros, por parte da cúpula da entidade, junto às autoridades políticas. Neles, se sobressaem os discursos a partir dos quais a direção da Brasil Unido concebia os processos migratórios de nordestinos como um fenômeno que se verificava de maneira desajustada, provocando, assim, o surgimento de sérios problemas, tanto em relação ao nordestino, quanto no tocante ao estado de São Paulo.

Integra esse rol documental o ofício remetido ao então presidente da República, Getúlio Vargas, para fins de obtenção de um empréstimo no valor de cinco milhões de cruzeiros, tendo em vista o ambicioso projeto da construção de um abrigo para os migrantes, empreendimento que passou a movimentar o grupo dirigente da Brasil Unido já desde o início de suas atividades. Em tal documento, Cunha Leite, presidente da entidade na época, expõe, com o propósito de justificar e de tornar autêntica a natureza daquele pedido de empréstimo, os compromissos da Brasil Unido, salientando a ideia do abrigo. No seu dizer, a entidade almejava, unicamente, “amparar e assistir o elemento nordestino, que, desajustadamente vem para São Paulo, onde, em face do seu desequilíbrio social, econômico e profissional, sofre tremendamente [...]”.<sup>243</sup>

E essa concepção de que os migrantes nordestinos vinham desajustadamente para São Paulo, visão que constitui traço indicativo da integração do grupo dirigente da Sociedade Brasil Unido ao desenvolvimento da região e de sua adesão ao discurso a ele inerente, caracterizando a sua fala como sendo a de nordestinos-paulistas, rendeu-lhes uma preocupação com a inserção daqueles migrantes em seu novo ambiente de moradia, conforme os padrões culturais aí vigentes. Dentro desse contexto, considerações com o seguinte teor revestem-se de sentido:

É desejo nosso [...] darmos ao elemento nordestino, não só abrigo e alimentação, mas também, orientação e assistência profissional, social,

---

<sup>243</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1954.

médico-preventiva, hospitalar e cultural, capacitando-o ao novo meio, onde, por circunstâncias diversas, tem que ajustar-se para a conquista de condições melhores, justamente ambicionadas pelos homens de bem.<sup>244</sup>

À cúpula da Sociedade Beneficente Brasil Unido caberia, portanto, a tarefa de conduzir o migrante “sem cultura”, “miserável”, “rude”, “desorientado” e “desajustado” em seu processo de adaptação à sua nova realidade. Tal grupo, na medida em que era formado por homens cultos e de boa fé, como a própria cúpula se enxergava e se descrevia, legitimaria e viabilizaria essa adaptação:

[...] um grupo de homens de boa fé, aqui em São Caetano do Sul, há anos, fundou uma sociedade com a denominação de Sociedade Beneficente “Brasil Unido” – que se destina a proporcionar, [...], assistência moral, intelectual, educacional, médica, dentário, profissional e jurídica aos desamparados, oriundos dos demais Estados do Brasil, dando-lhes, graciosamente, a orientação e apôio de que necessitam, para se adaptarem à vida que São Paulo oferece”.<sup>245</sup>

A proposta da adaptação, em virtude da importância de que se revestiu no contexto geral da política de amparo da Brasil Unido, foi contemplada pelos estatutos da entidade entre as principais beneficências aconselháveis e estipuladas por sua cúpula. A alínea A do item 1º do artigo 1º do regimento estatutário da instituição, assim a previa: “Abrigo para os imigrantes brasileiros, orientando os mesmos e adaptando-os aos usos e costumes do Estado”.<sup>246</sup>

O forte teor que a referida proposta traz cria, inevitavelmente, condição para que a discussão seja conduzida rumo a uma comparação, mesmo que de forma superficial, entre a Brasil Unido e as entidades classificadas como mutuais étnicas. Estas, como afirma Cláudia Maria Ribeiro Viscardi,

[...] funcionavam como verdadeiros aparelhos de reforço da identidade étnica, ameaçada pela sua imersão no “novo mundo”. [...] O grande contingente imigrante que veio para o Brasil, [...], principalmente a parcela que se estabeleceu nos centros urbanos, permaneceu à margem. Desta forma, a organização de associações cujo princípio era a segregação de seu grupo em relação ao demais funcionava como mecanismo de preservação e reforço de sua identidade de origem.<sup>247</sup>

Se as entidades mutualistas étnicas preconizavam a preservação da identidade de origem de seus associados, o que, fatalmente, as remetia para o tratamento de questões

<sup>244</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1954.

<sup>245</sup> Idem. *Ofício*. São Caetano do Sul, set. 1957.

<sup>246</sup> Idem. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 1.

<sup>247</sup> Mutualismo e filantropia. *Locus: Revista de História*, v. 10, n. 1, p. 109.

culturais ligadas aos modos de vida, hábitos, crenças e costumes de seu corpo associativo, a Sociedade Beneficente Brasil Unido se posicionava, pelo menos nesse aspecto de cunho cultural, na contramão de tais entidades.

Ficou claro, em razão do que a documentação apresentada até o momento evidenciou e sugeriu, que a Brasil Unido não atuava no sentido de apoiar os nordestinos que dela recebiam o amparo, tendo em vista uma proposta de resguardo e proteção de seus valores ou costumes, a partir, por exemplo, da promoção de festas ou eventos que possibilitassem a valorização de elementos da cultura de origem do migrante, como a sua culinária, as suas devoções, dentre outras manifestações.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que o único registro encontrado a respeito dos eventos organizados pela Brasil Unido diz respeito ao Livro de sua Comissão de Festas, relativo ao período de 1951 a 1954. As atas que o compõem informam que os principais eventos que tal comissão promovia, com o intuito de levantar fundos para os cofres da entidade, eram bailes de confraternização e convescotes. Informações que poderiam me sugerir algum esforço de sua diretoria no sentido de um diálogo com aspectos da cultura nordestina, como os relativos aos tipos de música, dança e comida que faziam parte dessas ocasiões festivas, não aparecem nos registros daquele livro. Portanto, o que existe de concreto, no conjunto documental pesquisado, no que tange à cultura, é a proposta da entidade de empreender iniciativas voltadas para a adaptação dos migrantes à sociedade de São Caetano do Sul, em conformidade com os parâmetros culturais lá vigentes.

Em nome da inserção social de tais migrantes, o comando de ações dessa natureza era defendido e justificado pela direção da entidade. Se a promoção da almejada inserção de nordestinos na sociedade sul-sancaetanense trazia à tona uma série de questões condizentes à sua condição de migrantes, tais como os problemas de ordem social e econômica, representados por aquela gama clássica de imagens e discursos estereotipados a seu respeito, nada mais compreensível que os meios estabelecidos pela cúpula da Brasil Unido para a consecução daquela inserção social dos migrantes se firmassem de um modo que pudessem, ao menos, amenizar os preconceitos sofridos por eles.

E amenizar as investidas preconceituosas significava, para os dirigentes da entidade, fornecer condição para a entrada do migrante no mercado de trabalho da cidade, principalmente no seu emergente parque industrial. Para tanto, era preciso, primeiro, prepará-los, minimamente, alfabetizando-os, apresentando-os ao mundo letrado, tão caro e imprescindível para que pudessem deixar de ser pessoas “sem cultura” e, portanto, sem

condições de exercerem atividades profissionais garantidoras de bons salários e, consequentemente, de uma inserção ou projeção social na localidade. A cultura letrada, nessa perspectiva, não servia, apenas, como porta de entrada para essa inserção ou projeção social. Ela era, antes de tudo, uma das expressões da vida urbana. Era parte integrante da cidade. Encontrava-se vinculada a ela. Atenta a essa estreita associação, Heloisa de Faria Cruz concebe a cidade enquanto espaço da cultura letrada, que tem no exercício da escrita e da leitura “dimensões importantes das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna”.<sup>248</sup>

A oferta de cultura letrada, no entendimento dos dirigentes da Brasil Unido, era o meio a partir do qual o migrante teria condição de se inserir na sociedade de São Caetano e nos próprios ditames inerentes à vida urbana. De acordo com o baiano Cunha Leite, a entidade, ao propor o oferecimento de cultura e orientação ao migrante nordestino, estaria preparando-o para uma vida melhor, “mormente quando o grande problema daquela gente era exatamente a falta de melhores conhecimentos e condições para enfrentar a disputa de lugares e posições que na época já começava a surgir”.<sup>249</sup>

Essas considerações refletem o pensamento da Brasil Unido quanto à sua consciência acerca do papel da educação formal na questão da entrada do migrante no mercado produtivo de São Caetano. A concessão de meios para a instrução do migrante, por força disso, foi parte integrante do projeto maior proposto pela entidade, a partir de suas variadas ações de amparo: o da inserção social do nordestino. Tal proposta compreendia, por sua vez, a sua adaptação aos usos e costumes de uma cidade como São Caetano, que, quando do surgimento da Brasil Unido, já se apresentava como uma localidade cujo ritmo de vida era urbano e industrial, com seus padrões culturais correspondentes às exigências da técnica, da qualificação e do preparo. Estes eram os requisitos que deveriam ser preenchidos pelos postulantes a integrantes de um sistema econômico que primava pela concorrência, pela especialização e pela alta produtividade. E, para a cúpula da Brasil Unido, a integração do migrante a essa complexa dinâmica social, econômica e cultural, seria inviável sem a mediação da educação e da instrução, os caminhos indispensáveis para a “fácil adaptação aos usos e costumes deste extraordinário Estado de São Paulo”.<sup>250</sup> Prepará-lo para essa adaptação equivale a dizer que o compromisso da entidade era para com a habilitação do migrante, tendo em vista a sua admissão nas grandes indústrias da cidade. Ao pensar e proceder de tal forma, a Brasil Unido

<sup>248</sup> *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ, 2000, p. 23.

<sup>249</sup> Assim nasceu a “Brasil Unido”. *Boletim Informativo Brasil Unido*, n. 1, p. 2.

<sup>250</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício de solicitação de empréstimo à Caixa Econômica do Estado de São Paulo*. São Caetano do Sul, 1961.

mostrava-se aderir ao projeto que objetivava modernizar o Brasil, a partir da industrialização, símbolo maior do progresso e da modernidade vislumbrados.

Nesse contexto, necessário seria inserir, no referido projeto, a população rural (migrante), que, excluída dos benefícios trabalhistas, teve sua imagem associada à de uma “gente desvalida, dócil e sem instrução – a parte fraca de um Estado que sonhava em ser potência continental”, como argumenta Antonio Luigi Negro<sup>251</sup>. Raimundo da Cunha Leite expõe, nessa perspectiva, como a Sociedade Brasil Unido poderia contribuir, mesmo que apenas nos pequenos limites do município de São Caetano, com um projeto do porte e da abrangência daquele, qualificando os desvalidos nordestinos e transformando-os em mão de obra para o parque industrial local:

[...] nós criamos a escola com o sentido de fazer com que esses migrantes se tornassem profissionais habilitados. Mas não só para eles deixarem de ser serventes, pedreiros, mas sim para trabalharem em indústrias de grande porte. E os que não conseguiam ingressar nelas, a Brasil Unido buscava colocá-los em outras indústrias, outros empregos [...]<sup>252</sup>

Não foi à toa, portanto, que a entidade tratou de prever em seus estatutos, entre as benefícias que julgava aconselháveis à promoção do amparo ao migrante, a instituição de cursos de alfabetização, técnicos e secundários.<sup>253</sup> Ficou constatado que a Brasil Unido conseguiu instituir, com o auxílio do Sesi, o curso de alfabetização de adultos. Os outros dois que foram também previstos não chegaram a se concretizar, pelo menos não no período estudado pela pesquisa.

Independente da instituição ou não desses outros dois cursos, é fato que os dirigentes da entidade creditavam uma considerável importância à educação. Tal posicionamento aparece evidenciado, de maneira notória, no ofício enviado, em dezembro de 1953, ao então Ministro da Educação, Antonio Balbino, com a finalidade de lhe solicitar apoio para a manutenção e expansão dos cursos de alfabetização de adultos mantidos pela Sociedade Brasil Unido. Além de expressar sua opinião quanto ao papel do saber dentro da proposta de amparo da entidade, o presidente Aprígio Bernardino de Salles torna também público o seu olhar em relação aos não letrados, ou seja, os analfabetos, representação esta que se encontrava em plena sintonia com a própria concepção mantida pela cúpula da entidade junto

<sup>251</sup> Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 406.

<sup>252</sup> Informação coletada durante a entrevista concedida a mim por Raimundo da Cunha Leite, em 10 de setembro de 2009.

<sup>253</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950, p. 1.

aos migrantes “sem cultura”. Ao expor ao ministro, em linhas gerais, os princípios norteadores do amparo proposto pela entidade ao nordestino, Bernardino de Salles deixa claro: “Faz parte deste amparo aquele que reputamos como o maior e melhor de todos que é: o saber”.<sup>254</sup> Em outro trecho do ofício em questão, aparece, como contraponto e algo limítrofe e tênue às ações de amparo da Brasil Unido, a representação preconceituosa formulada contra os que não integravam o mundo da cultura letrada, ou seja, “o infeliz brasileiro analfabeto”, cuja recuperação consistiria em uma “garantia de um futuro feliz e seguro para o nosso querido Brasil”.<sup>255</sup>

O compromisso com a inserção do migrante nordestino na sociedade de São Caetano do Sul fez com que o grupo dirigente da Brasil Unido elegesse o letramento como o meio eficaz para tal, o caminho a partir do qual a almejada adaptação aos usos e costumes locais se efetivaria. Os esforços da entidade no sentido da promoção dessa adaptação do migrante pressupõem a existência de modos de vida díspares entre a sua região de origem e o município de São Caetano. Se a preocupação da cúpula da Brasil Unido era com a integração do migrante no meio social dessa cidade, que, no entendimento desses dirigentes, não poderia ser cogitada sem a incorporação dos paradigmas culturais lá vigentes, pode-se considerar que tal posicionamento se coaduna com o que Raymond Williams chamou de tradição seletiva: “uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural”.<sup>256</sup>

Para viabilizar a adaptação do migrante aos usos e costumes de São Caetano do Sul, a direção da Brasil Unido não teve de lidar com todo um estoque de tradições, crenças, experiências e modos de vida trazidos nas bagagens culturais dos nordestinos amparados por ela? Com base nesse questionamento, é possível se falar no encontro que o esforço da entidade em prol da adaptação do migrante promoveu entre os modos de vida inerentes a ele, os quais seriam traços residuais de uma cultura distinta, em certos aspectos, em relação aos modelos culturais da urbanizada e industrial São Caetano do Sul, e o ritmo de vida intrínseco a tal cidade, que se põe como emergente em face da cultura do migrante. Permeando esse encontro entre o residual e o emergente, encontram-se os esforços empreendidos pela entidade para adaptar o nordestino aos usos e costumes da localidade. Daí ganhar sentido a ponderação

<sup>254</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, 3 dez. 1953.

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> *Marxismo e literatura*, p. 118.

de que a Sociedade Beneficente Brasil Unido atuou, nessa perspectiva, nos moldes das articulações que configuram ou sugerem um exercício de tradição seletiva.

Nessa prática, a sua cúpula posicionou-se hegemonicamente, visto que estipulou os parâmetros do processo de adaptação do migrante à sociedade sul-sancaetanense, permeando a tensão resultante de tal processo, por força do encontro ensejado entre o residual e o emergente. Partindo da ideia de Williams, segundo a qual a constituição de processos culturais é essencialmente hegemônica, impossível, assim, não conceber os esforços dos dirigentes da Brasil Unido, no sentido da adequação cultural do migrante nordestino às especificidades dos modos de vida de São Caetano do Sul, enquanto um processo hegemônico modelador da realidade daquele migrante.

Para se ter uma pequena, mas contundente, noção dos problemas que as diferenças existentes entre os universos culturais do migrante e da região em que se instalou podiam gerar, cumpre destacar uma nota publicada pela *Folha do Povo*, a partir da qual os “nortistas” eram, em tom imperativo, incumbidos da seguinte missão: “Nortista! Deves examinar a conduta dos teus conterrâneos, orientando-os e corrigindo-os quando errados estiverem”.<sup>257</sup>

A aludida nota corrobora as considerações feitas no tocante às questões das representações estereotipadas acerca dos migrantes nordestinos, as quais se encontram presentes nos discursos dos dirigentes da Brasil Unido, e também no que concerne ao posicionamento assumido por tal cúpula frente ao amparo daqueles migrantes. A citada nota, ao sugerir ou cogitar a existência de tensões decorrentes de prováveis reprovações, por parte de moradores da região, em relação a atitudes ou comportamentos assumidos por nordestinos, traz à baila o problema do preconceito, enquanto questão indissociável às diferenças culturais que envolvem migrantes e não migrantes, nordestinos e não nordestinos.

Pode parecer pesada e mesmo uma contradição a afirmação de que os dirigentes da Brasil Unido, que, em sua maioria, era de origem nordestina, proferiam discursos preconceituosos contra os seus próprios conterrâneos e amparados. Todavia, essa hipotética contradição se reveste de sentido, tornando-se aceitável e compreensível, se for levada em conta a inserção social vislumbrada pela entidade junto ao migrante. Uma inserção que, no entender de sua direção, não teria como se verificar fora dos padrões econômicos, sociais e culturais em vigor no município de São Caetano, o que explica, assim, a adoção, por parte da instituição, de iniciativas que pregavam a adaptação do migrante aos usos e costumes locais. Se, por um lado, os discursos que procuravam legitimá-las apresentavam um teor que estava

---

<sup>257</sup> NOTA. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, n. 365, 1<sup>a</sup> página, 29 maio 1953.

em perfeita consonância com os enunciados imagéticos e discursivos constitutivos das representações a respeito do Nordeste e do nordestino, por outro, tais discursos traziam um apelo à tentativa de, pelo menos, amenizar as investidas preconceituosas contra tais nordestinos, a partir de sua integração ao meio, tanto social e economicamente, o que compreenderia a sua entrada no mercado produtivo da localidade, quanto culturalmente, fato que se harmonizaria com a proposta de alfabetização dos migrantes “rudes”, “desorientados” e “sem cultura”, que, ao serem apresentados ao mundo das letras, enfim, ao refinamento da cultura letrada, estariam aptos a galgar posições na sociedade sul-sancaetanense, tornando-se, portanto, adaptados aos seus usos e costumes.

Diante do que foi apresentado e discutido nesta subseção, é bastante evidente que o enfrentamento das questões que afligiam o migrante deu-se, por parte da entidade, por meio da incorporação de elementos constitutivos das engrenagens da complexa dinâmica do sistema político. Articulados na boa sociedade local, os dirigentes da Brasil Unido estabeleceram os alicerces de suas ações de amparo, o que lhes rendeu posicionamentos que explicam, por exemplo, a emissão de discursos preconceituosos em relação ao migrante nordestino, os quais estavam fundados nas já historicamente consolidadas imagens estereotipadas sobre o homem do Nordeste.

### **3.2 “Beneficiar aos que necessitam”: a Sociedade Beneficente Brasil Unido por seus amparados**

O modo como a cúpula da Sociedade Beneficente Brasil Unido concebia as ações que ela comandava é o fio condutor rumo ao discurso proferido por seus amparados no que tange à atuação da entidade junto a eles. A concepção que os dirigentes tinham em relação ao compromisso que assumiram, por força do comando das iniciativas de amparo propostas pela Brasil Unido, ressoa na própria maneira como os migrantes a enxergavam. Isso porque ambas as visões se harmonizavam, apresentando um conteúdo enaltecedor dos feitos postos em prática pela cúpula da instituição em sua “luta altruística”, conforme descrição presente em um ofício elaborado, no início da década de 1950, para comunicar o desligamento de sócios em débito com a entidade.

A constatação dessa perfeita sintonia entre os discursos proferidos por dirigentes e amparados ratifica as diferenças existentes entre tais grupos, reforçando e legitimando as relações de poder processadas em razão dos abismos e antagonismos entre a difícil e conturbada realidade do migrante e a promissora e estável situação dos integrantes da cúpula da entidade. São essas diferenças que acabaram por configurar a fisionomia do discurso proveniente de dois nordestinos beneficiários das propostas da Brasil Unido, o qual possibilitou, a partir de seus elementos peculiares, a leitura da entidade pela perspectiva da visão de seus amparados.

Antes da apresentação dos documentos que trazem os discursos daqueles dois beneficiários da política de amparo da Brasil Unido, cumpre a divulgação, na íntegra, de uma carta redigida por Joel Guimarães, um dos diretores da entidade, no período 1954-1955. Partindo do princípio de que a concepção da cúpula sobre a instituição dialogava com a dos amparados, torna-se oportuna, em um primeiro momento, a discussão de tal carta, como uma espécie de preâmbulo para as questões atinentes à presente subseção.

Joel Guimarães a redigiu em nome dos alunos do curso de alfabetização da Brasil Unido, como um agradecimento destes pela realização de tal iniciativa. Na carta, há, portanto, uma convergência entre a visão daquele dirigente e a dos alunos beneficiados. Visões que se mesclam e se complementam num discurso que glorifica e atribui heroísmo aos principais responsáveis pela condução da Sociedade Brasil Unido. O seu teor, nesse sentido, chega a apresentar um apelo poético e comovente, ao descrever a realidade do migrante e a missão da entidade para com ele:

Foi nesta terra bendita de Piratininga que nasceu, cresceu e floresceu a Sociedade Beneficente Brasil Unido.

Esta, tem por finalidade, suavisar os momentos cruciantes daqueles que pelos revéses da sorte ficam nas Gales das estações ou pelos bancos tóxicos dos jardins.

É também patrocinadôra de um curso de alfabetização sob os auspícios do “Sesi”, o qual tem como professôra a DD. Sra. Joana Leite Lacerda, que se transformando em uma heroína, nos faz lembrar Joana D’arc, a mulher que salvou a França, sua pátria. E se a “Brasil Unido” alcançou o píncaro da glória, cabe aos seus dirigentes este louvor, pois atiraram-se à luta intransigente, sem interesse pessoal, sem visão de glória a não ser o bem da coletividade. E como prova de reconhecimento e sincera coesão, os alunos do curso acima citado agradecem por intermédio deste jornal à todos que abnegadamente têm cooperado para a grandiosa obra que abraçou a “Sociedade Brasil Unido”.<sup>258</sup>

---

<sup>258</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Carta*. São Caetano do Sul, 1954-1955.

A referida carta é bastante representativa do quanto os processos de constituição de memórias se fincam em fontes históricas que expressam um conjunto de interesses e de intenções dos sujeitos que as originaram, sob as condições de uma determinada conjuntura. Ou, como pondera Jacques Le Goff, todo documento é também monumento.<sup>259</sup>

O conteúdo da carta acima mencionada colabora para a construção da memória da cúpula da Brasil Unido, uma memória que se quer gloriosa e heroica, o que pode, seguramente, ser sugerido pelas expressões enaltecedoras empregadas por seu autor. Mesmo que não tenha sido encontrado nenhum registro que pudesse revelar, explicitamente, a obrigatoriedade da veiculação ou divulgação de práticas de engrandecimento das ações do grupo dirigente da entidade, como essa expressa pela carta de Joel Guimarães, é possível supor que esse tipo de prática era comum nos bastidores da Brasil Unido, servindo até como uma orientação aos seus gestores no sentido da consecução de uma maior visibilidade dentro e fora do município de São Caetano.

Não apenas a documentação apresentada ao longo da dissertação, principalmente a concernente às solicitações de auxílios para os empreendimentos da entidade, nas quais a sua cúpula, ao expor todo o rol de benesses executado por ela, acabava por se engrandecer e, assim, propagar uma memória grandiosa de si própria, como também um manuscrito, da década de 1950, respaldam aquela minha suposição, dando a ela credibilidade e fundamento.

Com um conteúdo muito parecido com o daquela carta assinada pelo dirigente Joel Guimarães, o aludido manuscrito, de autoria de Nelson Porfírio do Nascimento,<sup>260</sup> aluno do curso de alfabetização oferecido pela Brasil Unido, revela como ela era vista pelo amparado em questão, contribuindo, por conseguinte, a partir das representações trazidas à tona, para o próprio reforço da memória heroica dos responsáveis pela direção da instituição. Tal memória era, assim, constituída pelas representações advindas do modo como os próprios dirigentes se concebiam e se apresentavam e também provinha da maneira como os amparados os enxergavam. Dessa forma, ambos os grupos, em virtude da convergência dos olhares que projetavam sobre as ações que propunham e recebiam, colaboravam para o processo de construção da memória da própria entidade. Abaixo, segue a transcrição integral do

<sup>259</sup> *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 545.

<sup>260</sup> Nelson Porfírio do Nascimento foi sócio da Sociedade Beneficente Brasil Unido. Contudo, não há registros que possam indicar, com segurança, se, quando ele redigiu o manuscrito em questão, já era membro do corpo associativo da entidade. O certo é que ele veio a integrar, no final da década de 1960, a sua direção, na qualidade de 1º secretário. Embora a entidade não exigisse dos alunos de seus cursos de alfabetização o ingresso em seu quadro de sócios, a pesquisa conseguiu constatar que alguns outros nomes de beneficiários de tais cursos foram também associados da Brasil Unido, dentre eles, Antônio Porfírio de Andrade, Nicolau Delic e José Gomes. Todos eles, a exemplo de Nelson Porfírio do Nascimento, chegaram a desempenhar funções na direção da entidade, num dado momento de sua história.

manuscrito de Nelson Porfírio do Nascimento, documento que ajuda a compor a visão daqueles que se posicionavam, nas relações com a direção da Brasil Unido, como receptores ou destinatários das suas iniciativas de amparo:

À Sociedade Beneficente “Brasil Unido”

Figura em São Caetano do Sul, a Sociedade Beneficente “Brasil Unido”, cujo lema é beneficiar aos que desamparadamente necessitam.

Esta Instituição foi fundada a 2 de julho de 1950, por homens que sentindo de perto a necessidade daqueles que desalojados perambulam pelas ruas e que não tem outro leito senão a fria calçada nua ou a insalubridade das sargentas. Diante disto, a “Brasil Unido” tomou a si essa tarefa cuja jornada decorreu até o momento com êxito satisfatório. Amparar, proteger e beneficiar, levando ao necessitado arrimo e conforto, é o altruístico lema da “Brasil Unido”.

Sentimento nobre é digno de nosso louvor. É portanto a expreção máxima filantropia. Esta semente uma vês plantada dia a dia cresse e há de cresser muito mais para assim auxiliar aos que impostos pêla inclemência da vida batem a sua porta. A Sociedade Beneficente “Brasil Unido” não tem obstinação de côr raça nem religião. Recebe todos que dotados de bons sentimentos e sem interesse pessoal queiram cooperar com o engrandecimento da Pátria brasileira. Esta sociedade conta com 2 cursos de alfabetização de adultos inteiramente grátis sob os auspícios do “SESI” que muito tem colaborado com esta entidade. Um dos referidos cursos está instalado em sua sede social a Rua Alagôas 403, que tendo como dirigente a DD. Prof. Joana Leite Lacerda que desimpenha do melhor modo possível a sua função de educadôra, e muito tem trabalhado em prol da referida sociedade. Senhores de São Caetano e do Brasil, a S.B.B.U, trás em si união e pás social, irmanando brasileiros do Sul a Norte, sem distinção de classe. Ajude a Sociedade Beneficente “Brasil Unido” a ajudar você.<sup>261</sup>

Nelson Porfírio do Nascimento coloca em relevo a face altruística da Brasil Unido, ressaltando a sua missão filantrópica na concessão de amparo e proteção aos necessitados. É interessante frisar que esse antigo aluno do curso de alfabetização da entidade fala em necessitados e não especificamente em nordestinos, quando alude aos beneficiários das ações da instituição. Levando em consideração que a Brasil Unido tinha como fim original a promoção do amparo junto a migrantes provenientes do Nordeste e que, mesmo diante de seu princípio universalista da não distinção daqueles que deveriam receber suas benefícias, segundo critérios de raça, classe social e credo religioso, o termo “necessitados” empregado no manuscrito serve para designar todos aqueles que se encontravam em situação avessa à dos dirigentes da Brasil Unido, como os migrantes nordestinos, por exemplo.

---

<sup>261</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Manuscrito*. São Caetano do Sul, década de 1950.

Os problemas que compunham a realidade de tais migrantes criavam condição para que fossem vistos e representados como necessitados, indigentes e mendigos, que “perambulam pelas ruas”, como salientou Nelson Porfírio. Se, por um lado, essa concepção serve para reforçar a imagem pejorativa existente sobre o migrante nordestino, por outro, ela origina, necessariamente, a representação da Brasil Unido enquanto uma entidade destinada, desinteressadamente, à proteção desse migrante necessitado, puramente em nome do ideal altruísta e filantrópico, o que enobrece a trajetória dos responsáveis pelo comando da entidade. Dessa forma, não há como mencionar acerca da condição de seres necessitados de amparo dos migrantes sem, necessariamente, referir-se à face protetora e nobre daqueles que se encarregavam de colocar em prática as ações da Brasil Unido destinadas a ampará-los. Ambas as condições são faces de uma mesma moeda. O destaque a uma delas acarreta, inevitavelmente, a ênfase à outra situação ou condição.

Cumpre ainda salientar que, no manuscrito ora em análise, Nelson Porfírio do Nascimento concebe também a Brasil Unido como uma entidade que colabora com o “engrandecimento da Pátria”, trazendo, por força de seus valorosos compromissos, união e paz social. Essa representação da entidade enquanto instituição colaboradora da pátria é corolário do ideal de integração e desenvolvimento difundido pela cúpula da entidade. Ideal que se reflete na própria denominação da associação: Brasil Unido.

Um ofício, encaminhado ao então governador do Pará, Magalhães Barata, evidencia os pilares desse ideal, no contexto de uma curiosa, mas compreensível solicitação feita à referida autoridade, diante da filosofia progressista que embasava, ideologicamente, os fins almejados pela instituição. Trata-se da solicitação de uma bandeira daquele estado, pedido este feito também, na mesma ocasião, aos demais estados brasileiros, não apenas aos do Norte e Nordeste. Todas essas solicitações apresentam o mesmo teor. Mas, para pontuar a elucidação do assunto, segue o pedido formulado junto ao governador do Pará. Seguindo o protocolo, houve, antes da explicitação da solicitação, a apresentação da entidade, com destaque para as suas finalidades e propostas, dentre elas:

[...]

Inclui-se nas suas lides, a instrução cívica, o culto à vida e à História-Pátria; neste sentido, vimos à presença de Vossa Excelência solicitando a gentileza de nos presentear com uma bandeira dêsse grande Estado, em tamanho oficial; pois a mesma, ao lado das demais, dos outros Estados, virá ilustrar a nossa coleção, que simboliza o espírito do nosso augusto lema: “Brasil Unido”.-

Honra-nos sobremodo, Senhor Governador, essa oferta que esperamos de Vossa Excelência, pois, com ela, aos filhos dêsse nobre Estado, que aqui vivem e mourejam à sombra do nosso emblema, poderemos oferecer a

oportunidade de conhescerem, de respeitarem, de amarem o símbolo do Estado natal, que merece, como a brasileira, de todos nós, culto e veneração. [...]<sup>262</sup>

O outro documento que ajuda a constituir a concepção que os amparados cultivavam em relação à cúpula da Brasil Unido diz respeito a uma carta remetida pelo sócio Deusdete do Nascimento Rêgo ao então presidente da entidade, o médico Jorge de Souza Muniz Ferreira. Apresentada, parcialmente, no capítulo 2 da dissertação, mais precisamente na subseção destinada a discutir as práticas de natureza mutualista da Brasil Unido, tal carta traz também trechos bastante reveladores e expressivos no que tange ao modo como aquele sócio se posicionava diante do dirigente máximo da instituição. O conteúdo desses trechos é indicativo da existência de uma relação verticalizada entre a direção da Brasil Unido e os membros de seu quadro associativo, contrariando a ideia de que o mutualismo pressupõe certa equiparação entre os que estão em torno dele, o que tornaria as suas relações mais horizontalizadas e as hierarquias menos definidas, conforme defendido por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi<sup>263</sup> e devidamente exposto na subseção reservada às práticas mutualistas da entidade.

A constatação da observância de uma hierarquia relacional no caso específico da Brasil Unido apoia-se na existência de contundentes diferenças entre os seus diretores e os beneficiários em geral de suas ações. É como se o *status* social, econômico e intelectual dessa sua cúpula atuasse no sentido não só da reprodução e reforço das citadas diferenças, mas também servindo de meio para a sua legitimação e validação. Tal pode ser percebido no trecho da carta destacado na sequência:

Fasso este apêlo ao Snr. porque é a pessoa que tenho mais íntima aqui, digo, a pessoa idonia de conhecimentos gerais, o que me atrevir a derigir com minhas bonbagens, e mais esperando ser atendido.

De já grato pêla a bondade que espero além das que tenho recebido em meu tratamento pois sou reconhecedor do sacrifício que fazeis.<sup>264</sup>

É importante lembrar que a carta em questão foi enviada ao presidente da entidade, tendo em vista uma solicitação de ajuda para a obtenção de emprego por parte do sócio Deusdete do Nascimento. O trecho destacado acima possui um teor que evidencia o imenso respeito que esse sócio tinha em relação ao presidente da Brasil Unido. Por conta de sua condição de humilde migrante, em virtude de sua pouca instrução, dirigir-se ao integrante maior da cúpula da instituição era um atrevimento, na sua visão e interpretação.

<sup>262</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Ofício*. São Caetano do Sul, set. 1957.

<sup>263</sup> Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, p. 293.

<sup>264</sup> SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Carta*. São Caetano do Sul, 15 nov. 1950.

Avessamente a esse gesto de atrevimento, aparece a sua concepção acerca do presidente Jorge de Souza Muniz Ferreira, representado como um homem idôneo e portador de conhecimentos gerais, qualidades que faziam dele um homem respeitável, possuidor de um elevado nível de instrução ou escolaridade.

A imagem assim configurada daquele dirigente coloca-se ao lado das demais atribuídas à cúpula da Sociedade Beneficente Brasil Unido. As representações daí advindas são enaltecedoras dos propósitos altruísticos da entidade, os quais, por terem sido idealizados e comandados por um grupo de dirigentes, acabam também fazendo com que toda a visão de enaltecimento reservada à entidade recaia também sobre a sua própria cúpula. Sendo assim, a exaltação à Sociedade Beneficente Brasil Unido estendia-se aos seus dirigentes, vistos por seus amparados com grande respeito, consideração e admiração, uma concepção, enfim, que reverenciava a bondade, o empenho e o comprometimento daquele grupo diretor para com uma causa que tanto eles quanto os seus beneficiários julgavam nobre, gloriosa e heroica: a do amparo ao migrante nordestino, a mola propulsora, a razão de ser de tudo que foi projetado, articulado e concretizado pela Sociedade Beneficente Brasil Unido, no período histórico abordado pela pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e reflexões suscitadas ao longo dos três capítulos desta dissertação possibilitam-me expor algumas considerações que não têm a pretensão de encerrar o tema da presente pesquisa, por força da própria natureza dinâmica e infindável das perspectivas de análise das quais se serve a produção do conhecimento histórico, mas sim a intenção de pontuar questões e aspectos peculiares à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido no município de São Caetano do Sul.

Surgida em um momento bastante intenso da história da aludida cidade, em razão de sua recente emancipação administrativa e de seu crescente processo de urbanização e industrialização, a Brasil Unido firmou-se como uma entidade estratégica, em face de um quadro conjuntural desfavorável (herança do período anterior ao da autonomia política sul-sancaetanense), marcado por condições que dificultavam o viver urbano, sobretudo em razão da incipienteza dos serviços básicos referentes à infraestrutura municipal, como os dos setores de saúde e saneamento, por exemplo.

Esse contexto, por si só, já forneceria os motivos que tornariam absolutamente compreensível a criação de uma instituição benéfica como a Brasil Unido, em um cenário cujas conjunturas históricas propiciavam a difusão da institucionalização de práticas altruístas e assistenciais. Mas, além dessas questões de ordem estrutural, outra situação veio também a contribuir, mais incisiva e diretamente, com a fundação da entidade: a presença maciça de migrantes nordestinos em São Caetano do Sul, em 1950.

Se as dificuldades eram grandes para a população local, principalmente para a de baixa renda, por ocasião de todos os problemas estruturais mencionados, para os migrantes tais dificuldades ganhavam uma dimensão ainda maior. Estigmatizados por um conjunto de imagens estereotipadas que faziam deles o alvo perfeito de uma série de preconceitos, os nordestinos enfrentavam inúmeros obstáculos que impediam uma tranquila inserção em sua nova realidade, deparando-se, para completar, com aqueles problemas que faziam parte do cotidiano da cidade. Falta de dinheiro, de documentos e de moradia, além da pouca ou nenhuma escolaridade, situação crucial para uma sociedade como a de São Caetano, que vivia sob a euforia da industrialização e das exigências a ela correspondentes, como a da primazia da qualificação, da técnica e da concorrência.

Enfim, todas essas situações de desprovimento eram os ingredientes que compunham a realidade dos migrantes instalados na localidade. Uma realidade constrangedora, no entender do baiano Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores e diretores da entidade. E foi sob o discurso da tentativa de dirimir ou amenizar os constrangimentos a que estavam expostos os migrantes, que um grupo de nordestinos com uma boa situação socioeconômica no município fundou a Sociedade Beneficente Brasil Unido. O amparo ao migrante nordestino tornou-se, assim, a proposta precípua da entidade.

Para levar adiante tal proposta, os encarregados da instituição do regime estatutário da Brasil Unido elegeram o mutualismo e a filantropia como as duas vias estratégicas pelas quais as ações da entidade deveriam pautar-se. Ambas apresentaram-se como estratégias viáveis para o enfrentamento das conjunturas históricas vigentes em São Caetano e no Brasil, principalmente no que concernia à incipiente política previdenciária nacional, que, por não oferecer o respaldo necessário ao trabalhador, evidenciava a importância da permanência de práticas mutualistas no cenário da seguridade social. Pautando a entidade no enfrentamento das conjunturas, o mutualismo e a filantropia foram também os caminhos por meio dos quais a proposta do amparo ao nordestino migrante se concretizou.

A concretização dessa proposta de amparo não só concedeu efetividade à entidade, em vista do cumprimento daquilo que os seus fundadores e dirigentes estabeleceram como fim primordial da Brasil Unido, como também contribuiu para que ela adquirisse uma visibilidade dentro e fora dos limites do município de São Caetano. Mas, para que ela pudesse se tornar visível e conhecida, a sua direção articulou-se de modo a possibilitar a infiltração mais incisiva da Brasil Unido na sociedade sul-sancaetanense, organizando ou participando de campanhas de grande projeção local e até nacional, como, por exemplo, a de combate ao câncer.

A cúpula da entidade entendeu, assim, que a sua atuação para além do amparo ao migrante nordestino lhe traria benefícios, uma vez que, por força das movimentações em prol da adesão de um maior número possível de pessoas físicas e jurídicas a outras causas filantrópicas abraçadas por ela, haveria uma expansão de sua rede de contatos, algo imprescindível para a sua própria sobrevivência, levando em consideração a sua constante necessidade por patrocínios, auxílios financeiros e apoio de toda natureza para o conjunto de suas atividades e projetos. A apresentação de uma vasta rede de relacionamentos acenava, fortemente, para uma real possibilidade de obtenção de apoio para as suas iniciativas.

A via de atuação filantrópica da instituição adquiriu, nesse sentido, uma importância fundamental, pois, ao mesmo tempo em que estava configurada nas diferentes ações de amparo ao migrante nordestino não associado (doações de dinheiro, de abrigo e de refeições, orientação para a obtenção de documentos e emprego, dentre outras), ela também se mostrava latente nas campanhas de cunho altruísta da Brasil Unido, dentre as quais, além daquela de combate ao câncer, as destinadas à prestação de auxílio material às crianças pobres de São Caetano durante a celebração do Natal e aos nordestinos vitimados pela seca.

A filantropia, por ter estado na essência de todas essas ações, firmou-se como a via de atuação da entidade que possibilitava aos seus dirigentes o reconhecimento social, comumente reservado àqueles que se envolvem na promoção de empreendimentos tidos como nobres, em virtude de almejarem o bem-estar do outro. Na qualidade de comandantes de uma entidade que praticava a filantropia, os seus dirigentes encontravam-se plenamente respaldados para recorrerem às forças políticas detentoras do poder, tanto nas esferas municipal e estadual quanto na federal, tendo em vista a consecução de auxílios financeiros para as suas propostas. Como se o fato de realizarem ações filantrópicas, por si só, já os autorizasse para tal, como se fosse suficiente para garantir-lhes o retorno esperado no tocante aos pedidos daquela natureza. Daí justificarem tais solicitações expondo, enfática e exaustivamente, os seus compromissos filantrópicos, o que deixava vir à tona o modo como eles se concebiam, como se enxergavam dentro do universo da Brasil Unido e em relação aos migrantes destinatários de suas ações, o ponto contrário e avesso de todos os qualificativos que os membros da direção da entidade reservavam a si próprios enquanto homens providos de boas condições sociais, econômicas e culturais.

As representações surgidas desses qualificativos ou concepções, enaltecedoras de uma tal forma da atuação da cúpula da entidade, que beiravam ao heroísmo, harmonizavam-se com a maneira de seus amparados conceberem a instituição e seus dirigentes. As referidas representações, ao mesmo tempo em que se convergiam, ressaltavam as diferenças que envolviam dirigentes e amparados, promotores e receptores das ações mutualistas e filantrópicas da Brasil Unido.

A constatação de tais diferenças ajuda a compreender o quanto elas contribuíram para a difusão e o reforço de discursos embasados em um conjunto de imagens e enunciados preconceituosos que vinham sendo propagados acerca do Nordeste e do nordestino, em importantes segmentos da vida nacional, como na imprensa, nos bastidores da política e no meio acadêmico e intelectual, por exemplo.

Esse rol de estereótipos, o qual Durval Muniz de Albuquerque Júnior interpretou como sendo integrantes de um processo histórico que possibilitou a chamada invenção do Nordeste, estava em sintonia com a própria dinâmica do sistema no qual a Brasil Unido encontrava-se inserida. E essa sua inserção explica o posicionamento e as decisões de sua cúpula frente a questões que estavam em pauta na sua agenda de propostas e compromissos, como o de criar condição para a adaptação do migrante nordestino aos usos e costumes locais.

Levando em consideração que, no entendimento dos responsáveis pela entidade, esse migrante não era dotado de certos predicativos, como, por exemplo, os decorrentes de um bom nível de instrução ou letramento, fato que o destoava das exigências, interesses e necessidades de um projeto nacional que tinha na industrialização o carro chefe de um ideal de progresso e modernização.

Como não se enquadravam nas bases desse projeto, a Sociedade Beneficente Brasil Unido assumiu a tarefa de preparar os migrantes para tal, tornando-os aptos para o ingresso nas indústrias locais e para a consequente disputa de lugares na sociedade. Essa proposta de inserção foi justificada pela cúpula da entidade a partir da adoção de discursos preconceituosos acerca do migrante, os quais, por mais paradoxal que possa parecer, eram discursos proferidos contra a sua marginalização e discriminação e em prol de sua integração e inserção no cenário social de São Caetano do Sul. Cenário este no qual a própria direção da entidade buscava espaços de influência, hegemonia e poder, tendo em vista a sua colocação entre as forças lá atuantes. Por essa razão, a entidade firmou-se como um lugar estratégico, por meio do qual o seu grupo dirigente articulou-se no sentido de seu fortalecimento, estabelecendo relações hierarquizadas com os beneficiados por suas iniciativas, dando origem a uma espécie de clientelismo, e também com as forças políticas, a partir do mote do amparo ao migrante nordestino, quer pela via do mutualismo, quer pela via da filantropia.

Por força de tudo o que a Sociedade Beneficente Brasil Unido defendeu, incorporou e propagou, ela se torna emblemática de uma questão que me motivou a escolhê-la como tema desta dissertação: a do triunfalismo inerente à historiografia oficial de São Caetano do Sul, que, ao atribuir ao imigrante italiano o papel de grande construtor da localidade, oculta das narrativas históricas e da memória da localidade outros sujeitos que também tiveram importante participação nas tramas que compuseram os processos históricos de constituição do município sul-sancaetanense.

A proposta de estudar a atuação da Brasil Unido expressa a minha crítica a esse ocultamento produzido por tal historiografia, na medida em que me possibilitou colocar no

centro das discussões de um trabalho como este, de produção do conhecimento histórico, uma entidade voltada, predominantemente, para migrantes nordestinos, personagens da cena urbana de São Caetano, tanto quanto outros sujeitos ou grupos postos, igualmente, no esquecimento.

## FONTES

**Arquivo da Sociedade Beneficente Brasil Unido:**

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AURORENSE. *Telegrama*. Aurora, 9 jan. 1951.

\_\_\_\_\_. *Ofício*. Aurora, 12 jan. 1951.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS SÃO FRANCISCO DE ASSIS. *Ofício*. São Caetano do Sul, 19 maio 1951.

ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. São Caetano do Sul, 15 jan. 1956.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE COMBATE AO CÂNCER. *Ofício*. São Paulo, 26 dez. 1951.

CENTRO NORTISTA DE SANTO ANDRÉ; SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Comunicado*, 1956.

COMISSÃO DO NATAL DA CRIANÇA POBRE DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ata da primeira reunião ordinária*. In: LIVRO de Atas. São Caetano do Sul, 27 out. 1950.

\_\_\_\_\_. *Ofício*. São Caetano do Sul, nov. 1953.

BENEFICÊNCIA PAULISTA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. *Contrato*. São Caetano do Sul, 3 jun. 1956.

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. *Ofício*. São Caetano do Sul, 2 abr. 1952.

FUNDAÇÃO LAUREANO. *Ofício*. Rio de Janeiro, 21 dez. 1951.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA. *Ofício*. São Caetano do Sul, 11 mar. 1953.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO. *Ofício nº 33/52*. Salgueiro, 20 mar. 1952.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ofícios*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 387*. São Caetano do Sul, 28 nov. 1953.

SOCIEDADE BENEFICIENTE BRASIL UNIDO. *Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Atestados*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo da Brasil Unido*. São Caetano do Sul, ano 1, n. 1, 1974.

\_\_\_\_\_. *Circulares*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Convite da reunião de fundação da Sociedade Beneficiente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, 27 jun. 1950.

\_\_\_\_\_. *Declarações de recebimento de subvenção da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Diretoria da Sociedade Beneficiente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, 13 jul. 1951.

\_\_\_\_\_. *Estatutos Sociais*. São Caetano do Sul, 1950, 1953 e 1965.

\_\_\_\_\_. *Fichas de matrícula de sócios*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Lista das contribuições arrecadadas pela Campanha da Sociedade Beneficente Brasil Unido em prol do Nordeste*. São Caetano do Sul, 30 abr. 1953.

\_\_\_\_\_. *Livro de Registro da Comissão de Festas*. São Caetano do Sul, 1951-1954.  
*Memorandos*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Livro de Registro de Benefícias (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 1951-1954.

SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Manuscrito*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Ofícios*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Panfletos e comunicados de divulgação dos trabalhos da entidade*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Questionários*. São Caetano do Sul.

\_\_\_\_\_. *Relação dos membros da diretoria*. São Caetano do Sul, 30 jan. 1967.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades (4 de julho de 1954 – 2 de julho de 1955)*. São Caetano do Sul, 2 jul. 1955.

\_\_\_\_\_. *Telegramas*. São Caetano do Sul.

**Arquivo do Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Processo da aquisição da sede própria da Sociedade Beneficente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, n. 8.305, 1962.

\_\_\_\_\_. *Processo da concessão de subvenção à Sociedade Beneficente Brasil Unido*. São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, n. 5.684, 1963.

\_\_\_\_\_. *Processo referente à designação de Orlando Souza, membro da Sociedade Beneficente Brasil Unido, para representar a Câmara de Vereadores de São Caetano do Sul no V Congresso Nacional de Municípios, realizado em Recife, entre os dias 1 e 8 de dezembro de 1959*. São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, n. 1.077, 1959.

**Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul:**

AUXILIA a S.B.B.U. os nordestinos: eficiente campanha destinada a angariar fundos para os flagelados. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 304, 1ª página, 7 mar. 1953.

BOLL, Armindo et al. Ciclos históricos do movimento migratório. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DO GRANDE ABC, 2., 1992, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, 2000, p. 79-86.

CAMPANHA contra o câncer. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 178, última página, 21 abr. 1951.

\_\_\_\_\_. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 179, p. 2, 28 abr. 1951.

CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença nordestina nos quatro cantos de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p.17-24, jul. 2009.

\_\_\_\_\_. A vida de Bernardino Borges de Salles narrada em três aspectos. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 45-48, jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Em cena, sonhos e anseios. Esquete retrata a história do teatro amador de São Caetano, a partir do olhar de dois personagens da sociedade local. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 41, p. 72-74, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. O migrante nordestino chega a São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 7-16, jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Os principais fatos da história da Brasil Unido são novamente contados. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 25-28, jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Raimundo da Cunha Leite: um homem forte. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 31-38, jul. 2009.

CARVALHO, Theophilo de Souza. Artérias abandonadas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 164, 13 jan. 1951.

\_\_\_\_\_. Comodidades de que o povo necessita. A Light e a Telefonica – uma sugestão que deve ser renovada. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 164, última página, 13 jan. 1951.

\_\_\_\_\_. Em defesa da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 165, última página, 20 jan. 1951.

CARVALHO, Theophilo de Souza. Expressões da caridade pura em S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 166, p. 2 e última página, 27 jan. 1951.

CREPALDI, Lilian. Natal solidário: ações para inclusão social em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 38, p. 11-16, dez. 2008.

CUNHA LEITE, Raimundo da. Dois de julho de 1950: nascia a Sociedade Brasil Unido. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 22, p. 68-71, dez. 2000.

DURÁN, Manoel Gutierrez. Beliscos e piparotes. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 483, 1ª página, 18 dez. 1954.

EM revista o Nordeste brasileiro. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 484, 2º caderno, p. 1, 23 dez. 1954.

EXISTE o IAPI? Deixou a operária ao desamparo. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, n. 307, 1ª página, 17 mar. 1953.

FORMIGA, Joaquim Jácome. O êxodo de um povo irmão. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 29-30, jul. 2009.

GARBELOTTO, Oscar. O Núcleo Colonial e sua evolução vista pelas Festas de São Caetano (1883-1927). *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 15, p. 18-24, jul. 1997.

GUZZO, Éde. O homem e a realidade social: importante conferência na Sociedade Brasil Unido. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 293, p. 1, 28 jan. 1953.

IMPÓE-SE a construção de um hospital em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano I, n. 3, 1ª página, 1º set. 1946.

INAUGURADO o curso de alfabetização da Sociedade Beneficente Brasil Unido. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 171, 1ª página, 3 mar. 1951.

JOVANOVIC, Aleksandar. Os Donauschwaben, uma comunidade de língua alemã em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 9, p. 11-18, jul. 1993.

\_\_\_\_\_. Ucranianos, sete décadas de presença marcante. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 17-29, jan. 1992.

LANÇADA domingo em Vila Barcelona a pedra fundamental da Casa da Pátria. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XIV, n. 767, p. 4, 1º ago. 1959.

MARTINS, José de Souza. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-23, jan. 1991.

MEDICI, Ademir. Casas populares nos anos 40. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 8, p. 43-46, dez. 1992.

MORAES, João Carlos de. Formação urbana e espaço habitável em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 8, p. 47-49, dez. 1992.

MORENO, Rafael Peccioli. Apami: mais que uma entrega de enxovals. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 41, p. 60-61, jul. 2010.

NOTA. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, n. 365, 1ª página, 29 maio 1953.

NUZZI FILHO, José. Estatística demográfica. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 164, p. 3, 13 jan. 1951.

O NORDESTE brasileiro. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 483, 1ª página, 18 dez. 1954.

PASTORE, Humberto Domingos. Uma sociedade portuguesa, com certeza! *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 28, p. 64-66, dez. 2003.

PERAZZO, Priscila F. Vidas vividas em deslocamento: narrativa de Angelita migrante para o ABC. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 49-52, jul. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO SUL. *Ísto é São Caetano do Sul*. São Caetano do Sul: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1952.

PROSSEGUE a campanha em favor dos nordestinos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 306, 1ª página, 14 mar. 1953.

RODRIGUES, Mário Porfírio. 50 anos de Rotary: consolidação do ideal de servir. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 23, p. 38-41, jul. 2001.

RODRIGUES, Mário Porfírio. A cidade perde Antônio Russo. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 40, p. 83-85, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Os três nordestinos líderes autonomistas. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 39-44, jul. 2009.

TOLEDO, João Batista de. Olhai os bairros, senhores. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, n. 286, última página, 20 fev. 1953.

VERONESI, Henry. Primeiras entidades de socorro de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 18, p. 9-12, dez. 1998.

**Centro de Documentação do Centro de Estudos Migratórios (CEM/SP):**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Paraíbas e baianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. *Travessia*, São Paulo, n. 8, set. 1990.

ALMEIDA MONTEIRO, Manoel Antônio de. Migração rural-urbana e política agrícola. *Travessia*, São Paulo, n. 50, set./dez. 2004.

ARANHA, Valmir. Os albergues dos migrantes no interior do estado de São Paulo: programas de ação social ou políticas de circulação de população? *Travessia*, São Paulo, n. 25, maio 1996.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. Sociabilidade e lazer no cotidiano de migrantes nordestinos. *Travessia*, São Paulo, n. 47, set./dez. 2003.

BENETTI, Pablo C.; VAINER, Carlos B. Migrações e metrópoles. *Travessia*, São Paulo, n. 2, set. 1988.

BERNARDO, Teresinha. Memória como resistência: o migrante. *Travessia*, São Paulo, n. 32, set. 1998.

COSTA, Maria Cristina Silva. Nós das Redes. *Travessia*, São Paulo, n. 40, maio 2001.

COUTO, Lúcia. Saúde e trabalho: as especificidades do urbano e do rural. *Travessia*, São Paulo, n. 8, set. 1990.

CUTTI, Dirceu. Migrantes ou carentes? A trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes – AVIM. *Travessia*, São Paulo, n. 29, set. 1997.

DORNELAS, Sidnei Marco. O peixe e a rede: o migrante e o albergue no discurso dos responsáveis e funcionários da AVIM. *Travessia*, São Paulo, n. 29, set. 1997.

\_\_\_\_\_. Redes sociais na migração: questionamentos a partir da pastoral. *Travessia*, São Paulo, n. 40, maio 2001.

FONTES, Paulo. São Miguel Paulista dos Baianos. *Travessia*, São Paulo, n. 40, maio 2001.

FROCHTENGARTEN, Fernando. Educação de adultos migrantes: a experiência de um professor nativo. *Travessia*, São Paulo, n. 56, set. 2006.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento. *Travessia*, São Paulo, n. 12, jan. 1992.

PIRES, Élson L. S. Mercado de trabalho e reestruturação produtiva na indústria: o Brasil no limiar do século XXI. *Travessia*, São Paulo, n. 18, jan. 1994.

PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. *Travessia*, São Paulo, n. 19, maio 1994.

SANTANA, Charles D'Almeida. Memórias de trabalhadores rurais na cidade. *Travessia*, São Paulo, n. 32, set. 1998.

SCHWANTES, Milton. Forasteiros da dispersão: experiência de migrante e memória viva. *Travessia*, São Paulo, n. 10, maio 1991.

SPOSITO, Marília Pontes. O migrante e a educação: o sonho nutre a luta. *Travessia*, São Paulo, n. 2, set. 1988.

TENDRIH, Leila; FERREIRA, Sinésio Pires. A evolução recente do mercado de trabalho na Grande São Paulo. *Travessia*, São Paulo, n. 16, maio 1993.

VAINER, Carlos B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, São Paulo, n. 36, jan. 2000.

**Outros artigos:**

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. *Jus Navigandi*, Teresina, ano XI, n. 1.272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/revista/texto/9311>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria. Trabalhadores e viver urbano. *Projeto História* (PUC-SP), São Paulo, v. 18, p. 301-308, 1999.

\_\_\_\_\_ ; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História* (PUC-SP), São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

DURHAM, E. R. A cidade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.

GEIGER, Pedro Pinchas et al. Migrações internas e urbanização na estruturação do espaço nacional. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 139, p. 411-428, 1974.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Oidles*, Málaga, v. 1, n. 1, set. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira-resum.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

JORDÃO NETTO, Antônio. As migrações internas para o estado de São Paulo: principais constatações de uma pesquisa. *Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, v. 36, p. 54-111, 1969.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8, p. 7-46, 1984.

PETROLI, Valdenízio. Imprensa do Grande ABC: 100 anos depois. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-20.-encontro-2004>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA. *Mensagem de José Cícero*. Aurora, 23 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.aurora.ce.gov.br/praca/default.asp?offset=0>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 293, 2009.

\_\_\_\_\_. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi16/topoi16a5.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a5.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Mutualismo e filantropia. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 99-113, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/edicoes-anteriores/volume-10-numero-1-jan-jun2004/mutualismo-e-filantropia-claudia-maria-ribeiro-viscardi>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

ALMEIDA, Vicente Unzer de. *Migração rural-urbana: aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do estado de São Paulo*. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola, 1951.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

ARENKT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes: as migrações internas e os novos rumos da obra escabriniana no Brasil (1951-1988)*. São Paulo: Paulus, 2000.

BALAN, Jorge. *Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio histórico-comparativo*. In: CENTRO e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Difel, 1974. p. 109-184.

BARROS, Souza. *Êxodo e fixação*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

BATALHA, Claudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BECKER, Bertha K. *Os deserdados da Terra*. In: CIÊNCIA Hoje, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, v. 17, mar./abr. 1985.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BÓGUS, Lúcia M. M.; WANDERLEY, Luiz E. (Org.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros*: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALMON, Jorge. *As estradas corriam para o sul*: migração nordestina para São Paulo. Salvador: EGB, 1998.

CAMARGO, J. F. de. Migrações internas e desenvolvimento econômico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 1958.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade (Discurso e prática do regionalismo nordestino)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CNBB. *Migrações no Brasil*: um desafio à Pastoral. São Paulo: Paulinas, 1987.

CORTEZ, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

COSTA, Manuel Augusto. *Urbanização e migração urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/IINPES, 1975.

CRUZ, Heloisa de Faria. Na outra face da Belle Époche paulistana. In: SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998. p. 9-12.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Os trabalhadores em serviços: dominação e resistência – São Paulo (1900-1920)*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1991.

\_\_\_\_\_. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ, 2000.

\_\_\_\_\_; FENELON, Déa Ribeiro; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Muitas memórias, outras histórias*. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 5-13.

CUNHA LEITE, Raimundo da. *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*. São Paulo; São Caetano do Sul: Alendaarte, 2002.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

FISCHLOWITZ, Estanislau. *Principais problemas da migração nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FUNDAÇÃO MAUÁ. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Instituto de Economia da Fundação Mauá, 1952.

GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. In: CAVALCANTI, Helenilda; BURITY, Joanildo (Org.). *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Massangana, 2002. v. 1, p. 226-236.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JESUS, Ronaldo Pereira de; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-52.

KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LODUCA, Wilson. *São Caetano*: de várzeas alagadiças a “Príncipe dos Municípios”. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado: mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

LUCENA, Célia Regina P. de Toledo. *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Diário de fim de século: Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.

\_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Migrações internas no mundo contemporâneo. In: ASSIS, Raymundo Damasceno (Org.). *Convivendo com o diferente*. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 1999. v. 1, p. 27-36.

\_\_\_\_\_. *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1993.

MENEZES, Marilda Aparecida de (Org.). *Histórias de migrantes*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea/Paz e Terra, 1982.

NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secult, 1994. (Coleção Teses Cearenses).

OLIVEIRA, Antônia Alves de (Org.). *Os nordestinos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1982.

PAIVA, Odair da Cruz. *Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes: a migração para o Estado de São Paulo (1888-1993)*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2001. (Série Resumos, 8).

\_\_\_\_\_. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. Bauru: Edusc, 2004.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1998.

RODRIGUES, Mário Porfírio. *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Regina Beja. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997.

SILVA, Maria A. de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THOMPSON, Edward. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

### **Teses e dissertações:**

ARANHA, Valmir. *Os albergues de migrantes e sua integração à cidade*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

AVELAR JÚNIOR, Odilardo Viana de. *Política de combate à seca no Nordeste: uma ideologia para o planejamento regional*. 1994. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BAPTISTA, Dulce. *Nas terras do Deus-Dará: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DURHAM, E. R. *Migração, trabalho e família: aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial*. 1967. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

JORDÃO NETTO, Antônio. *Aspectos econômicos e sociais das migrações internas para o Estado de São Paulo*. 1973. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1973.

LUIZETTO, Flávio Venâncio de. *Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito racial e étnico na constituinte de 1934*. 1976. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba (migração, família e reprodução da força de trabalho)*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

MORANDINI, Alba Maria F. *O trabalhador migrante nacional em São Paulo (1920-1923)*. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

PIMENTEL, Maria Isabel Schultz. *O migrante em São Bernardo do Campo: experiências e expectativas de migrantes ingressos entre 1950 e 1980 em São Bernardo e sua integração à cidade*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ROCHA, Antônia Sarah Aziz. *O bairro à sombra da chaminé: um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química Brasileira de São Miguel Paulista (1935 – 1960)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

ROMERO, Mariza. *Inúteis e perigosos: o Diário da Noite e a representação das classes populares – São Paulo (1950-1970)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSSINI, Rosa Ester. *Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

SALES, Telma Bessa. *Canudenses na cidade de São Paulo: memórias e experiências (1950-2000)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/adhemar.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011.